UNIVERSIDADE DE RIBEIRÃO PRETO

FFCLRP- DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Sentidos e sujeitos discursivos: filhos e netos do narcotráfico no movimento do discurso

Ane Ribeiro Patti

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Psicologia

Ribeirão Preto- SP

2009

UNIVERSIDADE DE RIBEIRÃO PRETO

FFCLRP- DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Sentidos e sujeitos discursivos: filhos e netos do narcotráfico no movimento do discurso

Ane Ribeiro Patti

Orientadora: Profª Drª Lucília Maria Sousa Romão

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Psicologia

Ribeirão Preto- SP

2009

FICHA CATALOGRÁFICA

Patti, Ane Ribeiro

P344f

Sentidos e sujeitos discursivos: filhos e netos do narcotráfico no movimento do discurso. Ribeirão Preto, 2009.

186 f.: il. ; 30 cm

Dissertação, apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto/USP- Departamento de Psicologia e Educação.
Orientadora: Romão, Lucília Maria Sousa

1. Análise do Discurso. 2. Indústria cultural. 3. Crianças.
4. Narcotráfico

CDU – 159.964.2:659.3-053.2

FOLHA DE APROVAÇÃO

Ane Ribeiro Patti
Sentidos e sujeitos discursivos: filhos e netos do narcotráfico nas malhas do discurso

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Ciências, Área de Concentração: Psicologia.

Aprovado em _____ /_____/_____

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição_____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição_____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição_____ Assinatura: _____

MINHA E/TERNA GRATIDÃO

Aos meus pais, por todo amor e pelos primeiros aprendizados com os fios textecidos no tear da vida, por terem suportado minhas artes, meu ser sendo e minhas crises.

Aos meus irmãos, por nossa história juntos e pelo amor que nos une e desune.

Ao meu amado filho Davi, por nossa história juntos e por todos os sonhos que você me causa.

Ao Nicholas, por todo apoio e companheirismo, por apostar comigo na vida.

À minha madrinha Regina, sempre presente, com palavras de sabedoria e um coração do tamanho do mundo...

À família Ribeiro, à família Patti, à família Steytler, pelo amoroso convívio e prazerosos encontros festivos. Em especial ao meu avô Zé Luis, pelos traçados da História que tanto me instigaram, à minha avó Nelly, pela tônica artística que tanto me encanta; à minha avó Euza, pelo conforto e receptividade com que sempre me acolheu e ao meu avô Simeão, pela postura alegre com que assumiu viver.

Ao meu (psic)analista António Gonçalves, testemunha de minhas perdas secas, numa zona de sombras... ele foi fundamental para que eu conseguisse chegar onde cheguei, tanto por sua escuta quanto por seus excelentes seminários, tão caros para muitas de minhas elaborações, inclusive as presentes nesta pesquisa.

À minha supervisora clínica, psicanalista Marisa Baldi, por me ajudar na construção da clínica, no tecer da teoria com a prática, sempre me surpreendendo e instigando .

Às professoras que compuseram minha banca de qualificação juntamente à minha orientadora, Profª Drª Lucília M. S. Romão: a Profª Drª Soraya M. R. Pacífico e a Profª Drª Nádea Gaspar, com suas primorosas contribuições, mas principalmente, por tudo que aprendi com elas em meu percurso acadêmico, nos congressos, nas aulas, nos grupos de estudos, nas vans em viagens, me propiciaram alçar vôos, me encorajando sempre com muito zelo e afeto.

Às minhas amigas e amigos, em especial à Dri C., Bia L., Bianca C., Cá G., Cla J., Cris T., Cris F., Ferca R., Helen F., Gi A., Jac F., Luciane C., Marta M., Martha S., Paty G., Denise, Roberta, Lilian, Sol e Lu, por compreenderem minhas ausências, falta de tempo para estarmos mais juntas, pelas ajudas que muitos(as) me prestaram para poder realizar este trabalho, e pela relação que tenho com cada um(a), e que tanto me enriquecem a vida.

Aos meus colegas e parceiros de trabalho, tanto do meu percurso em AD quanto do meu percurso em psicanálise, todos com quem estive durante a pós-graduação na FFCLRP, e principalmente às minhas queridas Carla Krauss, D. Carminha, Cynara, Cláudia, Dani Giorgenon, Elisângela, Fabiana, Fer Chuffi, Fer Galli, Ingrid Toti, Leny Pimenta e Lud, por tantas trocas, alegrias, e companheirismo. Um agradecimento especial à Ludmila Ferrarezzi, a Lud, por todo empenho em me ajudar diversas vezes com este trabalho.

Aos pesquisadores que me antecederam nas teorias e no tema escolhido, com alguns dos quais, muito aprendi e me servi para me lançar nesta pesquisa.

Aos meus ex-professores desde a tenra infância (em especial os de português, os de história, e os das artes) com os quais também constitui minha malha linguageira, meu arquivo, minhas questões.... e em especial aos mais recentes, com os quais muito aprendi e me apoiei na composição desta pesquisa no curso de suas disciplinas na USP, meus caros, muito caros: Prof. Dr. Miguel Bairrão e seu impossível sujeito; Profª Drª Regina Caldana e seu olhar sobre a infância; Prof. Dr. Geraldo Romanelli com suas construções e descontruções sobre a família; Profª Drª Ana Raquel Lucato e Profª Drª Gláucia Maria da Silva, por dar a luz tanto aprendizado sobre o arquivo sobre as universidades, em especial sobre a USP, e a produção de conhecimentos, Profª Drª Elcia Beatriz Petean e Prof. Dr. Edson Garcia Soares que me interrogaram sobre a ética em pesquisas; Prof. Dr. Sérgio Kodato, que, de uma forma tão criativa abordou o tema da violência e que sempre será lembrado por mim quando ouvir Eleanor Rigby; minha querida Profª Drª Soraya Pacífico, com quem muito me identifiquei e aprendi sobre a autoria e Análise do Discurso e Profª Drª Leda Tfouni, referência importante que está presente em minha vida há muitos anos, brilhando como um farol em meu percurso acadêmico e me inspirando a desbravar este caminho que venho trilhando.

À USP, ao Programa de Pós-Graduação da FFCLRP, aos seus funcionários, em especial àqueles que tanto me ajudaram neste percurso entre 2005 e 2009: Robson Peixoto, Isilda Marisa F. M. Alves, Regina , Denise Aparecida Silveira, Maria Inês Joaquim, César Pereira Brites, Maria Fabiana Cardoso Tavares.

Às crianças e jovens presentes e/ou representados nesta pesquisa, que me causam e me colocaram em movimento durante todo o percurso desta pesquisa. Registro ainda, aqui, o meu desejo de que vocês possam traçar a história de uma nova forma, com a democracia como norte a ser alcançado, buscando se fazerem cidadãos cíveis, na amplitude de sentidos que este termo pode ter, éticos, no respeito com as particularidades – em si e no outro- que compõem a heterogeneidade e o hibridismo cultural que nosso país já comporta.

À Eubiose, à Psicanálise, à poesia...canais de aposta no futuro, no devir, na metáfora.

RESUMO

PATTI, Ane Ribeiro. **Sentidos e sujeitos discursivos:** filhos e netos do narcotráfico no movimento do discurso. 2009. 186 f. Dissertação (mestrado)- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2009.

Este trabalho pretende discutir, a partir dos pressupostos teóricos da Análise do Discurso de filiação francesa e da psicanálise lacaniana, como alguns efeitos de sentidos de criança são construídos, constituídos no discurso dos filhos e netos do tráfico, a partir de relatos coletados na mídia áudio-visual e em trabalhos científicos publicados no país, tais como o livro da Professora e pesquisadora da USP, Marisa Fefferman (2006), intitulado **Vidas arriscadas:** o cotidiano dos jovens trabalhadores do tráfico, com seu corpus coletado na cidade de São Paulo; o livro do também pesquisador Luke Dowdney (2003), intitulado **Crianças do tráfico:** um estudo de caso de crianças em violência armada organizada no Rio de Janeiro; o documentário de Celso Athayde e M.V. Bill (2006a) intitulado **Documentário Falcão - Meninos do tráfico**. Com áudio e vídeo gravados do Programa Fantástico da Rede Globo de televisão, que editou o documentário e o exibiu em 19 mar. 2006; dos mesmos autores e produtores, utilizamos também o livro que adveio do documentário, com mesmo nome: **Falcão - Meninos do tráfico** (2006b) e um segundo livro dos mesmos autores em parceria com o pesquisador e Professor da UERJ, Luiz Eduardo Soares (2005), intitulado **Cabeça de Porco**, ambos os trabalhos com corpus coletados em diversas cidades brasileiras. Nos utilizamos também de cartuns de Angeli (2005a, 2005b e 2007) que portam uma denúncia sobre o tema escolhido e de algumas reportagens da mídia eletrônica. Perguntamo-nos: como essa criança "adotada" pelo tráfico constitui-se na linguagem e de que modo ancora-se em palavras já ditas para produzir sentidos sobre si mesma? Por onde vacila o sujeito em seus movimentos discursivos, tomando emprestada a voz de outros sujeitos que já circularam em outros lugares sociais? Como, na chamada sociedade pós-industrial, são produzidos sentidos sobre o infantil? Onde é que estes sujeitos-criança se espelham e de que maneira eles se constituem na cultura atando (ou não) os fios da/na linguagem? O que a indústria cultural dita sobre esse tema, o que equivale a formular, como as condições de produção dadas pelo tráfico de drogas no espaço urbano indiciam um modo singular de inscrição histórica do sujeito na linguagem? Todas estas questões são postas aqui como observatório do nosso interesse, chão sobre o qual iremos construir a teia do discurso ao longo desse trabalho, sem a pretensão de estabilizar sentidos na lógica do que "é" ser criança hoje, mas na trilha de analisar o discurso, a fala em curso do(s) sujeito(s) cuja voz faz falar um modo de estar incluído na infância e no tráfico. Portanto, há neste trabalho a tentativa de dar um norte para essas questões, sinalizando não um caminho em linha reta, mas a entrada em um labirinto, que se chama infância e que não cessa de reclamar sentidos, inscrever dizeres e afetar o adulto.

Palavras-Chave: Análise do Discurso. Psicanálise. Infância. Criança. Tráfico de Drogas. Mídia.

ABSTRACT

PATTI, Ane Ribeiro. **Senses and discursive subjects:** children and grandchildren of drug trafficking in the movement of discourse. 2009. 186 p. Thesis (master's) - Faculty of Philosophy, Science and Languages of Ribeirão Preto, University of São Paulo, Ribeirão Preto, 2009.

This study aims to discuss, from the theoretical framework of French Discourse Analysis and Lacanian psychoanalysis, how some children's senses are constructed, constituted in the discourse of children and grandchildren of drug trafficking, from accounts collected from the news media and scientific works published in Brazil, such as the book by the teacher and researcher of USP, Marisa Feffermann (2006), entitled **Risky lives:** the everyday life of young drug trafficking's workers, with its corpus collected in São Paulo city; the book by other researcher Luke Dowdney (2003), entitled **Children of drug trafficking:** a case study of children in armed violence organized in Rio; the documentary by Celso Athayde and M. V. Bill (2006a) entitled **Falcão Documentary – Kids of drug trafficking.** With audio and video recorded from a tv program of the Globo Network called Fantástico, that edited the documentary and showed it at March 19, 2006; by the same authors and producers, we also used the book originated from the documentary, that has the same title: **Falcão– Kids of drug trafficking** (2006b) and a second book by the same authors in partnership with the researcher and teacher of UERJ, Luiz Eduardo Soares (2005), entitled **Pig's head,** the both works with corpora collected in different brazilian cities. We also used cartoons by Angeli (2005a, 2005b and 2007) that contains an allegation about the chosen subject and some reports of electronic media. We asked ourselves: how is this child, "adopted" by drug trafficking, constituted in language and how does he anchor himself on previously said words to produce senses about himself? Where does the subject vacillate in his discursive movements by borrowing the voice of other subjects who have already occupied other social places? How, in the so-called post-industrial society, are senses about children produced? Where do these child-subjects mirror themselves, and how are they constituted in the culture by tying (or not) the threads of/in language? What does the cultural industry dictate about this topic, which is equivalent to formulating: how do the production conditions provided by drug trafficking in the urban environment indicate a singular way of historical inscription of the subject in language? All these questions are placed here as an observatory of our interest, the ground on which we'll weave the web of discourse during the development of this study, without the intention of establishing senses in the logic of what is the meaning of being a child nowadays, but on the track of analyzing the discourse, the talk in course by the subject(s) whose voice makes up a way of being included in childhood and in drug trafficking. Therefore, this study attempts to give a direction to these questions by signaling not a straight way, but the entrance into a labyrinth, which is called childhood and doesn't cease to claim for senses, inscribing sayings and affecting adults.

Key words: Discourse Analysis. Psychoanalysis. Childhood. Child. Drug Trafficking. Media.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO **19**

2 DISCUSSÃO TEÓRICA **27**

2.1 Análise do Discurso como disciplina: surgimento, matrizes teóricas, rupturas 29

2.2 A noção de sujeito discursivo 55

3 A(S) IDEOLOGIA(S) E AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DIZER **71**

4 A MEMÓRIA SOBRE A INFÂNCIA: UM INTERDISCURSO SOBRE A CRIANÇA **91**

4.1 Prenúncios de história sobre a criança: entre gregos e romanos 98

4.2 A Idade das Trevas e a Idade Média 102

4.3 O Ressurgimento da infância: um novo interdiscurso 108

4.4 A ciência moderna: uma nova estruturação de valores em torno da infância 111

4.5 A criança da denominada pós-modernidade 112

5 ANÁLISE DISCURSIVA DOS DADOS: QUE VOZ DE CRIANÇA FALA NO TRÁFICO? **125**

5.1 Um pouco das condições de produção do narcotráfico no país 128

5.2 Grandes metrópoles, sinais e sintomas histórico-sociais: êxodo rural e auto-urbanização das periferias 132

5.3 O tráfico e suas leis: (a)firma discursiviza o polissêmico 142

5.4 A ciranda do tráfico entre policiais e consumidores 153

5.5 Tráfico e capitalismo: *"conhece o preço de tudo e o valor de nada"* (Oscar Wilde) . 157

5.6 O tráfico e o morro como marca de lugar e de morrer 163

5.7 Tráfico e os não-sentidos de crianças 166

6 CON(O)CLUSÃO...ALGUMAS PALAVRAS DE NASCIMENTO... ..... **169**

REFERÊNCIAS **179**

1 INTRODUÇÃO

"...Vontade de beijar os olhos de minha pátria
De niná-la, de passar-lhe a mão pelos cabelos..."
(Pátria minha, Vinícius de Morais, apud Moriconi, 2001, p.221)

Maternidade (1922), Aquarela de Lasar Segall

"Spes messis in semine"
("A esperança da colheita reside na semente")
(Prof. Henrique José de Sousa)

É com um texto de Saramago (2002) intitulado "Este mundo da injustiça globalizada" que partimos para apresentar a nossa pesquisa, saindo do caos composto de feituras e incompletudes, com vontade de exprimir tanto os fios resumidos do nosso objeto e objetivos, quanto nossos passos até aqui, contornando-os para, então, desfiar aos poucos o tecido até o momento de concluir. É um texto, lido na cerimônia de encerramento do Fórum Social Mundial, em 05 de fevereiro 2002, que nos serve de apólogo nesta introdução; e, embora longo, reproduzimos alguns recortes pelos efeitos que ele produziu em nós.

> Começarei por vos contar em brevíssimas palavras um facto notável da vida camponesa ocorrido numa aldeia dos arredores de Florença há mais de quatrocentos anos. Permito-me pedir toda a vossa atenção para este importante acontecimento histórico porque, ao contrário do que é corrente, a lição moral extraível do episódio não terá de esperar o fim do relato, saltar-vos-á ao rosto não tarda.
> Estavam os habitantes nas suas casas ou a trabalhar nos cultivos, entregue cada um aos seus afazeres e cuidados, quando de súbito se ouviu soar o sino da igreja. Naqueles piedosos tempos (estamos a falar de algo sucedido no século XVI) os sinos tocavam várias vezes ao longo do dia, e por esse lado não deveria haver motivo de estranheza, porém aquele sino dobrava melancolicamente a finados, e isso, sim, era surpreendente, uma vez que não constava que alguém da aldeia se encontrasse em vias de passamento. Saíram portanto as mulheres à rua, juntaram-se as crianças, deixaram os homens as lavouras e os mesteres, e em pouco tempo estavam todos reunidos no adro da igreja, à espera de que lhes dissessem a quem deveriam chorar. O sino ainda tocou por alguns minutos mais, finalmente calou-se. Instantes depois a porta abria-se e um camponês aparecia no limiar. Ora, não sendo este o homem encarregado de tocar habitualmente o sino, compreende-se que os vizinhos lhe tenham perguntado onde se encontrava o sineiro e quem era o morto. "O sineiro não está aqui, eu é que toquei o sino", foi a resposta do camponês. "Mas então não morreu ninguém?", tornaram os vizinhos, e o camponês respondeu: "Ninguém que tivesse nome e figura de gente, toquei a finados pela Justiça porque a Justiça está morta."
> Que acontecera? Acontecera que o ganancioso senhor do lugar (algum conde ou marquês sem escrúpulos) andava desde há tempos a mudar de sítio os marcos das estremas das suas terras, metendo-os para dentro da pequena parcela do camponês, mais e mais reduzida a cada avançada. O lesado tinha começado por protestar e reclamar, depois implorou compaixão, e finalmente resolveu queixar-se às autoridades e acolher-se à protecção da justiça. Tudo sem resultado, a expoliação continuou. Então, desesperado, decidiu anunciar urbi et orbi (uma aldeia tem o exacto tamanho do mundo para quem sempre nela viveu) a morte da Justiça. Talvez pensasse que o seu gesto de exaltada indignação lograria comover e pôr a tocar todos os sinos do universo, sem diferença de raças, credos e costumes, que todos eles, sem excepção, o acompanhariam no dobre a finados pela morte da Justiça, e não

> se calariam até que ela fosse ressuscitada. Um clamor tal, voando de casa em casa, de aldeia em aldeia, de cidade em cidade, saltando por cima das fronteiras, lançando pontes sonoras sobre os rios e os mares, por força haveria de acordar o mundo adormecido... Não sei o que sucedeu depois, não sei se o braço popular foi ajudar o camponês a repor as estremas nos seus sítios, ou se os vizinhos, uma vez que a Justiça havia sido declarada defunta, regressaram resignados, de cabeça baixa e alma sucumbida, à triste vida de todos os dias. É bem certo que a História nunca nos conta tudo... (...)
> Que fazer? Da literatura à ecologia, da fuga das galáxias ao efeito de estufa, do tratamento do lixo às congestões do tráfego, tudo se discute neste nosso mundo. Mas o sistema democrático, como se de um dado definitivamente adquirido se tratasse, intocável por natureza até à consumação dos séculos, esse não se discute. Ora, se não estou em erro, se não sou incapaz de somar dois e dois, então, entre tantas outras discussões necessárias ou indispensáveis, é urgente, antes que se nos torne demasiado tarde, promover um debate mundial sobre a democracia e as causas da sua decadência, sobre a intervenção dos cidadãos na vida política e social, sobre as relações entre os Estados e o poder económico e financeiro mundial, sobre aquilo que afirma e aquilo que nega a democracia, sobre o direito à felicidade e a uma existência digna, sobre as misérias e as esperanças da humanidade, ou, falando com menos retórica, dos simples seres humanos que a compõem, um por um e todos juntos. Não há pior engano do que o daquele que a si mesmo se engana. E assim é que estamos vivendo.
> Não tenho mais que dizer. Ou sim, apenas uma palavra para pedir um instante de silêncio. O camponês de Florença acaba de subir uma vez mais à torre da igreja, o sino vai tocar. Ouçamo-lo, por favor.

Este discurso tocou no âmago de nossas questões à medida que é pelo olhar na história que vislumbramos algo do que nos causava e ainda causa a percepção das diferenças e, a partir delas, a percepção das discrepâncias sociais e o anseio pela democracia. A narrativa do sineiro anunciante da morte da justiça também promove nosso remetimento ao lugar que ocupamos no nosso país tão marcado pelos dizeres que (re)afirmam o clamor pela justiça no mesmo compasso em que inscrevem a constatação da falta dela e de um furo no social para o qual há poucas possibilidades de sutura. Da psicanálise de leitura lacaniana e da teoria discursiva, tiramos o ensinamento fundamental de que "Só existe causa para o que manca" (LACAN, 1998 [1964], p.27) e de "só há causa naquilo que falha" (PÊCHEUX, 1988 [1975][1], p.300), o que nos permite pensar que isto que agora nos causa é traço de outra coisa que já mancou e falhou antes, e mancou/falhou da forma mais estrutural, pois é da linguagem o grande furo em questão que possibilita mancar/falhar e (e não "mas") também caminhar.

É neste ir-e-vir nos acontecimentos que participam da vida que o sujeito vai apre(e)ndendo o jogo e caminhando nos seus posicionamentos, girando, rodando, subindo e descendo numa espiral de experiências (ditas ou silenciadas) que a vida pode proporcionar,

[1] Para algumas das referências bibliográficas, utilizamos duas datas: a primeira corresponde à edição consultada; a segunda, à publicação original.

mas perde-se muito no meio do caminho, o que causa não é recuperado jamais, não constitui linha reta, deixa buracos: "entre a causa e o que ela afeta, há sempre claudicação" (LACAN, 1998 [1964], p.27). A escolha do tema, portanto, naquilo que nos cabe dar conta de falar - e cala todo o resto que claudicou - perpassa por uma série de encontros: foi eleito pelo encontro entre orientanda e orientadora- com nossas questões com relação ao tema e toda sua disposição (da orientadora) em abrir-se a este trabalho. Podemos dizer que o tema pulsava, tanto pelo que nos saltava aos olhos através da mídia, quanto por nossas experiências cotidianas com pessoas que nos relatavam sobre o tema aqui em Ribeirão Preto e região; também faz elo com as raízes que foram vascularizando nossa espiral de vida no que tange ao encontro com as crianças de nossa infância, e dentre elas, aquelas de lugares muito diferentes; e, fundamentalmente, por algo que nos causa, nos manca e nos falha, mas que nos escapa, e que tem a ver com nosso desejo.

Como orientanda, apresento-me como belohorizontina que teve a oportunidade de conhecer de perto algumas favelas, inclusive morando no sopé de uma delas, visitando outras com meus pais, convivendo com algumas crianças que habitavam as favelas, algumas vinham para dentro de nossa casa, vendo muitas crianças vivendo nas ruas da metrópole, e participando de alguns eventos que de fato registraram algo do olhar em minha subjetividade. À medida que esta pesquisa foi avançando, alternava-se a retroação na minha própria história e, com isso, a percepção de vários marcos significantes que foram esculpindo-me enquanto sujeito implicado com estas questões sociais e, mais finamente, com as crianças que compõem as atuais gerações filhas e netas do narcotráfico no Brasil. Aquela menina reflexiva que fui, parece ainda buscar entender este mundo gigante, cheio de enigmas, insuflado de injustiças, de assimetrias, de diferenças cabais, a ponto de fazer brilhar alguns e apagar muitos outros, não só nos aspectos biopsicossociais do ser humano, mas principalmente, apagar a chama de um fogo que muitas vezes nem chega à centelha, a chama da ética. Foi na busca de sentidos, e ainda mais, nos defrontamentos com os furos de sentido que encontrei a possibilidade de dar voz a este algo que parecia entalado em mim, realizando um debate interno sobre a vida e a morte e que via simbólica (tanto no lavrar dos textos para a escrita, quanto no divã de meu analista) tem sido tecido de um jeito in/é/dito, in/crível e original, inscrito neste escrito.

> Quando, no amor, peço um olhar, o que há de fundamentalmente insatisfatório e sempre falhado é que- 'Jamais me olharás lá de onde te vejo'. Inversamente, o que olho não é jamais o que quero ver (LACAN, 1998 [1964], p.100)

Na impossibilidade de estar no lugar (literalmente) do outro e do outro estar em nosso lugar o que estamos autorizados a fazer é movimentar esta ciranda da qual todos nós fazemos parte, "somos todos soldados, armados ou não" (Geraldo Vandré), invocando aqueles sujeitos que se sentirem tocados pela questão a realizar as mudanças vitais para que um futuro seja possível às crianças, em especial, às crianças que (sobre)vivem do/no tráfico. É nas hiâncias que o jogo (o jogar) acontece, mas hiância pressupõe que há algo que sustente um antes e um depois, pois se não há, o que há não é hiância, mas um vazio, que não permite o jogo.

> (...) o sujeito como tal está na incerteza em razão de ser dividido pelo efeito da linguagem. (...) Pelo efeito de fala, o sujeito se realiza sempre no Outro, mas ele aí já não persegue mais que uma metade de si mesmo. Ele só achará seu desejo sempre mais dividido, pulverizado, na destacável metonímia da fala. O efeito de linguagem está o tempo todo misturado com o fato (...) de que o sujeito só é sujeito por ser assujeitado ao campo do Outro, o sujeito provém de seu assujeitamento sincrônico a esse campo do Outro. É por isso que ele precisa sair disso, tirar-se disso, e no tirar-se disso, ele saberá que o Outro real tem, tanto quanto ele, que se tirar disso, que se safar disso (LACAN, 1998 [1964], p.178)

E assim pedimos licença às crianças para falar sobre elas, a todos os envolvidos no sistema de crime organizado sintetizado no narcotráfico, sejam eles trabalhadores do comércio ilícito ou moradores das comunidades que convivem com eles, às mídias das quais fizemos uso para coleta de dados, aos governantes, muitas vezes chamados ao texto, aos pesquisadores que nos antecederam sobre o tema, os quais nos deram o suporte para falar mais uma vez sobre, mas de outra forma. Tal qual Saramago pede atenção aos leitores para a escuta do ato do sineiro, pedimos ainda o respeito do leitor, que ao entrar em contato com este trabalho, possa realizar gestos de leituras tendo como eixo o efeito de nossa denúncia e o chamamento à ética marcando-os com o lembrete de que somos todos simbolicamente castrados, mas não impotentes.

Sendo assim, pretendemos discutir neste trabalho, a partir dos pressupostos teóricos da Análise do Discurso de filiação francesa (a partir de agora, AD) e da psicanálise de leitura lacaniana, como alguns sentidos de criança são construídos, constituídos no discurso dos filhos e netos do tráfico, a partir de relatos coletados na mídia impressa e áudio-visual. Mesmo que não seja dado aos olhos o que se pretendeu fazer aqui que foi dar voz ao tema, ou seja, fazer circular nos ouvidos da alteridade que anda escancarado na mídia e, muitas vezes, calado nas esferas acadêmicas:

> Os ouvidos são, no campo do inconsciente, o único orifício que não se pode fechar. Enquanto que o se fazer ver se indica por uma flecha que verdadeiramente retorna para o sujeito, o se fazer ouvir vai para o outro. A razão disto é de estrutura. (LACAN, 1998 [1964], p.184)

Com a AD, sabemos que ler não é só ler, não se trata de algo simples, tanto quanto o escrever, pois são atividades que implicam um sujeito em movimento, toda escrita é pulsional, desejante e rítmica (GONÇALVES, 2008), e a leitura é uma atividade heterogênea, plural, polifônica e polissêmica (ROMÃO; PACÍFICO, 2006). São atividades que dão materialidade à cultura, permeiam o que há de específico do ser humano, que é a linguagem, e permitem um ir além, pois já dizia um ditado: "por trás da letra que mata, há o espírito que vivifica". Isto porque, como veremos adiante, "Toda ambiguidade do signo se prende ao fato de que ele representa algo para alguém" (LACAN, 1998 [1964], p.197), o que possibilita uma certa transmissão repetitória (paráfrase) e também uma nova leitura (polissemia). E, se estamos no jogo da linguagem (escrita e leitura), estamos igualmente no jogo do discurso e das representações ideológicas, sempre pontuais, para sujeitos em posições específicas no contexto sócio-histórico.

O diálogo vida e morte também se produz no nível do que é reproduzido, não de forma idêntica, pois consideramos que "repetição não é reprodução" (LACAN, 1998 [1964], p.52), e sem o aspecto de furo, 1 mais 1 seria mesmo igual a dois e ponto. No entanto, no nível do original se produz o como, o saber-poder-dizer de cada um, a marca sempre possível do giro deslocante e do sentido instável. Por isso, concordamos com a Análise do Discurso de filiação francesa (PÊCHEUX, 1988 [1975]) que concebe a linguagem como superfície opaca e incompleta, inscrita pelos não-acabamentos e não-todos, e com a psicanálise de leitura lacaniana que considera o simbólico implicado por uma "barra sobre algo que existe" (MILLER, 1995, p.91) e que "o discurso cuja natureza é ser um discurso rompido" (LACAN, 2003, p.20) é sempre um semi-dizer que porta uma semi-verdade.

Compartilhamos com o leitor o nosso semi-dizer, isto é, os fragmentos de dizível construídos ao longo de nossas reflexões e de elaboração desse tema que tanto nos afeta como sujeitos de linguagem, visto que nos expôs a uma realidade tão complexa, quanto angustiante, tão distante de nós em alguns posicionamentos e sentidos, e paradoxalmente tão próxima pelo tanto de falta que ela nos implicou. Agora, daremos início aos capítulos que constituirão o corpo e os membros desta pesquisa: começaremos pelas matrizes teóricas da Análise do Discurso (capítulo I, sessão 1); seguiremos enfatizando, na segunda seção, a questão do sujeito para a AD e para a psicanálise; na terceira seção, entraremos na questão sobre a

ideologia e as ideologias; abriremos, no capítulo II, seis seções para discutir a noção de historicidade sobre a infância e chegaremos à análise dos dados no capítulo III trabalhando mais de perto as questões sobre o tema, com vários aspectos das condições de produção do narcotráfico no Brasil, sobre as metrópoles, as leis e normas e punições do tráfico, a questão da parceria entre consumidores, estado e narcotráfico, o capitalismo, o morro e nãos-sentidos de criança , para, enfim, fazer um fechamento no capítulo IV, provisório e incompleto como é o discurso.

2 DISCUSSÃO TEÓRICA

"A hora do encontro é também despedida...
A plataforma desta estação
é a vida deste meu lugar, é a vida"
(Milton Nascimento)

Eternos Caminhantes (1919), de Lasar Segall

2.1 Análise do Discurso como disciplina: surgimento, matrizes teóricas, rupturas

"Não me atrevi a dizer nada; ainda que quisesse, faltava-me língua."
(Machado de Assis)

Conforme introduzimos, esta pesquisa tem por base teórica a Análise de Discurso, fundada por Michel Pêcheux nos meados dos anos 60 do século XX, na França. O estatuto que o discurso ganha na releitura peuchetiana, de "um verdadeiro nó" (MALDIDIER, 2003, p. 15), e que "permite analisar a textualização do político" além da "política da língua que se materializa no corpo do texto, ou seja, na formulação, por gestos de interpretação que tomam sua forma na textualização do discurso" (ORLANDI, 2005a, p.10), foi decisivo para suportar a proposta desta pesquisa, a saber, analisar os sentidos e sujeitos discursivos de crianças e jovens trabalhadores do tráfico de drogas, fazendo pandan, ou alicerçando a estrada teórica que iremos traçar, textecer (Borges,1986).

Para Pêcheux (1990), que inscreveu a Análise do Discurso na tensão entre Linguística e a história, "ela representa a possibilidade de ler no discurso textual os traços da memória histórica tomada no jogo da língua" (MALDIDIER, 2003, p.90) e se constituiu ao longo de sua construção em um campo baseado em três grandes pilares teóricos, a saber: materialismo histórico (Marx e Althusser), Linguística (Saussure) e psicanálise (Freud e Lacan). A partir dessas bases, o autor realizou tessituras e rompimentos conceituais, engajamento e crítica, filiação e desprendimento, para as quais lançava "questões delas para elas mesmas" (MALDIDIER, 2003), refletindo de um outro lugar e utilizando-se de muito esforço e argumentação para chegar à singular composição de sua teoria, a Análise do Discurso. Importante considerar também, que, se atribuímos à Pêcheux o reconhecimento de um fundador da teoria do discurso, da Análise do Discurso (AD), não devemos esquecer que o autor "produziu sua obra na confluência com outros fundadores" (GREGOLIN, 2006, p.13). E assim, retomaremos neste capítulo alguns fragmentos cronológicos do percurso do autor e seu tempo de formulação e de formalização da teoria, centrando-nos na noção de sujeito discursivo, e para isto nos utilizaremos principalmente da obra de uma autora que participou de dentro/perto desta "aventura teórica" que foi Denise Maldidier (2003) em *"A Inquietação do Discurso - (Re)ler Michel Pêcheux hoje"* e da analista do discurso Rosário Gregolin (2006), que em seu livro *"Foucault e Pêcheux na análise do discurso – diálogos & duelos"*

faz uma releitura da historicidade destes dois autores, para a seguir, aproximarmo-nos de alguns conceitos capilares da teoria que se articularão com os objetivos e corpus desta pesquisa.

> Seguindo esta historicidade, podemos ver a construção de um campo do saber que movimentou teorias, deslocou conhecimentos estabilizados, derrubou certezas e implantou questionamentos que fizeram as ciências humanas enveredarem por questões que até hoje produzem efeitos. (GREGOLIN, 2006, p.13)

Michel Pêcheux (1938-1983) nasceu em Tours, França, onde frequentou um liceu em que tomou gosto pelo alemão e teve uma filiação católica, seguindo seus estudos na Escola Normal Superior (ENS) da rua d'Ulm, onde se formou filósofo, agregado em 1963. Vale destacar o valor científico que borbulhava na ENS naquela época, que, nas palavras de Maldidier (2003, p.17) foi muito além de uma prodigiosa escola, foi um lugar "de ardor teórico em que o pensamento busca um novo fôlego nos encontros interdisciplinares inéditos". Destaque também para a rua D'Ulm, local que sediou intelectuais de peso na releitura estruturalista dos anos 60, como o filósofo Louis Althusser, o psiquiatra e psicanalista Jacques Lacan, o filósofo e epistemólogo Georges Canguilhem, o matemático e linguista Paul Henry e o psicólogo Michel Plon, nomes que retomaremos adiante com algumas de suas contribuições para Pêcheux e sua teoria, entre outros. Estes nomes e lugares fazem parte da conjuntura intelectual filosófica que possibilitou o nascimento da teoria que foi gerada por/com Pêcheux.

Graduado, Pêcheux passou a lecionar filosofia e, com o apoio de Canguilhem, ingressou como pesquisador no Laboratório de Psicologia Social, em 1966, no Centre Nacional de Recharche Scientifique (CNRS) onde se orientou "para a história das ciências e a epistemologia" (MALDIDIER, 2003, p.17) e refletiu sobre a filosofia do conhecimento empírico, focalizou o sentido, "que é o ponto nodal no qual a Linguística intersecta a Filosofia e as Ciências Sociais", reorganizando esse campo do conhecimento (ORLANDI, 2005a, p.10). De seu encontro com Paul Henry e Michel Plon, Pêcheux estabeleceu uma interlocução que foi fundamental para a formulação do projeto da Análise de Discurso, conhecida também por "Comuna dos três amigos", que ansiava pela construção de uma espécie de Cavalo de Tróia que pudesse romper e transformar as ciências sociais. Ainda em 1966, Pêcheux publica seu primeiro artigo, na revista *Cahiers pour l'analyse* sob o pseudônimo de Thomas Hebert (MALDIDIER, 2003), que trata da "epistemologia das ciências sociais e de uma "teoria geral das ideologias" (GREGOLIN, 2006, p.61).

Maldidier (2003) aponta que um pólo referencial fundamental para o autor neste seu período de aprendizagens foi Louis Althusser, que lhe impactou com seu pensamento político (tão caro à teoria do discurso ainda por vir neste período) e com sua reflexão sobre a obra marxista. Destacamos como uma de suas propostas mais conhecidas, "a proposição do corte epistemológico operado por Marx e sua consequente abertura de uma nova disciplina para o conhecimento humano: o continente História" (GREGOLIN, 2006, p.36). Assim, Althusser (1980 [1970], p. 120) elaborou a questão da ideologia como relação imaginária do sujeito com suas condições materiais de produção, sendo as ideologias originárias das classes sociais envolvidas nas lutas de classes: "das suas condições de existência, das suas práticas, das suas experiências de luta, etc", considerando "O Capital a verdadeira ciência dos modos de produção e, portanto, da história humana" (GREGOLIN, 2006, p.36). Marcamos ainda que Althusser foi ativo leitor de Freud e interlocutor-leitor de Lacan, foi autor do ensaio amplamente conhecido "Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado: notas a uma pesquisa", em que propunha uma nova categoria de sujeito, "um sujeito atravessado pela ideologia e pelo inconsciente" (GREGOLIN, 2006, p.61), publicado em 1970 na revista *La Pensée*. Foi autor de livros como o *Lire Le Capital* (1965), obra que ressoará em Pêcheux na leitura althusseriana de Sigmund Freud:

> É a partir de Freud que começamos a suspeitar do que escutar, logo o que falar (e calar), quer dizer; que este 'querer dizer' do falar e do escutar descobre, sob a inocência da palavra e da escuta, a profundidade assinalável de um duplo fundo, o 'querer dizer' do discurso do inconsciente - esse duplo fundo de que a Linguística moderna, nos mecanismos de linguagem, pensa os efeitos e as condições formais (ALTHUSSER apud MALDIDIER, 2003, p.18)

É este olhar/escutar que suspeita daquilo que olha/escuta, um olhar estrangeiro, estranhador, uma escuta que faz alteridade, desconfiada sobre as palavras, sobre o discurso e seus possíveis efeitos de sentido que veremos ao longo da construção teórica de Pêcheux. E é pelo viés de um olhar estrangeiro que poderemos estranhar o já naturalizado e resignificar os sentidos.

Voltemos a Pêcheux. No fim dos anos 60 do século XX, mais precisamente em 1969, o autor escreve uma verdadeira "máquina discursiva" intitulada "*Análise Automática do Discurso*", conhecida também pela expressão AAD69, e que serviu para ele como um "laboratório de uma teoria do discurso ainda por vir" (MALDIDIER, 2003, p.19), em que questionou conceitos até então estabilizados/estabelecidos como o de texto, sentido e leitura, inaugurando a constituição de uma nova teoria e de um objeto original que é o discurso. O

livro inteiro trata deste novo postulado, "enquanto teoria geral da produção dos efeitos de sentidos, que não será nem o substituto de uma teoria da ideologia nem o de uma teoria geral da produção dos efeitos de sentidos, que não será nem o substituto de uma teoria da ideologia nem o de uma teoria do inconsciente, mas poderá intervir no campo destas teorias (texto I)" (MALDIDIER, 2003, p.21), referindo-se, sob o vocábulo "Tríplice Entente", aos nomes de Marx, Freud e Saussure. A formulação da "máquina discursiva" foi uma tentativa polêmica, como podemos ler em uma crítica de Lacan (2003, p. 11) feita em seu Seminário XIX:

> É a máquina que eu desmonto. Mas, faço a observação para o uso de alguns, não é para demonstrar que é uma máquina, menos ainda para que um discurso seja tomado como uma máquina, como fazem alguns, justamente por quererem engatar sobre o meu, de discurso. Em que, o que eles demonstram é que não engatam no que faz um discurso, isto é, o real que aí passa necessariamente

Vemos aí um exemplo de como as teorias, AD e psicanálise, representadas no discurso de Pêcheux e Lacan, tocaram-se neste momento histórico, lembrando ainda, um gancho fundamental sobre o qual não iremos adentrar, mas que vale pelas articulações que historicamente foram tecidas entre a Linguística e outros campos do saber, em especial, a psicanálise.

> Se a psicanálise deve-se constituir enquanto ciência do inconsciente, convém partir de que o inconsciente é estruturado como uma linguagem (LACAN, 1998 [1957], p.193)

A AAD69 caracteriza-se principalmente pelo caráter experimental em que Pêcheux tateava a teoria que estava por vir, tese em que aparece a tentativa de desconstruir a discursividade sobre o discurso e só então, a posteriori, tentar apreendê-lo. Marca também sua escritura: ele se fará linguista a partir desta escrita. Deixou indícios de conceitos que seriam só depois elaborados, como o interdiscurso, e a "idéia do não-dito constitutivo do discurso" (MALDIDIER, 2003, p.25). Em 1970, Pêcheux bordeava a Linguística e a informática com a finalidade de construir uma gramática de reconhecimento do francês, visando aprimorar o dispositivo da AAD69 (MALDIDIER, 2003, p. 25), proposta feita em 1974, nos "Primeiros elementos de um analisador morfo-sintático do francês" em que ele remete às questões da enunciação. Faz outras parcerias intelectuais, com Antoine Culioli e Catherine Fuchs, escrevendo um texto intitulado "Considerações teóricas a propósito do tratamento formal da linguagem", no qual se pode ler um prelúdio das formações discursivas e que desembocará na

teoria dos dois esquecimentos na 37ª revista Langages, e que retomaremos adiante no capítulo sobre o sujeito.

Com sua autocrítica, veremos que, posteriormente à AAD69, Pêcheux considerou que a metodologia empregada na "análise automática" "teve como efeito o 'primado do Mesmo sobre o Outro', isto é, levou a análise à busca das invariâncias, das paráfrases de enunciados sempre repetidos" (GREGOLIN, 2006, p.62), o que impulsionou seu trabalho em direção "à heterogeneidade, ao Outro, à problematização metodológica" (GREGOLIN, 2006, p.62) em um segundo momento. Uma das questões levantadas por Pêcheux à Linguística da época, que teve seu ponto de origem em Saussure, era a exclusão que esta teoria fazia da historicidade. Para as ciências sociais, o referido autor questiona a tomada da linguagem como evidente, direta, "transparência da linguagem sobre a qual elas se sustentam" (ORLANDI, 2005a, p.10), criticando a continuidade da ideologia que as funda, que imprimia concretude e literalidade à linguagem. Ele assevera ainda, a nomeação de "ciências" a algumas disciplinas que se negam, ignoram, ou não querem saber de sua relação com a política e que "ainda por cima se paramentam com os atributos da cientificidade emprestando seus métodos da estatística e da Linguística" (MALDIDIER, 2003, p. 20). Um furo nos psicologismos, sociologismos e análises de conteúdos tão em voga nestes fins dos anos 60, na França, um furo que se abre para outras formas de olhar, de dizer, de analisar e de interpretar. Diante disso, podemos aferir que a fundação deste novo conhecimento se deu em meio a vários embates sustentados por Pêcheux, de um lado, e pela intelectualidade científica francesa na conturbada década de 60, por outro lado, que pressionava o autor Pêcheux a integrar ao seu objeto de estudo, o discurso, as já consagradas disciplinas Linguística, psicanálise e/ou história. (MALDIDIER, 2003).

O olhar de Pêcheux neste tempo de elaboração de uma nova teoria focaliza o leitor que realiza sua leitura em um determinado espaço-tempo, um sujeito interpelado ideologicamente e que produz um discurso dentre outros possíveis e filiado a um Outro saber discursivo (interdiscurso) que significa antes, em outro lugar, e que se atualiza conforme estão dadas as condições de produção destes dizeres. Este conceito "condições de produção" foi elaborado a partir do marxismo e descrevia as circunstâncias em que um discurso era produzido e foi reformulado enquanto "tecido histórico-social" que constitui o discurso, ampliando esta noção que pulveriza o texto: "'É impossível, afirma Michel Pêcheux, analisar o discurso como um texto [...] é necessário referi-lo ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido das condições de produção'. (texto I)." (MALDIDIER, 2003, p.23)

Isso nos permite inferir que Pêcheux funda uma teoria materialista dos processos de significação da linguagem, compreendendo os processos de produção de sentidos sempre

afetados pela exterioridade que, nesse caso, não constitui um de fora da linguagem, mas o seu de-dentro. No que se refere ainda aos aspectos de filiação, Saussure sempre esteve enfaticamente presente na obra peuchetiana, que, ao seu olhar operou um deslocamento da função para o funcionamento da língua e que constituiu uma "diáspora", visto que "A seus olhos, o deslocamento operado por Saussure, da função para o funcionamento da língua é um adquirido irreversível" (MALDIDIER, 2003, p.22). Um dos feitos saussurianos foi ter estabelecido a língua enquanto: "(...) um sistema de valores constituído não por conteúdos ou produtos de uma vivência, mas por diferenças puras, Saussure a colocou do lado da abstração, separando-a do empirismo e das considerações psicologizantes" (GREGOLIN, 2006, p.23), mesmo que em partes, já que ele estabelece a fala como individual e assistemática, o que vai de encontro com o individuo centralizado das teorias psicologizantes. E assim, Pêcheux reconhece a ilusão do par saussuriano "língua/fala" com seu sujeito livre, incompatível com sua proposta de "processo de produção do discurso", ponto em que observamos uma das particularidades construídas no novo esboço teórico e que ir/rompe com/de sua base na Linguística (MALDIDIER, 2003). O que está em jogo aqui é tanto o reconhecimento do mestre genebrino, Saussure, que consagrou a cientificidade da língua e que é seu feito histórico, quanto a crítica que Pêcheux faz em sua teoria sobre o sujeito, que não é livre- já que é interpelado pela ideologia, e indo além, é um sujeito que emerge entre significantes, ele é determinado por seus significantes e não por seus significados. "Tudo está em jogo aqui, inclusive o próprio futuro do caminho científico aberto por Saussure" dirá Pêcheux (1988 [1975], p.245), e em seguida designa o ponto de fragilidade do "edifício saussuriano":

> Mostramos, com efeito, no curso deste trabalho, que a noção saussuriana de fala constituía justamente "o mais fraco elo" do dispositivo científico estabelecido sob a forma do conceito de língua: a fala não é de modo algum o conceito de um elemento contraditório dialeticamente ligado ao conceito de língua, e todas as acrobacias teóricas nada poderão mudar nesse particular; a fala saussuriana é, bem ao contrário, o autêntico tipo de anti-conceito, um puro excipiente ideológico que vem "completar" por sua evidência, o conceito de língua, portanto um tapa-buraco, um remendo que oculta a "lacuna" aberta pela definição científica da língua como sistematicidade em funcionamento (PÊCHEUX, 1988 [1975], p.245)

Foi, então, com a extensão do pensamento saussuriano ao estruturalismo, no fim dos anos 60, através de autores como Andre Martinet, Bloomfield, Zellig Harris, Chomsky e "da (re-)leitura de Marx, Freud e Saussure, operada por Levi-Strauss, Lacan, Althusser, Foucault, Derrida" (GREGOLIN, 2006, p.32) é que puderam marcar "o fim da hegemonia filosófica da fenomenologia e do existencialismo" (GREGOLIN, 2006, p.32) realizando o encontro das

três teorias – a tríplice aliança - que possibilitaram um efeito subversivo, uma revolução cultural. E essa mudança de paradigma causou diversos efeitos, como um furo no narcisismo da humanidade, furo que chamamos por castração, que é um feito simbólico a inaugurar toda a possibilidade de nos tornarmos seres humanos, e, portanto, o que nos particulariza enquanto humanos. O giro do par significado/significante para significante/significado foi feito por Lacan (1998 [1964]), relendo o Curso de Linguística Geral de Saussure e contando com o apoio de Althusser.

> Toda a ambiguidade do signo se prende ao fato dele representar algo para alguém (...) um significante é o que representa um sujeito para um outro significante (LACAN, 1998 [1964], p.197)

O conceito de signo aqui é o avesso do conceito de signo da Linguística, pois para Lacan, não há um referencial para o signo, um significado prévio, não se pode prender à moral, às regras, ou seja, em todo significante, há uma ponta de um ato, e em todo ato, há a ponta de um significante. As palavras não dão conta de nomear, pois o Sn é perdido mesmo, o que Lacan nomeará a partir de seu Seminário IV, de *objeto a*, o objeto para sempre perdido do sujeito na linguagem, este algo que escapa e que tem a ver com o real. O real faz parte de um tripé conceitual, enodando-se às duas outras instâncias, a do simbólico e a do imaginário; e pode ser definido como aquilo que escapa à representação, um vazio que possibilita as articulações simbólicas e imaginárias, ele é "uma realidade fenomênica que é imanente à representação e impossível de simbolizar" (ROUDINESCO; PLON, 1998, p. 645). O próprio pensamento pode ter estatuto de ato, produzir movimento, porém, não consegue colar a coisa em suas representações, daí um único significante poder ter múltiplos significados, e esse algo que escapa, é o que chamamos por real. Estamos, aqui, no plano do simbólico, um dos três registros apontados por Lacan e que pode ser entendido da seguinte forma:

> O simbólico, é onde algo que falta pode existir. Vocês conhecem o famoso exemplo da biblioteca, tomado por Lacan. Há uma biblioteca, e os livros são enumerados. Se alguém pega um livro pode-se dizer que esse livro falta em seu lugar porque é uma ordem simbólica. Somente na ordem simbólica é que algo que não está pode existir e ser notado – falta esse livro. O mais importante para o bibliotecário não são tanto os livros que se tem ali, mas os livros que faltam. (MILLER, 1995, p. 91)

Saussure (1970), em sua teoria estrutural da língua, introduz o termo "significante" para designar uma parte do signo linguístico que remeteria a uma imagem acústica, e que a outra parte seria o significado ou o conceito em si. Portanto, a função do signo, na fala, seria

unir uma imagem acústica a um conceito, este que já é a representação de alguma coisa. Outra função do signo é fazer parte de um sistema de valores, sendo que o valor de um signo é medido "por sua relação com todos os outros signos" consolidando em uma estrutura (ou uma "totalidade sincrônica") ou uma sincronia significante. Saussure elaborou uma *significação* que consistia em situar o significado acima do significante, separados por uma barra.

Para Lacan (1998 [1964]), o significante tinha função primordial (a de determinar o destino do sujeito) e, assim, ele inverte a posição desta *significação*, colocando o significado abaixo do significante. Ainda acrescenta que toda significação remete à outra significação. O mesmo autor (1998 [1957]) introduz em sua teoria, dois elementos que aproximam sua hipótese do inconsciente-linguagem: a metáfora e a metonímia, que correspondem aos eixos de condensação e deslocamento da teoria freudiana. Lacan retoma linguistas (Roman Jakobson, Morris Halle) que trabalham com a concepção de que o ser falante realiza, sem perceber enquanto fala, a seleção (escolher ou preferir alguma palavra e não outra, o que tem relação com os esquecimentos de Pêcheux, sobre os quais falaremos no próximo capítulo) e a combinação (relacionar duas palavras que formam uma continuidade). A partir daí, associa a primeira ao exercício de uma função metafórica e a segunda ao processo da metonímia, e salienta que estes dois mecanismos encontram-se no funcionamento onírico (ROUDINESCO; PLON, 1998).

Nessa acepção, a metáfora é o elemento produtor de sentido, "onde há condensação, substituição, relação de similaridade [...] e nela produz-se um sentido outro para um significante"; sendo que é na metonímia, "onde ocorrem deslocamento, transposição, combinação, há um novo significante para um mesmo sentido" (MARIANI, 2005, p. 10). Portanto, o significante é um aspecto material, podendo ser uma imagem acústica ou visual e serve para que nele se inscreva algo que é de outra ordem, ocorrendo um permanente jogo de transposição: "O significante inscreve algo que é uma ausência, aparece em lugar da coisa, em substituição de uma ausência" (BLEICHMAR, 1984, p.21), o que permite a ilusão de que não falta nada. "É porque a falta se inscreve como presença que se pode produzir a ilusão" (BLEICHMAR, 1984, p. 21). Retomaremos o sujeito, o significante e o significado com devido tratamento em um capítulo à frente, dada a importância deste giro que terá efeitos históricos que não cessarão de se inscrever na atualidade, e que funda uma singularidade teórica que caminha na contra-mão das populares correntes teóricas da comunicação, do cognitivismo, das ciências positivistas.

Em 1971 ele faz uma entrada triunfante na Linguística, publicando logo após a morte de Benveniste (estudioso da epistemologia da Linguística de renome internacional), um artigo

escrito a seis mãos: Michel Pêcheux, Claudine Haroche e Paul Henry, intitulado "A semântica e o corte saussuriano: língua linguagem e discurso", texto que veio dois meses após Pêcheux aparecer com outro texto: "Língua, linguagem, discurso", publicado na página "Idéias" do L'Humanité (MALDIDIER, 2003) em que, em ambos os trabalhos, o autor interveio na questão do corte saussuriano construindo uma leitura que aparta a língua de uma de suas funções que seria a de expressão e posicionando-se contra a semântica à medida que apontava para seu objeto, a saber, o sentido, como um conceito que excedia o campo da Linguística, criticando a generalização do estruturalismo nas "linguagens" e questionando o que podia essa ciência em se tratando do sentido. Continua nestas des/construções das teorias linguísticas sempre preocupado com o que colocaria no lugar, ou como reconstruiria: "Não se destrói realmente senão o que se é capaz de substituir" (PÊCHEUX apud MALDIDIER, 2003, p.29). E é neste artigo de 71 que encontramos a primeira formulação da teoria do discurso:

> As formações ideológicas [...] comportam necessariamente como um de seus componentes uma ou mais formações discursivas interrelacionadas que determinam o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc) a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada. (PÊCHEUX apud MALDIDIER, 2003, p.32)

Observamos que a noção de discurso está inscrita no âmbito do materialismo histórico, associado às práticas sociais e realizado através de um mecanismo ideológico que intermedeia o que pode/deve e/ou não pode/ não deve ser dito. Em AD, a ideologia foi re-significada a partir da linguagem, colocada como um processo que se faz presente em qualquer interpretação que vise os sentidos para qualquer objeto simbólico que questione o ser humano. Orlandi (2005b, p. 46) esclarece este mecanismo de interpelação de sujeitos e naturalização dos sentidos:

> Naturaliza-se o que é produzido na relação do histórico e do simbólico. Por este mecanismo - ideológico- de apagamento da interpretação, há transposição de formas materiais em outras, construindo-se transparências – como se a linguagem e a história não tivessem sua espessura, sua opacidade – para serem interpretadas por determinações históricas que se apresentam como imutáveis, naturalizadas. Este é o trabalho da ideologia: produzir evidências, colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência

A questão do sujeito também vai passar por estas reflexões, de forma basilar, a ponto de situar o sujeito como efeito ideológico elementar (outro eco de Althusser em Pêcheux) de uma posição no jogo tenso das lutas de/pelo poder. Em 1975, Pêcheux publica *"Semântica e*

Discurso (Les Vérités de La Palice)", que podemos nomear como a obra que inaugura uma segunda fase da teoria peuchetiana, considerado por Maldidier (2003), seu livro mais importante propondo uma teoria materialista do discurso. Neste mesmo ano, antes de "*Semântica e Discurso*", ele escreve um artigo para a revista Langages, de número 37, intitulado "Atualizações e perspectivas a propósito da análise automática do discurso" em que reescreve, reflete, retifica suas inquietações da AAD69, faz uma auto-crítica de sua primeira obra, expressando de forma amadurecida sobre "as relações da análise de discurso e da teoria do discurso" (MALDIDIER, 2003, p.38), e definindo o campo teórico e o quadro epistemológico, na conjunção de três regiões de conhecimento científicas, a saber: materialismo histórico, Linguística e a teoria do discurso e alguma referência de uma teoria da subjetividade com um atravessamento de natureza psicanalítica. Sua proposta neste texto foi conjugar uma trama de conceitos que inclui a leitura, o sujeito, a produção de sentidos, formação discursiva, formação social e formação ideológica, o pré-construído, e a ideologia (dentre outros), que são pilares teóricos que foram aprofundados em Semântica e Discurso e que apresentaremos mais de perto nos próximos capítulos desta dissertação.

Em sua crítica ao sujeito empírico utilizado nas teorias linguísticas e nas ciências da comunicação, Pêcheux, (apud MALDIDIER, 2003, p. 42), critica renomados pesquisadores da época, como Jakobson, Benveniste e Bally, rumando para a elaboração dos dois esquecimentos constitutivos do sujeito em parceria com a teoria psicanalítica:

> A 'teoria dos dois esquecimentos' emerge no artigo 37 de Langages. Remanejada desde Semântica e Discurso, ela será logo criticada, depois abandonada. Eu a vejo como um meteoro teórico que não parou sem dúvida de produzir efeitos. Sob o termo de "esquecimento" que Michel Pêcheux arranca de sua acepção psicológica, tenta pensar a ilusão constitutiva do efeito sujeito, isto é, a ilusão para o sujeito em estar na fonte do sentido. No 'esquecimento número 1' o sujeito 'esquece', ou em outras palavras, recalca que o sentido se forma em um processo que lhe é exterior: a zona do 'esquecimento número 1' é, por definição, inacessível ao sujeito. O 'esquecimento número 2' designa a zona em que o sujeito enunciador se move, em que ele constitui seu enunciado, colocando as fronteiras entre o 'dito' e o rejeitado, o 'não-dito'. (MALDIDIER, 2003, p.42)

Há aqui uma linha de fratura fundamental entre as teorias sobre o sujeito e sua relação com a linguagem, que, ou situam este sujeito como fonte de seu dizer, como a psicologia e suas variantes "'neuronais' ou sociais" (AUTHIER-REVUZ, 1998, p.16) o fazem ou estão em oposição às outras teorias, dentre as quais estão a AD e a psicanálise, que situam o sujeito como efeito da linguagem. Com efeito, "consideramos que o dizer não poderia ser transparente ao enunciador, ao qual ele escapa, irrepresentável, em sua dupla determinação

pelo inconsciente e pelo interdiscurso" (AUTHIER-REVUZ, 1998, p.17) e, assim, localizamos o lugar deste sujeito dividido.

> É aqui que a categoria lacaniana do imaginário é colocada em jogo, e a 'função de desconhecimento' assegurada estruturalmente no sujeito por um 'ego' ['moi'] ocupado em anular, no imaginário, a divisão que afeta o 'eu' ['je'] (...); essa categoria permite ultrapassar a alternativa 'bloqueada' que apresentam (reduzindo igualmente o sujeito e sua enunciação ao que é o seu imaginário, para tirar disso consequências opostas) as abordagens pragmáticas, de um lado, encerrando a enunciação em um espaço de intenção, de interações, de representações (estratégias, relações com o outro, desdobramentos, imagens...), ignorando decididamente o que na enunciação poderia escapar a este registro (AUTHIER-REVUZ, 1998, p.17).

Portanto, em consonância com a psicanálise, e não com as teorias da psicologia, o "esquecimento número 1" é parte de um processo inconsciente, é estruturante, o recalque originário que irá permitir ao sujeito falar, tem a ver com o *Je*. O "esquecimento número 1" faz com que o sujeito falante tenha a ilusão de que sua fala, sua ideia, se originou nele, ou seja, recalca que os sentidos são constituídos na linguagem que é exterior ao sujeito e que as palavras já constituíram sentidos antes, em outro lugar. Assim, coloca Orlandi (2005b, p.35) sobre o esquecimento número um ou esquecimento ideológico:

> (...) ele é da instância do inconsciente e resulta do modo pelo qual somos afetados pela ideologia" e ainda "Na realidade, embora se realizem em nós, os sentidos apenas se representam como originando-se em nós: eles são determinados pela maneira como nos inscrevemos na língua e na história e é por isto que significam e não pela nossa vontade. (...) Isto não significa que não haja singularidade na maneira como a língua e a história nos afetam

À parte do que seria singular, particular, seria justamente o modo como nos inscrevemos neste "processo em andamento", o como fazemos nossa inscrição na história de nossas vidas, na/pela linguagem, no tecer a malha que compõe um tecido vivo. O ato de criação não é originário, mas pode ser original. Acrescentamos também, que "as ilusões não são defeitos, são uma necessidade para que a linguagem funcione nos sujeitos e na produção de sentidos" (ORLANDI, 2005b, p.36), pois é quando o sujeito esquece que ele pode se identificar com o que diz e se constituir sujeito:

> É assim que suas palavras adquirem sentido, é assim que eles se significam retomando palavras já existentes como se elas se originassem neles e é assim que sentidos e sujeitos estão sempre em movimento, significando sempre de muitas e variadas maneiras. Sempre as mesmas, mas ao mesmo tempo, sempre outras. (ORLANDI, 2005b, p.36).

Estão assim afirmadas duas conclusões que encontramos em Tfouni (2003, p.151): "1° - lembrar supõe esquecer; 2° - esse processo de esquecimento se instala em virtude de um recalque originário, que é constitutivo do sujeito, através do qual o indivíduo acede ao simbólico". A autora nos lembra que, se de um lado temos a memória, que não tem sua gênese no sujeito, mas que se manifesta em sua enunciação, por outro lado temos também que considerar o esquecimento, pois este inclui a interpretação, ele significa, à medida que "o processo parafrástico proposto por Pêcheux, produz o efeito metafórico de migração de sentido de uma sequência para outra, que é enunciada 'em seu lugar', mas cujo sentido é deslocado (ou seja, o não-dito significa)" (TFOUNI, 2003, p.151).

Já o "esquecimento número 2" teria a ver com a realização do imaginário no simbólico em termos da releitura em Freud de Lacan, poderíamos associar à operação que *Moi* realiza, aquela parte do *eu* que busca anular os furos de linguagem, em que o sujeito tem a ilusão de selecionar o que diz e dizer o que corresponde ao seu pensamento, ou que tem a ver com o pré-consciente da 2ª tópica freudiana, ou ainda, em outras palavras, que a escolha das palavras irá realmente representar da forma mais consistente a idéia que subjaz em sua fala, sem se dar conta da interpelação ideológica que o assujeita, calando outras possibilidades de enunciação. O sujeito tem a ilusão de conseguir falar o que queria dizer, dar o sentido que queria ao seu discurso, tomando como certa uma correspondência entre palavra, pensamento e mundo (ORLANDI, 2005b). Podemos questionar quanto a como fazer com a mentira na enunciação, desta mentira que é o engodo que o sujeito se engaja ao cair nesta ilusão de poder dizer o que pensa, "Aquele que mente é de fato o sujeito da enunciação, e não do enunciado" (TFOUNI, 2003, p.148). Com o emaranhado de componentes que constituem o sujeito e a linguagem descritos acima, podemos aferir que o lugar do analista é o lugar de estranhamento da cadeia significante, analisar os enunciados para além da enunciação. Vemos, nestas formulações, as primeiras investidas na busca de saber sobre uma articulação (ainda hoje inacabada) entre ideologia e inconsciente. Para Pêcheux (1988 [1975], p. 265), em "*Semântica e Discurso*", "caracterizamos como efeito de intradiscurso uma das fontes dessa identificação imaginária, ligada a uma zona de esquecimento número dois" e logo adiante continua:

> Todas as identificações especulares que se exercem na linha do ego ideal e que fazem o sujeito saltear de captura em captura são inteiramente dependentes de uma outra identificação, simbólica não-especular, que é constitutiva do ideal do ego (presente no inconsciente sob forma de um pensamento, de um desejo) (PÊCHEUX ,1988 [1975], p. 265).

Segundo Orlandi (2005b, p. 35) "O esquecimento número dois é da ordem da enunciação: ao falarmos, o fazemos de uma maneira e não de outra, e, ao longo de nosso dizer, formam-se famílias parafrásticas que indicam que o dizer sempre podia ser outro" e o modo de dizer significa a particularidade daquele dizer enquanto um, o diferencia de um outro modo de dizer, apesar de aparentar uma naturalidade entre palavra e coisa, como se houvesse uma "relação direta entre o pensamento, a linguagem e o mundo" (ORLANDI, 2005b, p.35). De alguma forma e parcialmente, podemos colocar a questão dos "dois Esquecimentos" em diálogo com um tópico do primeiro capítulo de "*Palavras Incertas*", de Jacqueline Authier-Revuz (1998), intitulado "*Encontro e Representação das não-coicidências do dizer*", que coloca em outras palavras sobre essa assimetria em que o sujeito falante experimenta ao/no/pelo dizer. Neste tocante, a heterogeneidade foi extensamente elaborada pela linguista Jacqueline Authier-Revuz, que, com seu procedimento, "colocava em evidência as rupturas enunciativas no 'fio do discurso', o surgimento de um discurso outro no próprio discurso" (MALDIDIER, 2003, p.73). Assim, Authier-Revuz (1998, p. 20-21) assinala:

> quatro campos de "não-coincidência do dizer" ou de heterogeneidade que o dizer se representa como localmente "confrontado" com pontos em que, assim "alterado" ele se desdobra:
> a-) não-coincidência interlocutiva entre os dois co-enunciadores;
> b-) não-coincidência do discurso consigo mesmo, afetado pela presença em si de outros discursos;
> c-) não-coincidência entre as palavras e as coisas;
> d-) não-coincidência das palavras consigo mesmas, afetadas por outros sentidos, por outras palavras, pelo jogo da polissemia, da homonímia etc.

Assim, o dizer é afetado por estes quatro campos simultaneamente e constitutivamente, "isto é, de forma inerente, permanente e irrepresentável" (AUTHIER-REVUZ, 1998, p.21), compondo sua heterogeneidade constituída e, neste ilusório encontro linguageiro, o que se produz são suposições de saber, que se sabe ou que o outro sabe, são imagens construídas que não refletem o real, mas permitem acessá-lo no instante mesmo da produção de um dizer, sempre parcial e fragmentado, o representam no ato de enunciação e seu constitutivo silenciamento, pois a verdade é sempre não-toda, é composta de semi-verdades semi-ditas, já que o real, a verdade como um todo sempre nos escapa. Pêcheux (1988 [1975]) retoma Freud (*"A Interpretação das Afasias- um estudo crítico"*, de 1891) sobre a suposição de que a imposição de sentidos às representações suporia uma divisão entre a "representação-coisa" e a "representação-palavra" (FREUD, 1977, p. 71) e prossegue:

> Ora, o que o desenvolvimento lacaniano da teoria psicanalítica nos ensina sobre este ponto é que essa divisão se dá no elemento do Significante que não é, como tal, nem "representação de palavra" nem "representação de coisa": diferentemente do signo que "representa alguma coisa para alguém" – e do qual também podemos nos fazer uma representação -, o significante "representa o sujeito por um outro significante" o que nos parece acarretar duas consequências de extrema importância:
> 1-) A primeira consequência se verifica no que se poderia chamar o primado do significante sobre o signo e o sentido: o significante, que não é o signo, e, como tal, não tem sentido, determina a constituição do signo e do sentido (PÊCHEUX, 1988 [1975], p. 262).

E continua o autor:

> Chegamos agora à segunda consequência (...) dizendo que o significante toma parte na interpelação-identificação do indivíduo em sujeito: 'Um significante representa o sujeito por um outro significante', o que acarreta que o significante não representa nada para o sujeito, mas opera sobre o sujeito fora de toda compreensão (PÊCHEUX, 1988 [1975], p.264)

Passando brevemente por *"Semântica e Discurso"*, a obra mais densa de Pêcheux, observamos uma trilha sobre a semântica e seus fundamentos e tendências, tais como as evidências que fundam a semântica de que "as palavras comunicam um sentido, há pessoas e há coisas, há subjetivo e objetivo, há emocional (retórica) e cognitivo (lógica)" (MALDIDIER, 2003, p.45) que serão criticados em seguida com duas teses:

> 1. A semântica é o ponto nodal em que se condensam as contradições que frequentam a Linguística (suas tendências, escolas etc); 2. A semântica é o ponto em que a Linguística tem a ver com a filosofia e a ciência das formações sociais, na maior parte das vezes sem reconhecê-lo. (MALDIDIER, 2003, p.45).

Com essas teses, Pêcheux abre as portas para um novo trabalho com o discurso, que engloba a contradição e a tensão, seu funcionamento dicotômico, sua composição impossível de ser inteiramente apreendida, comunicada, absorvida: tudo isso aponta para um real que escapa, que resta, que é inapreensível na língua e no discurso, e indica a assimetria que colocamos anteriormente: "O real existe, necessariamente, independentemente do pensamento e fora dele, mas o pensamento depende, necessariamente, do real, isto é, não existe fora do real." (PÊCHEUX, 1988 [1975], p. 255). E continua:

> A não-simetria que liga, deste modo, real e pensamento indica, de saída, que não estamos diante de 'duas regiões', o que torna sem efeito a questão de saber qual das duas regiões 'contém' a outra e em que condições (e em que espaço) se pode tentar fazê-las coincidir (PÊCHEUX, 1988 [1975], p. 255)

Neste momento de filosofar a Linguística, Michel Pêcheux faz um mergulho em Frege, um filósofo materialista, que o influenciará na análise do funcionamento do *pré-construído* e na *articulação de enunciados* e num retorno à política (MALDIDIER, 2003, p.47). Podemos encontrar os efeitos deste mergulho no livro "*Semântica e Discurso*", em que Pêcheux (1988 [1975], p.99) remete ao "pré-construído" conforme proposto por Paul Henry:

> Foi isso que levou P. Henry a propor o termo "pré-construído" para designar o que remete a uma construção anterior, exterior, mas sempre independente, em oposição ao que é "construído" pelo enunciado. Trata-se, em suma, do efeito discursivo ligado ao encaixe sintático

Nessa perspectiva, ele aborda os referidos conceitos da seguinte forma: como consequências de efeitos tipicamente discursivos já que "O efeito de pré-construído, ligado ao encaixe sintático, e o de uma distância entre 'o que foi pensado antes, em outro lugar e independentemente, e o que está contido na afirmação global da frase (texto IV)'. A articulação de enunciados (...) seu efeito próprio (...) é um processo de sustentação"; isso porque "O discurso atual não é o que sua imagem deixa ver, o sujeito não pára de aí encontrar o "impensado do pensamento" (MALDIDIER, 2003, p.48), o que torna a *formação discursiva* muito mais complexa que uma *prática discursiva*. A terminologia *formação* é pinçada em dois lugares: primeiro, a versão marxista de *formação social* é deslocada para o campo do discurso, segundo, em Frege, com a problematização da *formação dos nomes*, em que os nomes próprios podem referir a um mesmo objeto mas/e com sentidos diferentes, apontando para a não saturação gramatical (PÊCHEUX, 1988 [1975]). Neste intercâmbio sobre a *formação* é que a terminologia passará a ser empregada para sustentar uma prática discursiva imbricada sócio-historicamente e atravessada ideologicamente em uma conjuntura dada, a *formação discursiva* (FD): "(...) todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classes" (PÊCHEUX, 1988 [1975], p.92) e mais adiante, FD como "aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito" (PÊCHEUX, 1988 [1975], p.160). Estes postulados condensam-se com as referidas noções de sujeito, sentido, interpelação ideológica, pré-construído, inconsciente, dentre outros, e que permitem, segundo Pêcheux (1988 [1975], p.134): uma "progressão oblíqua, afetada por idas e vindas" [...] no entrelaçamento de elementos frequentemente díspares e ambíguos" em que vários fios se sobrepõem e, com eles, o surgimento de outro conceito-chave, o interdiscurso (MALDIDIER, 2003).

O interdiscurso é entendido aqui como um "espaço discursivo e ideológico no qual se desdobram as formações discursivas em função de relações de dominação, subordinação, contradição" (PÊCHEUX, 1988 [1975], p.51), ou seja, ele se apresenta em sua dupla forma: enquanto "pré-construído e processo de sustentação [...] e que constituem, no discurso do sujeito, os traços daquilo que o determina, são re-inscritos no discurso do próprio sujeito" (PÊCHEUX, 1988 [1975], p.163). O autor chama por interdiscurso esse "'todo complexo com dominante' das formações discursivas" (PÊCHEUX, 1988 [1975], p.162), é a memória discursiva que sustenta cada tomada da palavra, uma memória "que fala antes, em outro lugar, independentemente" (ORLANDI, 2005b, p.31). É um conceito-chave à medida que "reordena e aprofunda os conceitos já estabelecidos por Michel Pêcheux" (MALDIDIER, 2003, p.51) e que:

> permite trazer para a AD uma história não-cronológica. Uma história que está inscrita a contradição, e que captura o sujeito em uma teia (já-lá) de significações, fazendo-o inscrever-se à sua revelia, em uma formação discursiva, no mesmo movimento em que 'se esquece' de que as palavras que ele (sujeito) pensa escolher livremente, já estão dotadas de sentido, e só por isso significam (TFOUNI, 2003, p.154)

Portanto, é o interdiscurso, tal qual uma malha formada de memória e formações ideológicas que fornece o conjunto de evidências e significações que o sujeito re-conhece por um fio como sendo sua realidade, e se "esquece" que poderia ser(em) outra(s) as realidades e os fios. E é na esfera do interdiscurso que pode acontecer o intradiscurso, conceito que diz sobre o fio de um discurso, de um sujeito, e que funciona somente referido ao interdiscurso. O intradiscurso é um lugar de onde o sujeito se identifica "consigo mesmo, com seus 'semelhantes' e com o 'Sujeito'" (PÊCHEUX, 1988 [1975], p.172), filiando-se a sentidos que já foram ditos e repetidos; ou seja, o sujeito ancora-se em um já-lá que é a condição do dizível. Sujeito com S maiúsculo aqui tomado como Outro da teoria de Lacan, conforme Pêcheux articula, ao longo do capítulo 3, "A forma-sujeito do discurso" em que retoma o termo introduzido por Althusser que define:

> Todo indivíduo humano, isto é, social, só pode ser agente de uma prática se se revestir da forma de sujeito. A 'forma-sujeito', de fato, é a forma de existência histórica de qualquer indivíduo, agente das práticas sociais (ALTHUSSER apud PÊCHEUX, 1988 [1975], p.183)

Em seu capítulo, Pêcheux (1988 [1975], p. 163) diz que o sujeito da AD é um "'sujeito do discurso', uma forma-sujeito, uma posição no discurso dentre outras possíveis" e que "o

'ego' ou 'o imaginário no sujeito' não se reconhece em sua divisão e seu 'assujeitamento ao Outro'" dado seu funcionamento de identificação com a formação discursiva que o domina, constituindo os traços daquilo que o determina em seu discurso e fundando a unidade imaginária do sujeito que acredita ter autonomia e liberdade.

> O efeito da forma-sujeito do discurso é, pois, sobretudo, o de mascarar o objeto daquilo que chamamos o esquecimento no 1, pelo viés do esquecimento no 2. Assim, o espaço de reformulação-paráfrase que caracteriza uma formação discursiva dada aparece como lugar de constituição do que chamamos o imaginário linguístico (corpo verbal)" (op., cit., p.177). "todo "ponto de vista" é o ponto de vista de um sujeito" (op., cit., p.179). "Se acrescentarmos, de um lado, que esse sujeito, com um S maiúsculo - sujeito absoluto e universal - , é precisamente o que J. Lacan designa como o Outro (Autre, com A maiúsculo), e, de outro lado, que, sempre de acordo com a formulação de Lacan, "o inconsciente é o discurso do Outro", podemos discernir de que modo o recalque inconsciente e o assujeitamento ideológico estão materialmente ligados, sem estar confundidos, no interior do que se poderia designar como o processo do Significante na interpelação e na identificação, processo pelo qual se realiza o que chamamos as condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção (PÊCHEUX, 1988 [1975], p.134)

Entre fragmentos de rupturas teóricas com aquelas três principais teorias que se fazem "andaime" para a "ponte da análise do discurso" se constituir, encontramos alguns trechos na obra *"Semântica e Discurso"* em que Pêcheux (1988 [1975], p. 245) faz críticas à Lacan, Saussure, Marx, tais como:

> Mostramos, com efeito, no curso deste trabalho, que a noção saussuriana de fala constituía justamente 'o mais fraco elo' do dispositivo científico estabelecido sob a forma do conceito de língua: a fala não é de modo algum o conceito de um elemento contraditório dialeticamente ligado ao conceito de língua.

Estas e outras inquietações e questionamentos contribuíram para o gradual ordenamento da teoria do discurso que se formava, colocando-a em uma nova perspectiva, sob um novo paradigma. Foi principalmente durante o período que abrange 1975 a 1980 que Pêcheux realiza esta construção teórica rompendo com as demais teorias sobre o discurso. Uma das importantes atividades de Pêcheux nesta época foi o seminário intitulado "Pesquisas sobre a teoria das ideologias", em que ele juntamente a Paul Henry e Michel Plon (conhecido por seminário HPP) proferiram suas reflexões acerca da banalização de termos como "ideologia", "inconsciente freudiano" e "primado da luta de classes" e debater as questões que se teciam no encontro (desencontro/confronto) "da língua, da psicanálise e da política" (MALDIDIER, 2003, p.56). Isso durante os três anos e meio que aconteceu o HPP, entre 1976

e 1979. Interessante retomar alguns nomes que circulavam neste seminário fomentando o debate, como a psicanalista Elizabeth Roudinesco (com quem Michel Plon escreveria e publicaria em 1998 o importante e renomado "*Dicionário de Psicanálise*"), Françoise Gadet, Denise Maldidier, Jean Claude Milner, dentre muitos outros (MALDIDIER, 2003).

É notável a diferença textual e discursiva de Michel Pêcheux entre 1976-1977, período das tentativas, e 1978-1979, período com ênfase na política, em que ele "conduz resolutamente a batalha teórico-política contra o reformismo" (MALDIDIER, 2003, p.57), e nas palavras de Gregolin (2006, p. 63), discorrendo sobre o período pós- *Les Vérités,* "(...) é sobre a base Linguística que se desenvolvem os processos discursivos, mas, ao mesmo tempo, todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classe, enfatizando, entretanto, que essas relações são contraditórias".

A Linguística estava em plena crise por causa das divergências entre o logicismo chomiskiano ["inscrita na evolução da gramática gerativa" (MALDIDIER, 2003, p.58)] e sociologismo ["ilustrada pelo desenvolvimento da sociolinguística" (MALDIDIER, 2003, p.58)], acerca das questões da língua e do sujeito. Michel Pêcheux compartilhava do posicionamento de Françoise Gadet na crítica sobre a sociolinguística, tomada por eles como "'lugar de recobrimento da política pela psicologia'" (MALDIDIER, 2003, p.59), marcando em que ponto a AD não poderia ser parte desta teoria que falava em "sujeito individual, coletivo, comunicação intersubjetiva" (MALDIDIER, 2003, p.59). Nos meados de 1977, 1978, entra em voga um debate acerca de um novo corte epistemológico na leitura da Análise do Discurso francesa, que teve início em uma exposição intitulada "*Ler Volochinov*", de Bernard Gardin, e que, segundo Maldidier (2003, p. 60.):

> V.N. Volochinov tenta pensar a unidade da língua na luta de classes e designa à teoria marxista a tarefa de apreender os fenômenos ideológicos através do estudo das formas da linguagem e do discurso" (op. cit., p.59) e continua: "Pela crítica ao "objetivismo abstrato" de Saussure, Volochinov tende a anular a dimensão própria da língua (...) ele conduz à fusão da Linguística em uma vasta semiologia

Retomemos este trecho de embates para não nos esquecermos do fervor teórico desta época na França, e o posicionamento de Pêcheux na contramão de mais uma onda: para ele, o legítimo corte epistemológico foi o de Saussure:

> Em torno do corte saussuriano continuam a se ligar, para ele, o jogo do formalismo e do sujeito, a possibilidade de pensar a singularidade do sujeito na língua assim como a articulação entre a língua e o inconsciente (MALDIDIER, 2003, p.60)

Em 1977, Pêcheux faz uma comunicação intitulada "*Remontemos de Foucault a Spinoza*" em um simpósio no México. Ele trabalha a partir de uma leitura althusseriana, ou seja, uma leitura materialista de Spinoza, um paralelismo filosófico entre estes dois autores, e conclui "Spinoza avança onde Foucault permanece hoje um pouco bloqueado" (PÊCHEUX apud. MALDIDIER, 2003, p.64), apontando para pontos em que eles se coincidem e se diferem. Enquanto Spinoza em seu tempo fez um esboço de uma teoria materialista das ideologias, o segundo ignora a questão da contradição, tema que Pêcheux irá explorar em direção às formações discursivas, tomando o termo emprestado a Foucault, porém com um emprego bem distinto: "(...) as palavras mudam de sentido segundo as posições mantidas por aqueles que as empregam ou (...) de uma formação discursiva a outra" (PÊCHEUX apud. MALDIDIER, 2003, p.65) ou "(...) o sentido das palavras muda de acordo com a posição na luta de classes daqueles que a empregam" (GREGOLIN, 2006, p.125), acrescentaríamos também que o sentido muda também de acordo com o lugar de quem escuta a palavra, imprimindo ao discurso sua marca - qualquer que seja ela, de aceitação, rejeição, espanto, concordância, discordância, etc, o que aponta para as aparentes contradições e equívocos no discurso daquele que o enuncia em diferentes épocas, ou mesmo para a polissemia de quem escuta/lê o discurso proferido/escrito, em uma perpétua/permanente negociação de sentidos.

Por mais que se esforce em fechar os sentidos, controlá-los, usufruir do lugar de autor, o sujeito do discurso - que enuncia e/ou que o escuta - pode furar o esquema linguageiro, composto de "palavras porosas" (AUTHIER-REVUZ, 1998, p.26), que não serve para comunicar, apesar dos esforços para um sujeito "que é sujeito a ser falante" fazer seus jogos com "estratégias interativas em espelho" (AUTHIER-REVUZ, 1998, p.27), dado à polissemia, mas para transmitir parcialmente as idéias em uma constante negociação, dado sua heterogeneidade e atravessamentos. A história de cada um é singular, irrepetível, intransferível, e sua leitura de mundo e sua interpretação de sentidos, neste viés, é também única. Isto se ilustra como metáfora nas/pelas palavras de Cecília Meireles na poesia "O Vento" em que ela instala o seguinte verso: "O vento é o mesmo, mas sua resposta é diferente em cada folha" (MEIRELES, 1983).

Para Pêcheux, a ideologia não podia ser pensada como um bloco homogêneo, assim como as formações discursivas (FDs), que foram concebidas como divididas, abarcando a questão da contradição da seguinte forma: "(...) é preciso ler no próprio interior do discurso da ideologia dominada, na própria maneira como ele organiza a dominação da ideologia dominante" (MALDIDIER, 2003, p.65), o que anuncia a noção de heterogeneidade citada acima, que é um elemento que possibilita a transformação no campo das tensões e

negociações que constituem os sentidos, a contingência da heterogeneidade que rompe com a reprodução de/dos sentidos como já anotamos anteriormente. Com a virada da conjuntura teórico-política, marcada pela crise no marxismo, muitas mudanças e avanços se deram neste campo de estudos, e Pêcheux, apesar de se manter firme com relação à questão do sentido, vai se voltar para o materialismo histórico no confronto com a psicanálise, o que se evidencia em seu texto "Só há causa daquilo que falha", escrito no começo de 1978 em que evidencia a questão das resistências, das ideologias dominadas. Sob o patrocínio de Lacan, vemos um retorno crítico sobre a questão do *sujeito* que não deveria ser reduzido ao *eu*, apresentado no seminário HPP em março de 78: "Tomar muito a sério a ilusão de um eu-sujeito-pleno onde nada falha, eis precisamente algo que falha no *"Semântica e Discurso"* (PÊCHEUX apud MALDIDIER, 2003, p.65), tomado em seguida no anexo acrescido à versão inglesa do texto peuchetiano *"Verités de la Palice"* (1982) e no português "*Semântica e Discurso- uma crítica à afirmação do óbvio"* (MALDIDIER, 2003).

A questão sobre o sujeito movimenta sempre uma nova polêmica, talvez por seu aspecto furado constitutivamente falando, que possibilita diversas leituras: a do teórico do discurso, do analista do discurso, do clínico da psicanálise, do teórico da psicanálise, variando conforme o olhar daquele que mira de um determinado lugar, época, etc, essa coisa a que se tenta apreender com o léxico *sujeito*. É um conceito emblemático que será trabalhado mais adiante no próximo capítulo. A interrogação política de Pêcheux neste período, 1978, colocava a questão do sujeito atrelada a uma fórmula ilusória antropologicamente, mas que circulava, que era "Os homens fazem a História", abrindo para outros questionamentos, como: "Como pensar o 'h' minúsculo no 'H' maiúsculo da História?" (MALDIDIER, 2003, p.66) e, em "*Semântica*", podemos notar sua preocupação com o sujeito, Sujeito, forma-sujeito, além de uma tentativa de relacionar Marx e Lacan, desconstruindo e construindo os laços entre História e psicanálise, com a coragem de um crítico preocupado em romper sem destruir "o já-dito sobre...". E a partir da teoria de Althusser sobre a interpelação ideológica é que Pêcheux vai marcar um posicionamento polêmico sobre este tema, que, nas palavras de Maldidier (2003, p.68):

> o acontecimento constituído pela tese althusseriana da interpelação, se é teórico, no sentido em que coloca o marxismo em relação com os conceitos psicanalíticos, é também e sobretudo político: ele faz entender, no interior do próprio movimento operário, que não é possível escapar das injunções da ideologia dominante

Ele faz também uma autocrítica, no artigo 37 da Langages, acusando-se de ter podido sugerir aproximação entre a idéia filosófica do esquecimento (ou apagamento) e o conceito psicanalítico de recalque: "Os traços inconscientes do Significante não são jamais 'apagados' ou 'esquecidos' mas trabalham sem interrupção no batimento sentido/non-sens do sujeito dividido" (PÊCHEUX apud MALDIDIER, 2003, p.69). E é assim que Pêcheux faz um giro na teoria althusseriana sobre a interpelação em que "Os sujeitos vão por si sós" (ALTHUSSER apud MALDIDIER, 2003, p.68) e "indivíduos são interpelados em sujeitos pela ideologia" (ALTHUSSER apud MALDIDIER, 2003, p.68): não é mais no sucesso da interpelação ideológica que emerge o sujeito, mas justamente em suas falhas, "nos traços de seus obstáculos, que se toca o sujeito" (ALTHUSSER apud MALDIDIER, 2003, p.70).

> A ordem do inconsciente não coincide com a da ideologia, o recalque não se identifica nem com o assujeitamento nem com a repressão, mas a ideologia não pode ser pensada sem referência ao registro inconsciente. (PÊCHEUX, 1988 [1975], p.301)

Esse modo de pensar a linguagem afetada pela história e pela ideologia será insistentemente retomado, apontando para a heterogeneidade constitutiva do discurso, e, diferente de seu olhar no começo da criação da teoria, em que apontava para a ideologia dominante, faz um passe para as ideologias dominadas e as bordas porosas entre elas. Remontando ou retomando o fio da história, Pêcheux escreve em 1979 um texto que coloca a questão das materialidades discursivas em um espaço de confronto entre as disciplinas afins do discurso, dentre elas a Linguística, a História, a Psicanálise. Este texto serviu de abertura no colóquio "*Materialidades discursivas*", que aconteceu em Nanterre em abril de 1980, precedeu as articulações feitas durante os três dias de debates em torno dos temas do evento, que foi direcionado para cinco questões: "1. Para onde vai a análise do discurso?; 2. Discurso e História; 3. Discurso e lógica; 4. Discurso e Linguística; 5. Discurso e Psicanálise" (MALDIDIER, 2003, p.73).

A questão da heterogeneidade apareceu já na composição do grupo que organizou o evento, nomes consagrados da Linguística, novos estudiosos, psicanalistas, representantes das disciplinas sócio-históricas, etc. Mas vai além, pois seu primado (o da heterogeneidade) vai servir de ângulo para o olhar de Pêcheux sobre o discurso: "A questão do discurso é, a partir de então, posta sob o signo da heterogeneidade" (MALDIDIER, 2003, p.74). A respeito da obra de Authier-Revuz (1998), que enfatiza e esmiúça o referido conceito, Maldidier (2003, p. 77) tece vários elogios:

> (...) através de uma fusão de exemplos finamente trabalhados, abordava a questão das aspas que, colocadas em uma palavra ou expressão, marca uma suspensão da tomada a cargo pelo enunciador. Esta questão tocava diretamente o surgimento do outro no discurso de um sujeito

O rigor do discurso científico-acadêmico nunca valorizou tanto esta questão da heterogeneidade, sendo ela demarcada em todo o corpo textual de uma pesquisa, estamos na era das patentes, da marcação das autorias, da responsabilização pelo dizer. Podemos observar a valorização da heterogeneidade deslizando metonimicamente, também, fora do meio acadêmico, fazendo circular no discurso da mídia, nas ruas, nos sujeitos, a proposta de miscigenações de idéias, de áreas, de campos do saber, de povos, de tribos, do diferente, em especial no Brasil, conhecido mundialmente por sua vasta e peculiar mistura de povos e credos. Sabe-se que o discurso se originou em uma rede de outros discursos, e que deixa indícios de suas filiações teóricas, repetindo um fio da história pela memória do dizer, mas também promovendo rupturas, apagamentos, silenciamentos, novos enlaces, novas formas e arranjos sobre e pelo discurso. Há sempre um sujeito a furar as normas e as tradic/ções.

Retomando o fio de nossa filiação teórica, e continuando na trilha de Pêcheux na busca do novo, naquela mesma época, ou seja, no início dos anos 80, ele desenvolve uma tese intitulada "*O estranho espelho da análise de discurso*", em que aborda uma auto-crítica que aponta para a AAD69 como um estudo doutrinário, um artefacto conjuntural para visar o político, e mais uma vez, propõe outra saída subvertendo seu próprio discurso de até então: "a voltar-se para o formigamento dos discursos ordinários, o exame das falas anônimas, o conversasional" (MALDIDIER, 2003, p.75). O ano de 1980 é também o ano em que Michel de Certeau lança seu livro "*A invenção do cotidiano*", que semeou idéias importantes que viriam a servir de objeto para a AD:

> Deslocando 'o objeto de estudo dos discursos escritos-legítimos-oficiais para o registro dos diálogos, réplicas, narrativas, histórias e histórias cômicas, provérbios, aforismas..' ele parecia oferecer à análise de discurso o objeto que ela procurava (MALDIDIER, 2003, p.81).

Reequacionando a relação entre a ideologia dominante e a dominada, o autor vai em direção "à escuta das circulações ordinárias do sentido, à escuta teórico-política da fala dos dominados" (PÊCHEUX apud GREGOLIN, 2006, p.130). Em seus últimos tempos, a partir de 1981, Pêcheux investe no programa RCP ADELA (Pesquisa Cooperativa do Programa e Análise do Discurso e Leituras de Arquivo) que era dividido em três setores: "'Arquivo sócio-histórico', 'Pesquisas Linguísticas sobre a discursividade', 'Informática em análise de

discurso'" (MALDIDIER, 2003, p.79). Este programa "visava o desenvolvimento dos trabalhos de análise de discurso [...] com uma ligação estreita e coerente com as preocupações sócio-históricas, a pesquisa Linguística e o desenvolvimento da informática textual" (MALDIDIER, 2003, p.79), além de colocar a noção foucaultiana de "arquivo" em "confronto com os textos sócio-históricos mais diversos" (MALDIDIER, 2003, p.80) e de se pôr à prova, como disciplina, partilhando leituras, fazendo girar o discurso, fazendo circular as idéias e reflexões, numa perspectiva interdisciplinar.

Em 1983, a Análise do Discurso é oficialmente tomada como disciplina da Linguística, dando a ver seu sucesso, mas mantendo seu lugar de subversiva, e convidando a estabelecer relações nas articulações de vários ramos do saber, tais como a matemática, a informática, História, Linguística (MALDIDIER, 2003), etc, nas sessões plenárias e em grupos de trabalho. E o grupo de Pêcheux havia começado um trabalho que permaneceu inacabado, "sobre os funcionamentos discursivos da palavra 'mesmo' no corpus de editoriais de revistas da 'Nova Direita'" (MALDIDIER, 2003, p.85), editoriais estes reunidos por Piere-André Taguieff. A pesquisa convidava a percorrer as redes significantes que permitem colocar em evidência os "materiais discursivos preexistentes, subjacentes às construções. Ela convidava a uma retomada de textos anteriores" (MALDIDIER, 2003, p.85).

A RCP fez intensa pesquisa também com a informática em análise do discurso, fruto do encontro de pesquisadores franceses e quebequences, que criaram o software DEREDEC, que serviu de instrumento adaptado "aos problemas de análise sintática e de construção de algoritmos discursivos" (MALDIDIER, 2003, p.85). O ramo da informática foi causa de muito interesse por parte de Pêcheux, tanto no sentido de fascínio quanto de crítica com relação ao perigo do pensamento técnico substituir o intelectual.

> O recurso à informática se inscrevia no interior de um pensamento político. Era necessário se instalar no centro mesmo do fluxo, não para o conter, mas para aí preservar espaços de interrogações, para aí desfazer o fechamento do sentido (MALDIDIER, 2003, p.94)

Em seu último texto, "O discurso: estrutura ou acontecimento?", que foi uma comunicação feita por Pêcheux em uma conferência chamada *"Marxismo e Interpretação da Cultura: Limites, fronteiras, coerções"* realizada em julho de 1983 (MALDIDIER, 2003), fica bem demarcado o lugar da AD como teoria que se ocupa de objetos inscritos em espaços discursivos não estabilizados logicamente em contraposição às ciências ditas tecnológicas e matemáticas, ciências da natureza. Tais questões balizam uma teoria que centra sua atenção no sujeito do discurso, afetado pela história e pela língua, que colhe significantes para investir

nos objetos simbólicos, e, ao mesmo tempo, é investido por este acontecimento do significante através da interpelação ideológica, para daí produzir sentido(s) e questionar o como a materialidade discursiva significa. Desde Pêcheux, "o discurso é efeito de sentidos entre interlocutores" (ORLANDI, 2005b, p.21), portanto, é na experimentação do discurso que se joga com sentidos, em movimentos de articulação, negociação, argumentação, realiza-se os gestos de interpretação e a produção de sentidos, os investimentos e desinvestimentos das significâncias, realizando fissuras e quebras em algumas partes das teorias hegemônicas que sustentavam os saberes sobre estas e outras questões relacionadas ao discurso, ao texto, às leituras, ou qualquer outro lugar "onde se produz o encontro da língua com o sujeito" (MALDIDIER, 2003, p.96). Assim, a partir da AD de Pêcheux, o discurso nunca mais será o mesmo, ele não é óbvio, evidente, ou transparente, mas representa uma forma possível de inscrição histórica, que é simbólica, um terreno movediço, tanto por suas permanências, repetições, paráfrases, tradições, quanto por seu aspecto a ser construído, um porvir, inovar, que põe em movimento o sujeito em direção à novas práticas de leitura.

A Análise do Discurso é uma teoria constituída de sua prática: "é porque o analista tem um objeto a ser analisado que a teoria vai-se impondo" (MALDIDIER, 2003, p.10), ou seja, é à medida que o objeto se apresenta que se faz possível analisá-lo, tendo por base um escopo teórico que permite desvelar aquilo que se passa nos entremeios, evidenciar a polissemia semântica, questionar um aparente equívoco, ou estranhar o aparente "óbvio" que se repete, rastrear a memória discursiva, enfatizar o sujeito, trabalhar com os não-ditos, silenciamentos do dizer, e analisar o discurso de uma forma sempre parcial e datada sócio-historicamente, já que ele é heterogêneo, polissêmico, dinâmico e atravessado pela ideologia. Esta teoria nos permite atrelar às possibilidades de práticas de leituras e análises, um olhar particular sobre o sujeito, seu discurso, e sua inscrição político-social. O percurso feito até aqui já nos permite aferir que esta teoria "abre uma perspectiva de trabalho em que a linguagem não se dá como evidência, oferece-se como lugar de descoberta. Lugar do discurso" (ORLANDI, 2005b, p.96) sempre marcado pela articula do simbólico com o político, o que faz intervir a ideologia sujeitando e assujeitando o sujeito no discurso.

As primeiras inquietações quanto à direção desta pesquisa a partir desta recapitulação histórica, apontam para o furo possível que o sujeito poderá fazer politicamente no social através de um posicionamento no discurso. Que sujeito é esse? O sujeito é um conceito que faz ponte entre a atualização da tradição e a inovação através da experiência singular, um desafio na/pela trama discursiva. A base teórica é fundamental para darmos seguimento ao que chamamos de sujeito, discurso, Ideologia e ideologias, inconsciente, dentro de um corpus

de pesquisa aparentemente tão tra/vestido de paráfrases, obviedades e transparências. A produção de sentidos é histórica, portanto, sentidos de criança nas condições de produção do tráfico de drogas, hoje, são sentidos em curso, sendo textecidos em nossa sociedade capitalista, ocidental, pós-moderna e midiática. E enfatizaremos de saída, logo, de entrada ao próximo capítulo, a noção de sujeito tal qual instituição que possibilita o corte na História pelo possível antagonismo em sua emergência, que faz deslizar os sentidos, possibilitar mudanças sociais; noção esta que é tema de nossa escrita no próximo capítulo.

2.2 A noção de sujeito discursivo

"eu não tinha nem nome pra lhe dar."
(Chico Buarque)

Refugiados (1922), Aquarela de Lasar Segall

Ao delinearmos o campo de constituição da Análise do Discurso, alguns conceitos ganham ênfase no prelúdio teórico como anunciamos anteriormente, dentre eles, o sujeito do discurso, que entrelaça consigo outros fios conceituais da AD, e nos serve de travessia para entrada em alguns deles, marcando sua topologia, sua matriz, seus efeitos, sua relação com os estes outros conceitos e com os sentidos em um discurso.

Não se trata de reduzir aqui, o sujeito ao conceito elaborado pelos analistas do discurso, mas delimitá-lo e enfatizá-lo como sujeito diferente do sujeito de direito - que é efeito de uma estrutura capitalista para viabilizar a organização, o controle e o governo desta estrutura social - e de demais sujeitos proferidos em outros campos do saber. O conceito de sujeito anuncia topologicamente o lugar de onde conceituamos à medida que se difere radicalmente de outros sujeitos de outros discursos teóricos. Se recorrermos ao dicionário gramatical, dentre as várias categorias de sujeito encontradas, podemos notadamente acentuar a diferença entre o sujeito do discurso e o sujeito de direito, aquele "titular de um direito" (FERREIRA, 1986, p.1627), os sujeitos gramaticais (oculto, simples, composto, determinado, indeterminado, zero) e o sujeito musical, além dos sujeitos das teorias da comunicação, e da psicologia, que são tomados como interlocutores e indivíduos, respectivamente. Segundo Orlandi (2005b, p. 50), "(...) o sujeito gramatical cria um ideal de completude, participando do imaginário de um sujeito mestre de suas palavras: ele determina o que diz", desta forma, ele acha que escolhe e define o que diz, mas ele é determinado tanto por seu lugar subjetivo possível naquele determinado momento de sua enunciação quanto por sua exterioridade, pela história que o atravessa:

> Não é vigente, na Análise de discurso, a noção psicológica de sujeito empiricamente coincidente consigo mesmo. Atravessado pela linguagem e pela história, sob o modo do imaginário, o sujeito só tem acesso a parte do que diz. Ele é materialmente dividido desde sua constituição: ele é sujeito de e é sujeito à. Ele é sujeito à língua e à história, pois para se constituir, para (se) produzir sentidos ele é afetado por elas. Ele é assim determinado, pois se não sofrer aos efeitos do simbólico, ou seja, se ele não se submeter à língua e à história, ele não se constitui, ele não fala, não produz sentidos. (ORLANDI, 2005b, p.50)

Vale ressaltar, aqui, esta noção, de forma particular, é fundamental para marcar, nos discursos, os movimentos e os sentidos de criança, filhos e netos do tráfico de drogas. O alerta é mesmo no sentido de chamar ao leitor sua responsabilidade no lidar com sua leitura, pois sempre falta algo a dizer sobre o sujeito, ou em outras palavras, "nunca nos parece suficiente falar do sujeito empregando uma predicação simples" (FERREIRA, 2005, p.01). Esta mesma autora, para argumentar esta dificuldade conceitual própria ao termo relativa à falta inerente

nele, e por em jogo o "realce à família conceitual do sujeito", utiliza-se da expressão "trama enfática do sujeito". Assim, convocando outros autores a reforçar sobre o sujeito do discurso, encontramos em Orlandi (2005b, p. 95) outro ponto de diferença: "À diferença do que pensa a Pragmática, asseveramos que o sujeito discursivo não realiza apenas atos. Se, ao dizer, nos significamos o próprio mundo, ao mesmo tempo, a realidade se constitui nos sentidos que, enquanto sujeitos, praticamos". Quanto à procedência do termo utilizado em AD, retornamos às filiações teóricas que embasaram as reflexões peuchetianas, sendo que, segundo Ferreira (2005, p.02):

> A categoria de sujeito procede da filosofia e ganha com Lacan um estatuto próprio ao ser introduzida com destaque no campo psicanalítico. É sempre bom lembrar, contudo, que Freud, ainda que não a nomeasse diretamente, já tratara em textos iniciais, do que seria o essencial em matéria de inconsciente. A concepção de sujeito formulada por Lacan, como um sujeito descentrado, efeito do significante que remete para um outro significante, encontra eco em outros campos das ciências humanas, como é o caso da análise do discurso. E Pêcheux não fica surdo à essa voz; muito ao contrário.

O sujeito do discurso, assim, é fruto de um entremeio entre movimentos metafóricos e metonímicos, paráfrase e polissemia, e ele significa em determinadas condições pelo viés do interdiscurso que sustenta seu dizer, inscrito pela memória, que por sua vez está inscrita nas formações discursivas, que são inscritas nas formações sociais, que se constituem nas injunções ideológicas.

Ainda falando em termos epistemológicos, em stricto sensu, a raiz do termo sujeito, no latim, designa "posto debaixo" (FERREIRA, 1986, p.1627), o que possibilita a conceituação que ganhou corpo com a AD e com a psicanálise, já que se trata de um sujeito dividido pela/na linguagem, interpelado pela ideologia, descentrado, clivado, gestado pela história e parido no discurso. É o elemento que faz fenda no discurso, opacificando a linguagem e sendo opacificado por ela, ao mesmo tempo em que faz elo, em um lugar intervalar, entre a linguagem, a ideologia e a psicanálise fazendo furo em cada uma dessas três instâncias, representados pelo equívoco na/para a linguagem, a contradição na/para a ideologia, e o inconsciente, na/para a psicanálise (FERREIRA, 2005), ou ainda, "posto debaixo" no sentido dos esquecimentos que o constituem. O eu (ego na interpretação inglesa da obra freudiana ou o moi (eu, em francês), na leitura lacaniana do mesmo termo) desconhece o sujeito (Je, ou sujeito do inconsciente, o agente) que enuncia em seu próprio discurso, mas tem acesso a partes do que diz, na cadeia significante. Explicaremos melhor. Lacan (1998 [1964], p. 194)

desenvolve em seu Seminário – livro 11, uma topologia para dar conta da constituição do sujeito:

> Primeiro acentuei a repartição que constituo ao opor, em relação à entrada do inconsciente, os dois campos do sujeito e do Outro. O Outro é o lugar que se situa a cadeia do significante que comanda tudo que vai poder presentificar-se do sujeito, é o campo desse vivo onde o sujeito tem que aparecer

Estamos diante de duas teorias – AD e psicanálise – que apresentam pontos de contato em alguns momentos, como por exemplo, na definição de sujeito como um filho do significante "... sujeito definido como efeito do significante" (LACAN, 1998 [1964], p.196). Jorge (2000, p.99 apud FERREIRA, 2005, p. 03), acentua esse lugar de escansão: "(...) 'o sujeito é esse entre significantes'. É ele que liga os significantes uns aos outros.". O sujeito do discurso, para AD, pode ser mapeado, notado, flagrado em seu(s) movimento(s) em determinadas marcas linguísticas. No bojo da AD, o sujeito é formalizado em relação a algumas de suas características principais: o sujeito do discurso se caracteriza por não ser empírico e, apesar de ganhar corpo na materialidade linguística, não é quantificável, não é normatizável, por não ter compromisso com as leis e normas que regem a semântica, o direito, as demais teorias. Ele emerge no discurso como sujeito faltoso, errante, desejante e passível de equívocos, ambiguidade e falhas, que se manifestam na ordem da língua e são afetados pela ideologia em dadas condições de produção (PATTI; ROMÃO, 2008).

Assim, segundo a AD, nas relações sócio-históricas são produzidos efeitos de sentidos entre interlocutores num espaço constantemente tenso de disputas, polêmicas, repetições, rupturas e deslocamentos. O sujeito pode migrar de uma posição para outra, produzindo um efeito de sentido diferente: "Devemos ainda lembrar que o sujeito discursivo é pensado como 'posição' entre outras." (ORLANDI, 2005b, p.49) e lembramos, segundo a mesma autora, que:

> O que há é uma modulação do nosso discurso e da nossa identidade nas diferentes relações. Essa modulação se faz em direção ao para quem do discurso e a contraditoriedade, então, é a seguinte: o sujeito é o mesmo e é diferente simultaneamente (ORLANDI, 1987, p.189).

Isso nos remete ao modo como o sujeito assume um lugar no discurso, garantindo uma imagem de si e dando ao seu interlocutor também um lugar no discurso, de modo a dizer ao outro de acordo com o que ele antecipa ser desejável e aceito. Esse processo, marcado pelo modo como o sujeito é interpelado pela ideologia, foi descrito por Pêcheux (1990) como constitutivo do discurso e é denominado jogo das formações imaginárias.

Expressão que designa as formações imaginárias		Significação da expressão	Questão implícita cuja "resposta" subentende a formação imaginária correspondente
A	I_A (A)	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A	"Quem sou eu para lhe falar assim?"
	I_A (B)	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A	"Quem é ele para que eu lhe fale assim?"
B	I_B (B)	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B	"Quem sou eu para que eu lhe fale assim?"
	I_B (A)	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B	"Quem é ele para que me fale assim?"
A	I_A (R)	"Ponto de vista" de A sobre R	"De que lhe falo assim?"
B	I_B (R)	"Ponto de vista" de B sobre R	"De que ele me fala assim?"

Jogo de antecipação das formações imaginárias

Dessa forma, um discurso significa à revelia da intencionalidade do sujeito, de sua suposta potência de conseguir expressar aquilo que pensa, da evidência de ele ser a fonte do seu dizer e da obviedade de suas palavras em relação às coisas e ao mundo. Pela ideologia, as posições assumem um efeito de evidência e naturalização, atribuindo à voz do sujeito um efeito de colagem ao pensamento e à realidade como se tudo fosse absolutamente óbvio. É o que encontramos em Pêcheux (1988 [1975], p.163) "o sujeito se constitui pelo 'esquecimento' daquilo que o determina". E continua o autor:

> 'o termo esquecimento não está designando aqui a perda de alguma coisa que se tenha um dia sabido, como quando se fala de 'perda de memória', mas o acobertamento da causa do sujeito no próprio interior de seu efeito' (PÊCHEUX, 1988 [1975], p.183)

Assim, o autor formula dois esquecimentos constituintes do sujeito, que já abordamos no capítulo anterior, mas que achamos importante rememorar: o esquecimento número 1 centra-se no fato de que "o sujeito-falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina" (PÊCHEUX, (1988 [1975], p.173), ou seja, ele não tem como ser a fonte de seu dizer, apesar de precisar desta ilusão para que enuncie. Enquanto que o esquecimento número 2, é aquele:

> pelo qual todo sujeito-falante "seleciona" no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e sequências que nela se encontram em relação de paráfrase - um enunciado, forma ou sequência, e não um outro, que, no entanto, está no campo daquilo que poderia reformulá-lo na formação discursiva considerada. (PÊCHEUX, 1988 [1975], p.173)

> poderia reformulá-lo na formação discursiva considerada. (PÊCHEUX, 1988 [1975], p.173)

Em outras palavras, o sujeito tem a ilusão de que consegue escolher as palavras mais adequadas para se expressar, colar seu pensamento às palavras, imprimir literalidade de sentidos aos enunciados e controlar os sentidos.

> O sentido é história. O sujeito do discurso se faz (se significa) na/pela história. Assim, podemos compreender também que as palavras não estão ligadas às coisas diretamente, nem são o reflexo de uma evidência. É a ideologia que torna possível a relação palavra/coisa. (ORLANDI, 2005b, p.95)

Bairrão (2003, p.11) nos aponta que a crítica que Lacan faz à filosofia é consequente da lógica em que "o sujeito não domina plenamente, ainda que o intencione, o contexto daquilo que formula. É o sujeito que, em realidade, falando é formulado pela palavra que diz", o que nos confere um outro ponto de encontro entre as duas teorias. A posição de Lacan foi compartilhada por Pêcheux que, como homem de seu tempo, não se contentava com as respostas que as ciências humanas de sua época davam com relação ao sujeito: "Pêcheux se angustiava com a concepção de sujeito cartesiano, sujeito do cogito, que circulava nas ciências humanas" (FERREIRA, 2005, p.02)

Sabemos, através de ambas as teorias, AD e psicanálise, da importância fundamental da falta, que se torna o lugar possível para que o sujeito seja este e tantos outros, para que deseje, deslize, desloque-se na rede significante e para que os seus sentidos de sujeito escapem, possam se tornar outros. Também registramos que há sempre um impossível no dizer, impossível de dizer, o que nos indica a completa parcialidade das supostas verdades e dos materializados dizeres, ou, em outras palavras, do real na língua.

> Se não houvesse a falta, se o sujeito fosse pleno, se a língua fosse estável e fechada, se o discurso fosse homogêneo e completo, não haveria espaço por onde o sentido transbordar, deslizar, desviar, ficar à deriva (FERREIRA, 2005, p. 04)

Os sentidos, assim, vão circulando conforme as formações sociais (FSs) determinam as formações ideológicas (FIs), que por sua vez, determinam as formações discursivas (FDs) em que os sujeitos se inscrevem ao enunciar. E esse jogo é amarrado e, ao mesmo tempo, instável de tal forma, que as suas bordas podem se romper, deslizar, deslocar e/ou repetir, por isso diz Pêcheux (1988 [1975], p. 160) que:

> uma palavra, uma expressão ou uma proposição não tem um sentido que lhe seria 'próprio', vinculado a sua literalidade" (p.161), mas sim "mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam"

Em algumas palavras, segundo Pêcheux (1988 [1975], p.162), a formação discursiva "é o lugar da constituição do sentido" e que é determinada pelas "posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico" (Pêcheux, 1988 [1975], p.160) que constituem uma formação ideológica e esta "dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao 'todo complexo com dominante' das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas" (PÊCHEUX, 1988, p.162), "todo complexo com dominante" entendido como interdiscurso, segundo o próprio autor. Furtado (2000, p.25) nos esclarece que "Uma FD se relaciona constantemente com seu exterior", pois é o lugar da constituição do sentido, e que é o pré-construído o elemento que "permite que se estabeleça uma relação entre intradiscurso e o interdiscurso". Com essa concepção de sentido enquanto efeito, Orlandi (2005b, p. 52) retoma dados importantes, dando outro nome à falta da qual falamos anteriormente e marcando a noção de incompletude: "A condição da linguagem é a incompletude. Nem sujeitos nem sentidos estão completos, já feitos, constituídos definitivamente"

Nesse momento, registramos a diferença capital entre a análise de conteúdo e a AD, pois a primeira centra-se em trabalhar com a noção de transparência como se os conteúdos e sentidos estivessem claros e identificáveis no texto. Isso implica a posição que o cientista assume de mera decodificação de textos, marcada por uma estabilidade dos signos cujos significados seriam sempre os mesmos, previsíveis e identificáveis com clareza. Considerando o papel da ideologia (e do inconsciente), o analista do discurso sempre tateia superfícies porosas, heterogêneas e instáveis pela opacidade que inscrevem. Faz o trabalho de capturar as marcas lingüísticas e tecer a sua interpretação a partir de uma posição que não é única nem absoluta.

Para falar sobre as FSs, FIs e FDs, Pêcheux (1990) articulou dados do materialismo histórico, da psicanálise e da lingüística, marcando que o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e não se reconhece enquanto subordinado ao Outro (interdiscurso), supondo que ele poderá fiar seu discurso com autonomia, construir seu intradiscurso como se não existisse um "sistema de evidências e de significações percebidas-aceitas-experimentadas" (PÊCHEUX, 1988 [1975], p.162). Vemos aqui como o sujeito não é livre, autônomo, independente, ou melhor, como ele se constitui na luta de classes, metáfora aqui para falar de como são legitimados ou silenciados os sentidos, na tensão das disputas dos sentidos.

Ancorado em uma FD, que é "dotada de fronteiras desestabilizadas" (FURTADO, 2000, p.26), o sujeito e(m) suas diversas posições se posiciona no discurso, sendo que:

> Uma FD pode, então, ser compreendida como uma unidade heterogênea, com fronteiras sujeitas a deslocamentos, sem limites certos e com a exterioridade fazendo parte de seu interior. Sendo heterogênea, uma FD abriga diferentes posições-sujeito. Essas posições estarão mais próximas ou mais distantes do sujeito do saber dessa FD, chamado por Pêcheux de forma-sujeito (FURTADO, 2000, p.25)

Marcando bem a questão das rupturas enunciativas no fio do discurso, a heterogeneidade [conceituada por Authier-Revuz (1998, p.20-21)], presente entre dois enunciadores, entre as palavras e as coisas, e ainda, entre as palavras consigo mesmas pode servir de caminho para refletirmos sobre o sujeito e sua relação com a língua, conforme explicitamos detalhadamente no capítulo anterior,

> A prática discursiva mostra que o sujeito, quando fala, adere à formação discursiva em que está inscrito. (...) Em suma, uma posição-sujeito materializa-se e pode ser apreendida no discurso pelos saberes da FD que o sujeito mobiliza para enunciar (CAZARIN, 2005, p.04)

E sabemos, pela teoria discursiva, que tal movimento é marcado pela heterogeneidade e pela possibilidade de os sentidos serem outros. Além disso, o assujeitamento do sujeito às vozes que o constituem passaria pela operação que a ideologia faz, apagando as fontes, naturalizando os dizeres possíveis àquele sujeito naquele determinado momento de enunciação, ou seja, interpelando-o. Inferimos também que esse trabalho da ideologia combina-se com a memória discursiva, sustentadora da possibilidade do dizível, pois, como afirma Orlandi (2005b, p.43): "As palavras falam com outras palavras. Toda palavra é sempre parte de um discurso. E todo discurso se delineia na relação com outros: dizeres presentes e dizeres que se alojam na memória". Nesta mesma perspectiva, pontuando também a questão do discurso e de sua forma dinâmica e heterogênea de funcionar, enquanto um acontecimento, Orlandi (2005b, p.54) recapitula que "Pela natureza incompleta do sujeito, dos sentidos, da linguagem (do simbólico) ainda que todo sentido se filie a uma rede de constituição, ele pode ser um deslocamento nessa rede"

O sujeito nesta pesquisa emergirá nas vozes de crianças, jornalistas, cartunista, pesquisadores, com o olhar voltado para um aspecto central, a questão de como significar hoje e produzir sentidos de criança. Indagamos: criança e infantil são sinônimos? Como a criança constitui-se como sujeito? Como estamos discurivizando, enquanto sujeitos-adultos, os

sujeitos-crianças na posição de trabalhadores do tráfico? Aparentemente a sociedade ignora, o estado não dá conta, o tráfico a acolhe. Mas se respondermos do lugar de analistas, colocamos o infantil no páreo, o sujeito que não tem idade, não cresce ou desenvolve, mas se constitui enquanto estrutura ainda no período da infância e se repetirá ao longo da vida do ser falante. Quanto a estas questões, adentraremos nos próximos capítulos, incluindo o corpus da pesquisa e as análises, visando o que nos interessa aqui, a saber:

> Interessa entender que o sujeito histórico da FD, não-homogêneo e fragmentado, nada tem a ver com o sujeito centralizado em um monolítico; é um sujeito relativizado, com forte presença do outro, com quem divide seu espaço discursivo – é ele, mais a complementação do outro, mais o inconsciente. Nesse outro, inclui-se não só o destinatário, mas também a voz de outros discursos, historicamente já construídos, que se encontram no nível do interdiscurso (CAZARIN, 2005, p. 03)

Voltando aos movimentos do sujeito no discurso, ao produzir ou re-produzir sentidos, é preciso considerar que o mecanismo de naturalização de dizer é produzido "na relação do histórico e do simbólico." (ORLANDI, 2005b, 46). Considerando a importância desses conceitos para o nosso objeto de estudo, fazemos uma pausa na discussão teórica para analisar discursivamente o cartum de Angeli em que os meninos da FEBEM são discursivizados, muitos dos quais registramos são filhos e netos do tráfico.

ANGELI. Corpo de delito. Folha de S. Paulo, São Paulo, p. A-2, 13 maio. 2005.

A sigla *"FEBEM"* (Fundação Estadual do Bem Estar do Menor), hoje transformada em Fundação Casa, aparece marcada com letra roxa na carne do menino, dando a ver suas costas marcadas com o hematoma-tatuagem. Inscrevem-se aqui sentidos dados pelo contexto sócio-histórico como naturalizados e legítimos de agressão, violência e de correção dos infratores ainda que, para isso, seja preciso deixar marcas na pele. Questionamos a obviedade dada pela suposta transparência dessa sigla, aqui deslocada para o espaço nomeado como "*ENFERMARIA*", fazendo falar outro espaço, qual seja, uma delegacia-hospital, que, pelo sentido ideológico de evidência, tanto corrige quanto cura, aqui assumindo o lugar substituto da família, que deveria supostamente se responsabilizar pela criança, corrigir e zelar pela vida dela.

Observamos uma FD constituindo sentidos não somente sobre o lugar e a criança, mas também a respeito da figura do médico, que confunde *"tatuagem"* com *"hematoma"* e, cego, questiona ingenuamente "*Mas, o que é isso?"*. Inferimos que ele é um sujeito que, em sua interrogação, incorpora o sintoma social, inclui-se no "não-poder-saber-disso" de que a criança institucionalizada sofre, silencia o que está-lá e escancara, para os vários espectadores da cena, o que não pôde ser dito. Desse modo, o médico é sujeito colocado no lugar do não-pronunciamento e da omissão, olhando silenciosamente através de seus óculos e pouco interpretando sobre o que vê. Por outro lado, é a própria criança que reconhece a violência que sofre, nomeia, dá linguagem para o que tem na própria pele, tomando para si a posição sujeito "vítima", que sabe sobre o diagnóstico para a sua própria "doença": a sigla FEBEM.

Marcamos, por fim, a polissemia do título "*Corpo de delito*", pois este dizer pode estar relacionado a duas cenas: primeira, ao exame comumente feito quando uma vítima sofre agressão, exame solicitado como comprovação de violência, em geral, dentro dos trâmites de um processo criminal; segunda, também pode dizer respeito ao próprio menino, inscrito como um corpo capaz de praticar delito já que está na FEBEM. Observamos que os sentidos tidos como naturais cristalizam-se pelo efeito ideológico, que faz parecer existir apenas um modo de enunciar e instala uma relação aparentemente direta entre as coisas e os nomes, o que nos remete aos dois esquecimentos já discutidos anteriormente.

Com base no cartum acima e nas considerações teóricas tramadas até aqui, indagamos: é possível dizer que criança é mesmo o que consta nos dicionários? O que consta no plano das nomeações jurídicas como é o caso do Estatuto da Criança e do Adolescente? Em relação a isto, faremos, em um capítulo seguinte, a recapitulação da historicidade de/sobre a infância e o apontamento para marcas ideológicas desta construção que significa hoje o ser criança; por agora, interessa-nos marcar como a ideologia faz parecer evidente que uma criança seja marcada com hematomas dentro de uma instituição que, no discurso dominante, tem como objetivo garantir e

zelar pela sua recuperação e (re)inserção na vida social. A evidência do sentido faz com que um termo pareça ser o melhor representante para designar um determinado objeto. E a evidência do sujeito "a de que somos sempre já sujeitos" (ORLANDI, 2005b, p.46) escapa ao indivíduo que não se dá conta de que é interpelado em sujeito pela ideologia e pelo inconsciente. Como já apontamos antes, os esquecimentos fazem parecer que a realidade é uma, e não outras possíveis, é ordenada, literal, e não simbólica, passível de jogo, intercâmbios, plural.

Porém, em AD, como em psicanálise, ser/estar "determinado" não quer dizer imutável, engessado, laqueado, mas sim, que há uma limitação e uma dialética que permitem ao sujeito jogar com as palavras, com os sentidos, dentro das "regras" (simbólicas, gramaticais, leis, normas, etc.) que fundam e mantém o ser humano, sua civilização, leis que representam outra Lei, representantes da castração simbólica. Escolhendo dizer "*criança é assim*", silencia-se "*criança é não-assim*". E se esse movimento é impossível nos termos da manifestação, no social, no discurso, é bem possível na dialética do desejo no funcionamento inconsciente. Neste sentido, todo dizer é também não-dizer. Daí a aparente contradição, os equívocos, non-sense, que se instituem no lugar imaginário, pois são "as imagens que permitem que as palavras colem com as coisas" (ORLANDI, 2005b, p.48).

Buscando uma referência na AD para falar sobre a contradição, citamos Cazarin (2005, p. 05-06), questionando como sobre se estabeleceria a cena discursiva dentro de uma mesma posição-sujeito e qual seria o espaço de contradição aí possível:

> Tentando responder a essas indagações, entendo que também no interior de uma posição-sujeito há espaço para a contradição, própria de todo discurso. No entanto, esta contradição não é marcada pela divergência, e sim pela diferença possível em seu interior, pois nem todos os sujeitos enunciadores que nela se inscrevem, se relacionam de forma idêntica com o que, na falta de um termo mais adequado, estou denominando de efeito de unidade discursiva; entendo que este efeito, representativo de uma posição-sujeito, regula o que "pode, deve ou convém ser dito" a partir de determinada posição-sujeito e, em contrapartida, o "não pode, não deve ou não convém ser dito"

Já com relação à psicanálise, o campo do olhar tem íntima relação com o imaginário, campo que tenta tamponar a contradição, o furo, as imperfeições, busca unidade, território fértil para as ilusórias homogeneidades. Assim, na movência de saberes, retomamos o posicionamento de Bairrão (2003) aferindo sobre a relação do ser com sua visão, que estabelece contato com as coisas, com os objetos, mas que seria a palavra (o ouvir e o escutar), que situa o sujeito numa relação de alteridade, onde as coisas se (re)editam, são faladas, resignificadas. A coisa inscreve-se na visão, onde ocorrem os embates pela completude, formações imaginárias, onde se promove um movimento incessante na tentativa de tamponar o furo, e os furos que o representam, que nos

tornam seres castrados, feridos narcisicamente, sendo que as pessoas se inscrevem na/pela escuta/fala, no furo. O lugar de acolhimento do ser humano e onde as coisas se efetivam como significantes, é na linguagem, que é furada, pois é com o consentimento da entrada dela e nela, que se constituem os sujeitos.

> A falta fundadora do sujeito traz à tona igualmente uma outra condição paradoxal, como nos aponta Elia – em seu livro 'O conceito de sujeito': "... ela não se produz por si mesma, mas requer o ato constituinte do sujeito para se fazer como falta (...) (FERREIRA, 2005, p.05)

Porém, é importante também que não nos fixemos apenas na falta, na incompletude e no furo, já que a ilusão de homogeneidade precisa ser buscado se quisermos construir um discurso, pois, "(...) o efeito de homogeneidade discursiva de uma posição-sujeito apresenta-se como uma ilusão necessária que permite a seu sujeito enunciador, organizar a discursividade representativa da mesma" (CAZARIN, 2005, p.06). Ilusão esta mobilizada, não apenas para o sujeito enunciar, mas assegurada pelos sentidos tidos como dominantes na sociedade atual, na busca incansável pela completude e pela inteireza das leis, das normas, dos ditos reguladores da vida moderna, no nosso, em relação às crianças denominadas como infratoras nas quais se inscrevem os filhos e netos do tráfico. A título de ilustração, apresentamos a análise de outro cartum de Angeli em que pese a voz do sujeito-criança.

ANGELI. Da FEBEM para o presídio. Folha de S. Paulo, São Paulo, p. A-2, 16 mar. 2005.

Podemos observar a fila que aparece mantendo certa ordem; são apresentadas crianças, corpos cheios de falhas (faltam dentes, cabelos raspados, roupas substituídas por cobertores/mantas, sem sapatos), anônimas, idênticas, sem singularidade, sem proteção, como a pontuar uma voz de equívoco. Essas crianças passam dentro de uma fila mais alta, formada por adultos e marcada pela sigla "*PM*", nome institucional que blinda o vestir dos soldados, aqui em uma representação metafórica da Lei, do aparato que regula o controle do lado de dentro e de fora do muro da *FEBEM*, na qual está instalado esse nome no primeiro cartum.

O garoto exclama "*Minha mãe não vai acreditar*!", fazendo falar um gesto de conquista, de alegria, realização de um sonho, em que ele será reconhecido pela família, ou melhor, pela mãe, como um vencedor na carreira do crime: "A mãe é uma referência afetiva para estes jovens" (FEFFERMANN, 2006, p.326). A FD aqui presentifica um sujeito que, na evidência do sentir dor, apaga outros sentidos sobre si mesmo e sobre a violência que sofre e os substitui pela voz que sustenta o crescimento, a promoção, o sucesso, a vitória, ou "de um desejo construído pela indústria cultural" (FEFFERMANN, 2006, p.328); desse modo, o sujeito escamoteia a violência sofrida e fala de outra coisa para não falar de dor, esse quase-impossível de enunciar. Os sentidos postos em discurso por este cartum dialogam também com um enunciado de um garoto (voz de criança) retirado do documentário *"Falcão-Meninos do Tráfico"*: "Quando crescer, quero ser bandido" (ATHAYDE; BILL, 2006a), fazendo falar os mesmos sentidos inscritos nessa formação discursiva, quais sejam, aqueles em que subir na carreira e crescer só fazem sentido se estiverem vinculados ao tráfico, é que "Ao considerar a condição de sonhar desses jovens, pode-se compreender que projetar é algo muito difícil, até impensável; os seus sonhos estão relacionados com o presente; os que se sentiram traídos, sonham apenas com a possibilidade de vingar a sua história" (FEFFERMANN, 2006, p.328).

Devemos relembrar, também aqui, o mecanismo de naturalização de sentidos interpela tanto estes meninos em sujeitos, que respondem politicamente enquanto sujeitos do discurso em um determinado momento da história posicionando-se como funcionários do tráfico, quanto o lado do Estado, representado aqui nos cartuns pela Equipe da Enfermaria e pela Polícia. Para fazer uma prévia deste conceito que será melhor trabalhado no próximo capítulo, a saber, ideologia e sua forma de funcionamento, citaremos como Althusser (1996, p. 133), que depois será lido por Pêcheux, o postula:

> Depois, vamos sugerir que a ideologia "age" ou "funciona" de maneira tal que "recruta" sujeitos entre os indivíduos (ela os recruta a todos), ou que "transforma" os indivíduos em sujeitos (transforma-os a todos), por essa

> operação muito precisa que denominei de interpelação, e que pode ser imaginada nos moldes da mais corriqueira interpelação cotidiana da Polícia (ou de outro): "Ei, você aí!"

Assim, voltando aos cartuns, podemos observar que o (e)feito da interpelação ideológica opera ao mesmo tempo na (re)produção de discursos que indiciam os posicionamentos possíveis dos e para os sujeitos no jogo especular que compõe uma matriz dialógica em que estes personagens se posicionam um para o outro: os meninos, encontram um lugar de reconhecimento, respondendo ao chamado: "Ei! Você aí!" de um lugar que se posicionam como parceiros da polícia, que estaria do outro lado desta matriz dialógica, representando o Outro, e o Aparelho Ideológico do Estado jurídico, ora operando como ARE, Aparelhos Repressores do Estado (ALTHUSSER, 1996) exercendo seu poder sobre a condição cívil destes meninos. Mas são parceiros de um jeito às avessas, pela ant/agonia: só existe bandido, referido a um lugar de não-bandido, o que é reconhecido pelos próprios meninos: "Se acabar o crime, acaba a polícia. (...) Se não fosse o tráfico de drogas hoje, os polícia só ia tirar o salário deles. (...) Então o tráfico de drogas não vai acabar tão cedo" (A ODISSÉIA, 2006, p.135). Numa leitura althusseriana, o chamado é feito da seguinte forma:

> "Ei! Você aí!" Um indivíduo (nove em cada dez vezes, o indivíduo certo) se volta, acreditando/desconfiando/sabendo que é com ele, isto é, reconhecendo que "é realmente ele" quem é visado pelo chamamento. Mas, na realidade, essas coisas acontecem sem nenhuma sucessão. A existência da ideologia e o chamamento ou interpelação dos indivíduos como sujeitos são uma e a mesma coisa. (ALTHUSSER, 1996, p.126).

E o que aparenta evidência, na verdade é o sucesso de várias identificações destes discursos que compõem as formações discursivas inscritas em formações ideológicas que atualizam a grande ditadora do discurso dominante, que rege o sistema capitalista no ocidente. As Formações Sociais (FS) que ditam: "vocês são o que vocês consomem, portanto, produzam capital para alimentar este consumismo e serem reconhecidos ao sol"! Este mecanismo faz com que sejam reproduzidas as relações de produção e as relações delas derivadas, cultivando o sentido socialmente dominante de que o consumo e o gozo são a ordem imperativa para a realização e, assim, temos como resultado a alienação do sujeito a esse discurso dominante, o que promove um mecanismo imaginário de filiação do desejo e das possibilidades de deslocamentos. É preciso marcar ainda que este processo é constituído pelo furo e pela movência do sujeito que sempre pode ocupar um outro lugar do vir-a-ser dos (seus) sentidos na propulsão de movimentos no discurso.

Configuramos, nessa parte de nosso trabalho, a noção de sujeito do discurso com toda (não-toda) sua complexidade, polissemia e heterogeneidade, fazendo-se efeito de linguagem, assujeitado e desejante enquanto elemento de enlace entre a linguagem, a ideologia e a psicanálise. Sua forma material é a linguagem, lugar que o sujeito habita discursivamente e é habitado por ela, marcada pela ideologia que o interpela em sua morada, assim como é constituída e o constitui com a falta.

> O que fica claro em Pêcheux, em que pese todo seu fascínio pela psicanálise, é que em nenhum momento os dois campos teóricos – o do discurso e o da psicanálise – se superpõem ou coincidem. É precisamente essa 'estranha intimidade' entre as áreas, que desperta no analista desejo de investigar mais a fundo essas fronteiras e as especificidades e afinidades que aí ocorrem. (FERREIRA, 2005, p. 06)

Nosso próximo passo, faremos a conceituação de duas outras noções da teoria discursiva, quais sejam, Ideologia e ideologias, além de trabalharmos com o conceito de condições de produção e exterioridade, noções estas significativas tanto para a composição teórica deste trabalho quanto para a análise dos nossos dados.

3 A(S) IDEOLOGIA(S) E AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DIZER

"Aqui tudo parece
Que era ainda construção
E já é ruína
Tudo é menino, menina
No olho da rua
O asfalto, a ponte, o viaduto
Ganindo prá lua
Nada continua...

E o cano da pistola
Que as crianças mordem
Reflete todas as cores
Da paisagem da cidade
Que é muito mais bonita
E muito mais intensa
Do que no cartão postal."
(Caetano Veloso, Fora de Ordem)

O Bebedouro (1927), Aquarela de Lasar Segall

"Quem sou eu? Quem sou? Quem?"
(Questão popular)

Nesta seção, retomaremos os conceitos de Ideologia, ideologias, memória e condições de produção no sentido teórico, para chegarmos mais de perto à historicidade da família, da infância e as condições de produção das crianças no tráfico. Partiremos das elaborações feitas por Pêcheux (1988 [1975]) em *"Semântica e discurso – uma crítica à afirmação do óbvio"*, em seu segundo capítulo, sobre a "Ideologia, interpelação", "Efeito Münchausen"". Neste capítulo, o autor trata de diferenciar duas formas de se conceituar Ideologia. A primeira, como Ideologia em geral, seria um mecanismo de interpelação, não-histórica, um processo de naturalização de sentidos, modo como se processa a interpelação em um sujeito qualquer que seja seu lugar e tempo na história, e que teria a ver com o funcionamento do inconsciente (citando Lacan em algumas passagens de seu texto). A segunda seriam as ideologias, ligadas às representações sociais, com histórias próprias, balizadas pelos sujeitos, épocas, afetadas pelas condições de produção e suas relações de repetição/transformação de sentidos.

Falar em ideologia em análise do discurso é falar sobre a materialidade histórica e linguística no discurso, em que o de fora (a história) passa a ser o de dentro (a língua) compondo uma Banda de Moebius discursiva na linguagem. Com isso, o sentido passa a ser produzido na língua sem que o sujeito se dê conta do que diz, por conta da interpelação ideológica, e apesar da ilusão que os esquecimentos número um e dois operam.

> Como todas as evidências, inclusive as que fazem com que uma palavra "nomeie uma coisa" ou "tenham um significado" (incluindo, portanto, as evidências da "transparência" da linguagem), a "evidência" de que você e eu somos sujeitos – e de que isso não é um problema- é um efeito ideológico, o efeito ideológico elementar (...). Assim, o sujeito e o sentido se constituem através da interpelação: "O sujeito é chamado a existir" (PÊCHEUX, 1996, p.149)

O sujeito sempre estará na língua e na história, o que nos dá a dimensão do político: a palavra marca um lugar historicamente determinado dentro das condições de produção de um dizer, é impossível estar fora. Todo discurso neste sentido, é um ato político:

> Como sabemos, a formação discursiva – lugar provisório da metáfora- representa o lugar de constituição do sentido e de identificação do sujeito. Nela o sujeito adquire identidade e o sentido adquire unidade, especificidade, limites que o configuram e o distinguem de outros, para fora, relacionando-os a outros, para dentro. Essa articulação entre um fora e um dentro são efeitos do próprio processo de interpelação (ORLANDI, 2005c, p.103)

> Na favela a cultura das armas vem de mãe pra filho. Em geral, elas não acham que exista perigo, elas dizem que, se armas de brinquedo inclinassem seus filhos e afilhados à criminalidade, todo mundo era bandido na favela, já que carrinhos e armas são os campeões dos presentes de Natal e do Dia das Crianças nas favelas (ATHAYDE; BILL, 2006b, p.49)

Este efeito de identidade ilustrado neste pequeno recorte do livro "*Falcão- meninos do tráfico*" (ATHAYDE; BILL, 2006b), é reforçado para enfatizar o descolamento necessário ao analista do discurso que se posiciona para estranhar uma determinada enunciação, que se realiza em filiações históricas, em que repetição não é reprodução, mas uma rememoração que não opera de forma consciente para o portador do discurso com o qual se identifica, mas que pode lhe ser sinistro, estranho, se se dispor a analisar, ou mesmo, a tropeçar pelos lapsos, trocas de letras, de palavras, de nomes, etc em seu próprio discurso.

Athayde e Bill (2006b) ao pontuarem sobre a "cultura das armas" indiciam justamente um efeito de identidade cultural sendo atualizado cotidianamente nas favelas; porém, há nas falas destas "mães em geral", um posicionamento na lei (lei simbólica instaurada com a metáfora paterna), elas não se consideram do crime, e presenteando seus filhos e afilhados com armas de brinquedos, não estariam sentenciando-os à criminalidade, mas dando-lhes brinquedos-metáforas. Isso converge para o que a Análise do Discurso coloca sobre o sujeito, porque, ao se dispor da língua que é um código sistematizável, o sujeito o faz de uma forma particular, furando regras e normas e provando que o dizer se realiza de forma singular e que, mesmo no esforço de nos enquadrar mais altos ideais de perfeição (ou nos piores, tanto faz), a identificação também é falha, pois "(...) a evidência da identidade esconde o fato de que ela é o resultado de uma identificação-interpelação do sujeito, cuja origem externa não obstante, é-lhe 'estranhamente familiar'" (PÊCHEUX, 1996, p.150)

Esse movimento de reconhecer o estrangeiro-familiar é permanente no funcionamento da linguagem, já que o sujeito o tempo todo ou se afilia a sentidos tidos como óbvios e/ou desejáveis ou os refuta como se não fossem possíveis de serem ditos na posição que ele ocupa. Como analistas do discurso não poderíamos deixar de estranhar alguns dizeres produzidos de e sobre as crianças do tráfico; a título de exemplificação apresentamos o recorte abaixo:

> Celso: Pra você, é tranquilo matar?
> Cara: A gente mata, mas tem aquele pensamento ruim pra deitar, tá ligado? Pra deitar a gente pára pra pensar legal o que a gente fez. As vez pra deitar assim é fogo... A gente vê a pessoa viva. Depois vê a pessoa morta. É sinistro. (ATHAYDE; BILL, 2006b, p.69)

O sinistro, o estranho, o familiar: questões que nos remetem ao jogo das formações imaginárias e o movimento do discurso. Há um estranhamento no discurso deste menino, que indicia o estranhamento daquilo que lhe é muito familiar ideologicamente, seu papel social, estranhamento da insistência dos signos que o comandam em suas funções. O estranhamento não elaborado em um trabalho simbólico é como uma hiância que desperta o sujeito brevemente, mas que é insuficiente para barrar os seus atos, que continua a repeti-los, deixando-lhe apenas marcas subjetivas, um tal "pensamento ruim", continuando no autômaton apesar de um íntimo flash do sinistro, fica a resistência à metáfora e a insistência dos ditos das facções, tomadas aqui enquanto efeitos da FD dominante à qual o sujeito-menino está filiado. Esse discurso, fazendo-se repetição discursiva, que compõe o lugar sócio-histórico deste garoto, vai sendo atribuído de um valor em seu contexto, sendo a/credita/do, investido, à medida em que ele põe em funcionamento a grande firma que o sustenta e que ele representa. Para a Análise do Discurso, as produções discursivas vão adquirindo valor à medida em que são construídas em contextos específicos sociais e culturais, o que nos leva a considerar as relações sociais entre os interlocutores:

> Todo ser humano tem que agir verbalmente de acordo com tais regras, isto é, tem que
> 'saber': a) quando pode falar e quando não pode, b) que tipos de conteúdos referenciais lhe são consentidos, c) que tipo de variedade lingüística é oportuno que seja usada. (GNERRE, 1998, p. 6).

Assim, aferimos que todo discurso é em si um ato político, indo de encontro com o autor acima e com Orlandi (1993, p. 17) quando coloca sobre a tomada da palavra enquanto um ato político, ou um ato social com todas suas implicações: "conflitos, reconhecimentos, relações de poder, constituição de identidades, etc". E as circunstâncias em que estas produções linguísticas são colocadas em curso no dizer (os sujeitos em seus lugares em determinadas situações) e o "contexto sócio-histórico, ideológico" mais amplamente (ORLANDI, 2005b, p.30) são o que chamamos de condições de produção:

> Falar em discurso é falar em condições de produção e, em relação a estas condições, gostaríamos de destacar que, como o exposto por Pêcheux (1979), são formações imaginárias, e nestas relações contam a relação de forças (os lugares sociais dos interlocutores e sua posição relativa no discurso), a relação que existe entre um discurso e os outros (ORLANDI, 1987, p.158)

Segundo Ferreira (2001, p.13), as condições de produção seriam responsáveis pelo:

> estabelecimento das relações de força no interior do discurso e mantêm com a linguagem uma relação necessária, constituindo com ela o sentido do texto. As condições de produção fazem parte da exterioridade linguística e podem ser agrupadas em condições de produção em sentido estrito (circunstâncias de enunciação) e em sentido amplo (contexto sócio-histórico-ideológico)

Quanto às relações de produção de uma formação social, o que está em jogo é a reprodução ou a transformação destas relações e os sentidos produzidos por elas, sendo que, tanto as permanências quanto as rupturas, indiciam movimentos do sujeito pelo mecanismo ideológico, enquanto prática e não enquanto uma "visão de mundo". Este processo se dá de forma objetiva, na materialidade discursiva, na naturalização de alguns sentidos, silenciamentos de outros, e constitui parte do que interroga ao analista do discurso: "Na realidade, a reprodução, tanto quanto a transformação das relações de produção, é um processo objetivo cujo mistério tem que ser desvendado, e não apenas uma situação de fato que precise apenas ser observada" (PÊCHEUX, 1996, p.146)

Entramos aqui na definição de Pêcheux (1996, p. 143): "a luta de classes perpassa o modo de produção como um todo, o que, no campo da ideologia, significa que a luta de classes "passa" pelo que Althusser chamou de Aparelhos Ideológicos de Estado", sendo que para o autor, como viemos sustentando, "(...) as ideologias não se compõem de "idéias", mas de práticas" (PÊCHEUX, 1996, p.143). Ao adotar o termo AIE ("*Aparelhos Ideológicos de Estado*"), que explicaremos melhor o que são logo abaixo, Pêcheux (1988 [1975], p.144) em Semântica e discurso destaca aspectos decisivos da conceituação em quatro itens, sendo eles:

1- Que a Ideologia não se reproduziria sob a forma geral de um *"Zeitgeist"*, ou seja, como uma mentalidade homogênea de uma época, "espírito de um tempo", como se fosse uma visão de mundo que se colocasse a priori, antes das lutas de classes;

2- Que seria impossível atribuir a cada classe sua ideologia, "como se cada uma delas vivesse previamente à luta de classes";

3- Que a ideologia da classe dominante se torna dominante pela instalação dos aparelhos ideológicos de Estado, que seria seu meio de realização;

4- E que os AIEs não seriam "puros instrumentos da classe dominante" (PÊCHEUX, 1988 [1975], p.145) fadados a reproduzir as relações de produção existentes, pelo contrário, eles seriam o lugar paradoxal que permitiria a luta de classes, ora reproduzindo e ora transformando as relações de produção existentes, um terreno movediço, portanto.

Por isso, em referência ao 4° item, tomaremos as condições ideológicas de reprodução/transformação das relações de produção em um campo da contraditoriedade,

afirmando que, de acordo com Pêcheux (1996, p. 144): "(...) essas condições contraditórias são constituídas, num dado momento histórico e numa dada formação social, pelo conjunto complexo de Aparelhos Ideológicos de Estado contido nessa formação social." É em Louis Althusser que Pêcheux vai retomar o conceito de ideologia, deslocando de seu sentido "marxista", como "visão de mundo", em que o termo estava recorrentemente sendo utilizado e remanejando para o sentido de uma prática que processava na construção de evidências:

> 1. não existe prática, a não ser através de uma ideologia, e dentro dela;
> 2. não existe ideologia, exceto pelo sujeito e para sujeitos (PÊCHEUX, 1996, p.147)

Como dissertamos na primeira sessão deste capítulo, Pêcheux era um autor crítico por excelência e questionava não só os termos e seus sentidos como os autores que os conceituaram em outros momentos históricos, inclusive, e principalmente aqueles que embasaram seu percurso teórico. Questionar Marx em sua apropriação do termo ideologia tinha um estatuto polêmico de sacudir um discurso que perpassava aos "marxistas" quase que como um discurso religioso. Orlandi (2004) nos fornece outras pistas para justificar a inscrição do termo "ideologia" em Althusser e, depois, em Pêcheux, a saber, "O lugar em que se trabalhava a ideologia não está vazio. É a noção que lhe corresponde e o representava que enfraqueceu-se" (ORLANDI, 2004, p.153). E considera assim, o aspecto mutante próprio às palavras, inclusive ideologia:

> a noção de ideologia sofreu um enorme desgaste em sua área de origem, a das ciências humanas e sociais. Muitas vezes banalizou-se, esvaziando-se e identificou-se com uma geral e inespecífica "visão de mundo", endureceu-se no sentido de ser "ocultação" da realidade e foi substituída mais recentemente pelo termo de "cultura". Ora, na perspectiva em que trabalhamos a ideologia, em sua relação com a linguagem- a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua- (...) podem nos fazer refletir de maneira profícua sobre a relação linguagem/pensamento/mundo assim como sobre a relação sujeito/sentido (ORLANDI, 2004, p.151)

Althusser, por sua vez, foi buscar a filiação do termo em outras regiões do saber, fonte, inclusive, que Marx se utilizou para fazer sua própria leitura.

> É sabido que a expressão "ideologia" foi inventada por Cabanis, Destutt de Tracy e seus amigos, que lhe atribuíram como objeto a teoria (genética) das idéias. Quando Marx retomou o termo, cinquenta anos depois, deu-lhe um sentido muito diferente, mesmo em sua obras de juventude. Ali, a ideologia é o sistema de idéias e representações que domina a mente de um homem ou de um grupo social (ALTHUSSER, 1996, p.123)

Podemos dizer que Althusser (1996, p. 124) retoma o termo e propõe um remanejamento, formulando uma teoria geral das ideologias, uma ideologia "eterna", "onipresente" ao afirmar que: "a ideologia não tem história" (ALTHUSSER, 1996, p. 126) em outro sentido que não o que já se utilizava deste enunciado na "A ideologia alemã", em que "sua história está fora dela"- obra de onde Marx se utilizou do termo com a conotação de uma "montagem imaginária". Pêcheux (1988 [1975], p. 92) faz uma crítica ao erro que foi autorizado pela definição dada por Marx e Engels, em "*A ideologia alemã*", "da língua como 'meio de comunicação entre os homens'", já que este "instrumento" permite, ao mesmo tempo, a comunicação e a não-comunicação" (PÊCHEUX, 1988 [1975], p.93). Porém, Althusser adota estes termos para defender a tese de que a ideologia é a-histórica, por ser "dotada de uma estrutura e funcionamento tais que a tornam uma realidade a-histórica (...) no sentido de essa estrutura e funcionamento serem imutáveis, acharem-se presentes de uma mesma forma em tudo o que chamamos história (...) das sociedades de classes" (ALTHUSSER, 1996, p.125). Em Althusser, ainda encontramos a ilusão de se apreender o real (enquanto aquilo que escapa a simbolização), a realidade (enquanto fato), em diversos trechos de seu texto Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado- notas para uma investigação:

> A ideologia é uma "representação" da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência (ALTHUSSER, 1996, p.126)
>
> O que é representado na ideologia, portanto, não é o sistema das relações reais que regem a existência dos indivíduos, mas a relação imaginária desses indivíduos com as relações reais em que vivem (ALTHUSSER, 1996, p.128).

Mas, sabe-se através da psicanálise (FREUD, 1977; LACAN, 1998 [1964]), e mais recentemente, através de leituras atuais de analistas do discurso (ORLANDI, 2004), que a representação da coisa já perpassa por uma perda da coisa, então o que Althusser chama de relações reais, ainda assim já são interpretações, não são reais, mas construídas, são representações em materialidades discursivas, e já aponta para uma característica que ele mesmo confere ao termo, falando da estrutura especular da ideologia, visto que ela "tem uma existência material" (ALTHUSSER, 1996, p.128). Ou seja, a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos de forma a materializar na linguagem sua existência, o que atestamos na naturalização e/ou apagamento de sentidos, de identificações ou de sua recusa nas redes significantes, e que são tecidos na malha imaginária que compõe os discursos, demonstrados

no capítulo anterior no gráfico dos jogos de formações imaginárias. Assim, define Althusser (1996, p.137):

> A dupla estrutura especular da ideologia garante, simultaneamente:
> 1. a interpelação dos "indivíduos" como sujeitos;
> 2. sua sujeição ao Sujeito;
> 3. o reconhecimento mútuo entre os sujeitos e o Sujeito, o reconhecimento dos sujeitos entre si e, por último, o reconhecimento de si pelo sujeito;
> 4. a garantia absoluta de que tudo realmente é assim e de que, desde que os sujeitos reconheçam o que são e se comportem consoantemente, tudo ficará bem: 'Amém- Assim seja'.

E para operar ideologicamente, há que se ter suportes materiais, em vários sentidos, e em diversas modalidades, o que o autor chamará de Aparelhos Ideológicos do Estado (AIEs), sob a forma de instituições distintas e especializadas: "(...) uma ideologia existe sempre num aparelho e em sua prática ou práticas. Essa existência é material (...)" (ALTHUSSER, 1996, p.128) e que "a matéria se expressa em muitos sentidos, ou melhor, ela existe em diferentes modalidades" (ALTHUSSER, 1996, p.129). O que não significa que os AIEs sejam a origem das ideologias, elas não nascem neles, mas sim: "nas classes sociais que estão em confronto na luta de classes: em suas condições de existência, suas práticas, sua experiência da luta etc." (ALTHUSSER, 1996, p. 140). Althusser (1996) lista algumas instituições a título de exemplificar os AIEs: "o AIE religioso (o sistema das diferentes Igrejas); AIE escolar (o sistema das diferentes escolas, públicas e particulares), familiar, jurídico, político (o sistema político, incluindo os diferentes partidos), sindical, o AIE da informação (imprensa, rádio, televisão, etc); o AIE cultural (literatura, artes, esportes, etc)" (ALTHUSSER, 1996, p.115) e diferencia de ARE (Aparelhos Repressores do Estado, que funcionam pela violência para assegurar a exploração e não pela naturalização ideológica).

Com isto, talvez possamos propor as facções do tráfico como representantes destes Aparelhos Ideológicos da nossa atualidade, não do Estado, mas de sua negação, já que cumprem um lugar institucional "fora-da-lei", que deveria mesmo ser do Estado, que por sua vez falta e faz falta de várias formas nas comunidades, deixando um posto vago que as facções ocupam com prontidão, por funcionarem como suplentes das necessidades básicas dos habitantes das comunidades, aplicarem regras e normas constituídas por eles mesmos, por funcionarem como matrizes doadoras de sentidos que vão sendo naturalizados ao longo da recente história (mais especificamente dos anos 80 para cá, como veremos na recapitulação histórica sobre o narcotráfico), a saber, a da banalização do tráfico, do aceite de empregar crianças, banalização da violência e da vida num geral; condensadas (as facções) à

representação dos Aparelhos Repressores, já que são portadores do controle sobre as vidas e mortes nas suas comunidades, controle também da verba que circula no narcotráfico e que é exercido com armas.

Voltando ao percurso teórico, aqui citaremos algumas destas máximas althusserianas que ressoaram exaustivamente nos textos peuchetianos nos seguintes termos: "Se é verdade que a ideologia 'recruta' sujeitos entre os indivíduos (...) saber de que modo os 'voluntários' são designados nesse recrutamento, isto é, no que nos diz respeito, como os indivíduos aceitam como evidente o sentido daquilo que ouvem e dizem, lêem e escrevem (ou do que tencionam dizer e do que se tenciona dizer a eles), na condição de 'sujeitos falantes'" (PÊCHEUX, 1996, p.151), e que seria única forma de evitar repetir os postulados de que o sujeito do discurso seria a sua própria origem, sair do paradoxo que a teoria da interpelação coloca. Talvez o modo como os voluntários aceitem ou não como evidentes as palavras e os sentidos que lhes são dispostos, tenham a ver com o que a psicanálise tem a dizer sobre as estruturas e a constituição do sujeito, mas que não vem ao caso aqui. Porém, podemos referi-la, no que toca à Análise do Discurso, ao mesmo tempo em que é necessário ascender aos sentidos predominantes logo nos primeiros anos de vida, para se "adequar" ao social, à língua, etc, o sujeito só realizará o que for do sujeito, se escapar à alienação do que o outro diz ser a verdade, para construí-la como uma verdade parcial. Assim, sujeito e indivíduo constituem-se simultaneamente, um não tem como anteceder ao outro a não ser enquanto um simbólico fundando um real pela palavra. Um sujeito só pode ser chamado como "sempre já sujeito", enquanto discurso, pois ele constitui-se na linguagem, que precisa de um indivíduo (já assujeitado por sua vez) para lhe portar a palavra, sempre na intersecção da língua com a história. Esta polêmica é tomada da seguinte maneira:

> Há um efeito que é o efeito ideológico elementar pelo qual, o sujeito, sendo sempre-já sujeito, coloca-se na origem do que diz. M. Pêcheux vai tratar disso no "pequeno teatro teórico" da interpelação, pelo qual evita-se o paradoxo de dizer "o sujeito é interpelado (em sujeito) pela ideologia". Evita-se a pressuposição da existência do sujeito sobre a qual se faria a interpelação. Ele, o sujeito, não poderia ser a origem de si. Pelo deslocamento proposto por M. Pêcheux (1975) fazendo intervir a ideologia na relação com a linguagem, o teatro da consciência (eu vejo, eu penso, eu falo, eu te vejo etc) é observado dos bastidores, lá de onde se pode captar que se fala ao sujeito, que se fala do sujeito, antes de que o sujeito possa dizer: 'Eu falo'. Esse teatro pelo qual o sujeito é chamado à existência se sustenta na discrepância introduzida pela formulação 'indivíduo'/ 'sujeito' (ORLANDI, 2005c, p.100-101)

Pêcheux (1996, p. 148) e seus leitores compartilham desta zona de aproximação, sem, no entanto, haver uma com/fusão, já que cada uma tem seu sujeito específico e pertencem a teorias distintas, como podemos observar no recorte abaixo:

> Permitam-me apenas ressaltar que o traço comum a essas duas estruturas, respectivamente chamadas de ideologia e inconsciente, é o fato de elas operarem ocultando sua própria existência, produzindo uma rede de verdades "subjetivas" evidentes, com o "subjetivas" significando, aqui, não que "afetam o sujeito", mas 'em que o sujeito se constitui'

A relação entre ideologia e inconsciente é traçada em Orlandi (2004, p.145) de modo a não produzir reducionismos, mas o imbricamento das duas noções.

> Quando dizemos que inconsciente e ideologia são noções solidárias, estamos afirmando essa relação necessária sem, no entanto, reduzir a ideologia ao inconsciente. Isso implica em compreender a língua como sistema, mas não como sistema abstrato: a língua como ordem significante que se inscreve na história para fazer sentido. E implica também em considerar o sujeito discursivo enquanto sujeito histórico. Ou seja, o sujeito e sentido são constituídos pela ordem significante na história. E o mecanismo de sua constituição é ideológico

Tal jogo entre a ideologia e o inconsciente está relacionado com o que o sujeito pode e/ou deve dizer a partir da posição que ocupa, visto que sabemos, pela teoria discursiva, que não se pode dizer tudo, que o sentido é sempre um dentre outros, que o significado decorre sempre de uma posição. Tudo isso nos permite inferir que o fio de um discurso é a prova do mais-perder para poder enunciar, pois, ao escolher dizer X, o sujeito deixa de dizer Y, ou seja, deixa de mais-poder-dizer os sentidos que pelo efeito ideológico parecem ser mais convenientes, adequados e aceitos na posição que ocupam. É esse o trabalho da ideologia que funciona nos bastidores do processo inconsciente, inscrevendo a naturalidade dos enunciados e das palavras como se houvesse uma relação termo a termo entre a linguagem e o mundo. Em consonância com a psicanálise, a noção de ideologia definida pelo processo histórico-discursivo, portanto enquanto linguagem (ORLANDI, 2004, p. 145-146) explica melhor a questão do "equívoco enquanto constitutivo da relação do sujeito com o simbólico", em que o falante acredita poder separar "aquilo que é sujeito à interpretação daquilo que não o é", e que no caso, o sujeito acredita ser literal, que existiria um significado colado à coisa representada, evidência de sentidos, ilusão de ser/estar sendo óbvio, "quando na realidade há sempre interpretação" (ORLANDI, 2004, p.146), ou, representação:

> Não há sentido sem interpretação, e a interpretação é um excelente observatório para se trabalhar a relação historicamente determinada do sujeito com os sentidos, em um processo em que intervém o imaginário e que se desenvolve em determinadas situações sociais (ORLANDI, 2004, p.147)

Tomamos aqui, a interpretação como o sintoma por excelência de que não há uma relação direta entre palavra e coisa, elas não são coladas uma à outra, o que ocorre é que os objetos e as excitações decorrentes de impressões produzidas pelo mundo exterior (FREUD, 1977, p. 32) deixam marcas no sujeito, que reclamam interpretação:

> Com efeito, para análise do discurso, não existem dados enquanto tal, uma vez que eles resultam já de uma construção, de um gesto teórico" (Orlandi, 2004, p.38) ou ainda, em outro momento: "(...) não há relação direta entre mundo e linguagem, entre palavra e coisa. A relação não é direta, mas funciona como se fosse, por causa do imaginário

Assim, memória e esquecimento são inseparáveis, sendo o discurso o fio que liga os ditos, os não-ditos, os inter-ditos e os já-ditos, numa constante negociação entre estrutura e acontecimento (ORLANDI, 2004, 2005b) aberta para o equívoco, falhas, non-sense, regras e irrupções, estabilização e deslizamento, permanências e fraturas, metáforas e metonímias, condensação e deslocamento, silêncios e bordados semânticos que velam e desvelam sentidos.

> Há uma injunção à interpretação. Diante de qualquer objeto simbólico "x" somos instados a interpretar o que "x" quer dizer? Nesse movimento da interpretação, aparece-nos como conteúdo já lá, como evidência, o sentido desse "x". Ao se dizer, se interpreta – e a interpretação tem sua espessura, sua materialidade – mas nega-se, no entanto, a interpretação e suas condições no momento mesmo em que ela se dá e se tem a impressão do sentido que se "reconhece", já lá. A significância é no entanto um movimento contínuo, determinado pela materialidade da língua e da história (ORLANDI, 2004, p.30)

Nas condições de produção de sentidos desta pesquisa, dos discursos midiáticos e literários sobre crianças e o tráfico, encontramos sinais da operação ideológica em vários sítios de significação que naturalizam as suas relações de produção existentes:

> Todos ali estavam acostumados com o som de tiros pro alto (ATHAYDE; BILL, 2006b, p.51)

> _ Viu, tio. Viu, tio, nós tava matando o X e o cara morrendo aqui... _ Era o garoto voltando com o fósforo e se dirigindo ao set de filmagem (ATHAYDE; BILL, 2006b, p.54)

> Percebi que, infelizmente, aquela seria mais uma fonte de inspiração para a arte das crianças. A arte de imitar a realidade (ATHAYDE; BILL, 2006b, p.54)

> Em razão do perigo representado por crianças utilizando fuzis de assalto em confrontos armados, a polícia as vê como combatentes e não como crianças (DOWDNEY, 2003, p.172).

Nestes quatro recortes, o processo ideológico evidencia em série, através de alguns significantes como "acostumados" [que se acostuma ou "fazer tomar o costume de" (FERREIRA, 1986, p.37)], tanto a produção quanto o acomodamento de sentidos, de dizeres possíveis e autorizados a circularem hoje para estas crianças nestas condições de produção específica que configura a criança que trabalha no tráfico, ou que convive com ele, como no caso do garoto que brincava de matar ali ("nós tava matando o X") e um cara de fato sendo assassinado no aqui, na frente de todos que ali passavam, inclusive do garoto, que foi em sua casa buscar "fogo" a pedido dos traficantes para finalizarem a execução, ateando fogo no "cara" baleado: "nós tava matando o X e o cara morrendo aqui". Os advérbios de lugar, ali e aqui, indicam ainda, o lugar da metáfora no brincar, no "ali", com alguma distância deste real devastador e o "aqui", que presentifica no momento e no lugar o desvelo de um silêncio eterno, o gerúndio de um assassinato. A ideologia, conforme vimos, serve de mecanismo especular como uma matriz doadora de sentidos, de possíveis identificações: "fonte de inspiração", "imitar", nos dizeres dos pesquisadores e produtores do documentário e livro *"Falcão"* e do livro *"Crianças do tráfico"* sobre o que assistiram no cotidiano das mesmas, apresentadas a estas fontes de inspiração, que procedem no ato de introduzir (inspira) a piração, o caos da vida, no influxo da banalização da violência, do seu meio com elas, delas com elas mesmas, delas com seus grupos e familiares, e finalmente, delas com os representantes do Estado, os "poliça", que por sua vez também refletem a violência nesta matriz dialógica em que se posicionam no trato com estas crianças: "a polícia as vê como combatentes e não como crianças".

Apresentamos ainda outro fragmento do livro "*Falcão*", em que Celso Athayde enuncia da posição de um sujeito que conhece o tráfico e a inserção das crianças na ciranda do comércio de drogas. Comentando o paralelismo entre dois velórios em que esteve presente num mesmo dia dentro de um mesmo cemitério, este sujeito faz falar sentidos também de contradição, que marcam, de um lado, o corpo de um "falcão" e, de outro, um "policial negro" como veremos logo abaixo dos recortes.

> (...) Eu raciocinava exatamente como fui treinado, estava reproduzindo a lógica branca asfaltista, condenando o jovem morto e lhe negando a possibilidade de ser um mártir (ATHAYDE; BILL, 2006b, p.61)
>
> A questão era muito simples: o sistema é branco e opressor. Os oprimidos, em geral, são os pretos e os pobres que historicamente sempre cumpriram bem o papel de se matarem para atender à sede de sangue do poder (ATHAYDE; BILL, 2006b, p.63)

Re-significando a ideologia a partir da linguagem, colocamo-na enquanto processo que se faz presente nesta interpretação de Athayde para dar sentidos a este objeto simbólico que o questiona enquanto ser humano, a saber, sobre a morte, sendo que neste recorte se trata de achar uma justificativa que dê conta de responder calando sua dor naquele momento, como se fosse possível uma reprodução sistemática de uma "lógica branca asfaltista" que só condenasse à morte os negros, pobres, das comunidades. A ideologia aqui faz dar a ver o paralelismo de um lado, em que pretos e pobres são igualados, já que a morte iguala, promove a simetria, reduz o ser humano a corpo, e os cadáveres são iguais em sua condição inerte, que excedem a vida; por outro lado, a ideologia dá a ver as assimetrias, pois os vivos são diferentes uns dos outros, e em seus discursos, e em suas vidas, constituem efeitos de contradição, no que diz respeito ao social a dessimetria é a marca de quem pode ocupar a posição de classe dominante: brancos e ricos, que, pelo efeito da ideologia também parece encerrar o lugar dos pretos e pobres: "E pobres são como pretos e todo mundo sabe como se tratam os pretos" (Caetano Veloso).

O problema é a impossibilidade da movência destes dizeres, efeito ideológico que dita não só quem está na classe dominante ou dominada, mas no modo de cada um viver, de morar, comprar, consumir, falar: a lógica branca asfaltista é tida como excludente, pois impede que pobres e pretos ocupem outras posições que não aquelas que ideologicamente lhes parecem as únicas aceitas socialmente. Se na morte somos todos iguais, é pela vida que podemos fazer a diferença. Não estamos deixando de reconhecer os fatores econômicos, de gênero, e raça como elementos relevantes na alta exposição destes sujeitos à violência e à morte por homicídios, sendo enquadrados em grupos de alto risco de vulnerabilidade, pois não se trata aqui, de fazermos análise de conteúdo.

Portanto, enquanto analistas do discurso, e não como analistas do conteúdo, o que queremos pontuar aqui é que, neste sentido discursivo em que Athayde se posiciona, enquanto sujeito, situa-se um sentido como efeito ideológico elementar. Isso porque o discurso é produzido na relação do histórico e do simbólico com a ideologia fazendo parecer naturalizado um efeito e fechando as possibilidades de interrogação de uma verdade

aparentemente pronta, óbvia e lógica. Pelo mecanismo ideológico, Athayde apaga em sua interpretação o fato de que a morte está para todos que estão vivos, e que, clariceando, a vida é *"Um sopro de vida"* (1999), pulsações no tempo-espaço humano, dentre tantos outros sentidos possíveis, e realiza, o que nas palavras de Orlandi (2005b, p.46), seria:

> (...) uma transposição de formas materiais em outras, construindo-se transparências – como se a linguagem e a história não tivessem sua espessura, sua opacidade – para serem interpretadas por determinações históricas que se apresentam como imutáveis, naturalizadas. Este é o trabalho da ideologia: produzir evidências, colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência

Então o "como se formula" já faz diferença no processo de significação, assim como o "onde", o "quando" e o "para quem" se endereça, sendo que os sentidos podem mudar e serem outros conforme passam de uma FD à outra, considerando que as palavras se relacionam de forma diferente conforme quem as emprega no jogo de seleção e combinação. Selecionar implica necessariamente escolher "x" e deixar de escolher as demais possibilidades, a todo momento em uma enunciação.

Agora, cabe a questão de quem escolhe quem, seria o falante escolhendo na linguagem ou a linguagem agindo nele na disposição de seu arquivo pessoal? A linguagem trabalha no sujeito, que opera na linguagem. E é a instância do político que legitima um dizer. Legitimação aqui entendida conforme Gnerre (1998, p. 8): "A legitimação é ' processo de dar 'idoneidade' ou 'dignidade' a uma ordem de natureza política, para que seja reconhecida e aceita'(Habermas, 1976)". O que não impede a circulação do mesmo de forma diferente, pois outros dizeres podem emergir, transformar, significar para além dos sentidos dominantes, pois há a história a se movimentar na língua, nos furos de linguagem, nas ambiguidades, nos equívocos, na contradição, nos atos-falhos, operando muitas vezes o non-sense: "Todo discurso nasce em outro (sua matéria-prima) e aponta para outro (seu futuro)" (ORLANDI, 1993, p.18). E se há esta ponte histórico-discursiva no tempo mediada pelas palavras e seus sentidos, há outra ponte que construímos para o futuro, a criança. Deixaremos para discorrer no próximo capítulo, fragmentos de historicidade sobre a criança e a infância, mas antes disto, a fim de encerrar com a questão da ideologia, recortes da história do narcotráfico no Brasil e qual a relação disto com a inserção das crianças neste meio.

Tomaremos de saída/entrada na ideologia, a pesquisa desenvolvida por Luke Dowdney (2003) em que ele recapitula uma importante mudança histórica no período que compreende os anos das décadas de 80 e 90, que ocorreu de maneira variada e não uniforme

em diversas comunidades do Brasil. Isso porque sabemos que a criança não esteve sempre no tráfico, não como sujeito agente da "firma", então faz se necessário recapitular estas mudanças históricas que ilustram quando a criança passou a estar no narcotráfico. Ainda que a pesquisa de Dowdney tenha sido realizada no Rio de Janeiro, ela parece refletir a realidade de várias outras cidades brasileiras, sobre isso, ainda não dispomos de dados oficiais para incluí-las neste corpus de pesquisa. Tanto o Rio de Janeiro, quanto São Paulo, são metrópoles emblemáticas deste grande fenômeno social que se constitui no narcotráfico, palco de vivências em que dão nomes, lugares sociais, e capital para a manutenção e apagamento de vidas nas comunidades, num viés fora-da-lei que reflete em muito o vigente sistema capitalista e seu funcionamento mercadológico que baliza toda uma gama de relações.

Foi através de entrevistas com moradores das comunidades sobre as diferenças de comportamento dos traficantes relacionados diretamente a "crescente violência armada e as mudanças na escala e na estrutura do comércio de drogas do Rio, que ocorreram com a chegada da cocaína, a formação de facções da droga e a territorialização das favelas" (DOWDNEY, 2003, p.36) que o pesquisador promoveu uma reflexão sobre as mais notáveis diferenças neste processo de mudanças sociais. Neste caso, citaremos os tópicos trabalhados na pesquisa:

> - Os revendedores respeitavam os moradores e os valores familiares mais do que hoje (eram mais velhos, e não adolescentes como a maioria de hoje)
> - Os traficantes vendiam drogas de modo escondido e sigiloso
> - Os traficantes não andavam armados abertamente na comunidade
> - Os traficantes não usavam drogas, nem deixavam os consumidores as usarem na frente dos moradores
> - Os traficantes não deixavam crianças serem envolvidas no tráfico, ou, se as empregavam, nunca era com uso de armas
> - Agora o traficante mostra-se abertamente – e fortemente – armados
> - Os traficantes são mais bem organizados
> - Os traficantes são cada vez mais violentos
> - Os traficantes vem de fora da comunidade
> - Os traficantes são mais jovens
> - As crianças já não são protegidas (DOWDNEY, 2003, p.37 - 40)

Com a leitura que fazemos, o pinçamento e a análise de alguns termos vão nos levar por um caminho de reflexão que se abre a novas possibilidades, outras leituras, flagrando o discurso em movimento e, assim, fazendo história, de olho no processo ideológico que está nos enunciados e nas enunciações. A lógica capitalista trouxe historicamente alguns termos que hoje são corriqueiros no cotidiano e nas relações comerciais socialmente aceitas, e que foram deslizados para mercados outros; no nosso caso, para o mercado paralelo, não-oficial,

não-formal, ilegal, que é o tráfico de drogas. É o caso de, "revendedores", "empregavam", que promove este deslizamento de sentido do mercado oficial para o paralelo, através da ideologia que faz parecer tão claro e evidente que alguém revenda drogas e emprega alguém tal qual vende um produto legal e contrata um empregado, normal.

Encontramos em "respeitavam os moradores e os valores familiares" um dizer sobre a família que atualiza o sentido dominante no imaginário popular sobre seus valores, que é a família tradicional burguesa, tida como lugar de preservação, intimidade, cuidados, individualidade, respeito, e que hoje se esvaiu, senão totalmente, mas em partes, à medida que perderam-se os valores que versavam sobre ela, modificaram-se, e a composição mesma da família comporta novas configurações, enfim, caminhou para uma maior democratização ao mesmo tempo em que não tem mais a regência patriarcal ditando sobre ela mesma e seus componentes, o que gera efeitos, no que diz sobre o posicionamento que cada um deve/pode ocupar dentro da hierarquia familiar. Os traficantes (ou dito de outro modo, "os revendedores") dos anos 70, sob o prisma de moradores das comunidades que participaram das entrevistas, respeitavam esta moral que hoje é dilacerada com a explicitação da ação das facções: "eram mais velhos, e não adolescentes como a maioria de hoje", ou seja, há uma simetria entre ser mais velho e respeitoso e o implícito no ser adolescente e, portanto, desrespeitoso, o que implica considerar que os revendedores não respeitam a comunidade como antes, uma evidência de sentido garantida e reforçada pela pouca idade.

Na sequência, temos os termos "escondido", "sigiloso", "não", "nem", "nunca" ("Os traficantes vendiam drogas de modo escondido e sigiloso", e os demais seguem abaixo) operando em negativas que apontam para um funcionamento do tráfico que antes era aceito, o fazer tráfico, mas fazer escondido, o que parece grave hoje, portanto, não se trata do tráfico em si, mas o savoir-faire do traficante, a forma como ele escancarou abertamente uma ferida no morro, e nessa ferida as crianças também trabalham, estão implicadas neste "trabalho", como presença que aponta uma falta, a falta do não, falta de uma barra simbólica que permita crianças com vírgula, e não ponto final:

> - Os traficantes não andavam armados abertamente na comunidade
> - Os traficantes não usavam drogas, nem deixavam os consumidores as usarem na frente dos moradores
> - Os traficantes não deixavam crianças serem envolvidas no tráfico, ou, se as empregavam, nunca era com uso de armas

Observamos duas marcações distintas no mesmo enunciado, acima: uma indicando o antes, e o modo como funcionava e não funcionava o tráfico, e a outra, logo abaixo, indicando

o depois, que seria o "hoje", dizendo sobre os efeitos das mudanças ocorridas no espaço-tempo, o deslizamento discursivo que abriu para um fazer/dizer pior, que escancara seu fazer/dizer, mas que fecha ao mesmo tempo (para a dúvida, para o furo, para a metáfora) na imposição que a narcoditadura coloca ao obrigar a convivência dos moradores com a mercantilização de seus produtos (inclui-se aqui a vida dos moradores e empregados do tráfico, que se tornam muitas vezes equivalentes das drogas, vida de droga, dados que se comprovam nos homicídios por acerto de contas). Assim, vejamos logo abaixo, o "hoje":

> '- Agora o traficante mostra-se'. O traficante apresenta-se para a comunidade, para a polícia, para as demais facções, para o outro com um poder/deter o poder de negociar o que é proibido, 'abertamente – e fortemente', advérbio de modo indicando o como eles deslizam do comércio paralelo para o comércio público, ou seja: '– armados'.

Hoje, os traficantes "são mais", em vários aspectos, um excesso que se repete e que naturaliza a violência, a imaturidade, e coloca o tráfico como lugar de poder, e como poder que ameaça o Estado, um "mais" que cresce à medida que se organizam, tornam-se mais violentos, circulam entre cidades, se "globalizam":

> - Os traficantes são mais bem organizados
> - Os traficantes são cada vez mais violentos
> - Os traficantes vem de fora da comunidade

Assim, o traficante mais jovem, que entrou ainda mais jovem para o tráfico (muitos entram por volta dos oito anos), compõe hoje uma nova geração de traficantes que atua o que discursivamente já foi há muito modificado para eles, a visão sobre a criança e sobre eles mesmos, que se constituem em lugares discursivos ideologicamente marcados e definidos por regras de mercado que prevêem lucro, organização, defesa do patrimônio, distribuição, comunicação, etc, termos e atributos usualmente utilizados para se falar das e nas empresas do capitalismo. Assim, "as firmas" do tráfico funcionam hoje como que derivadas de uma estratégia mercadológica tida como aceita para as leis de mercado, como se a diferença entre um e outro estivesse apagada.

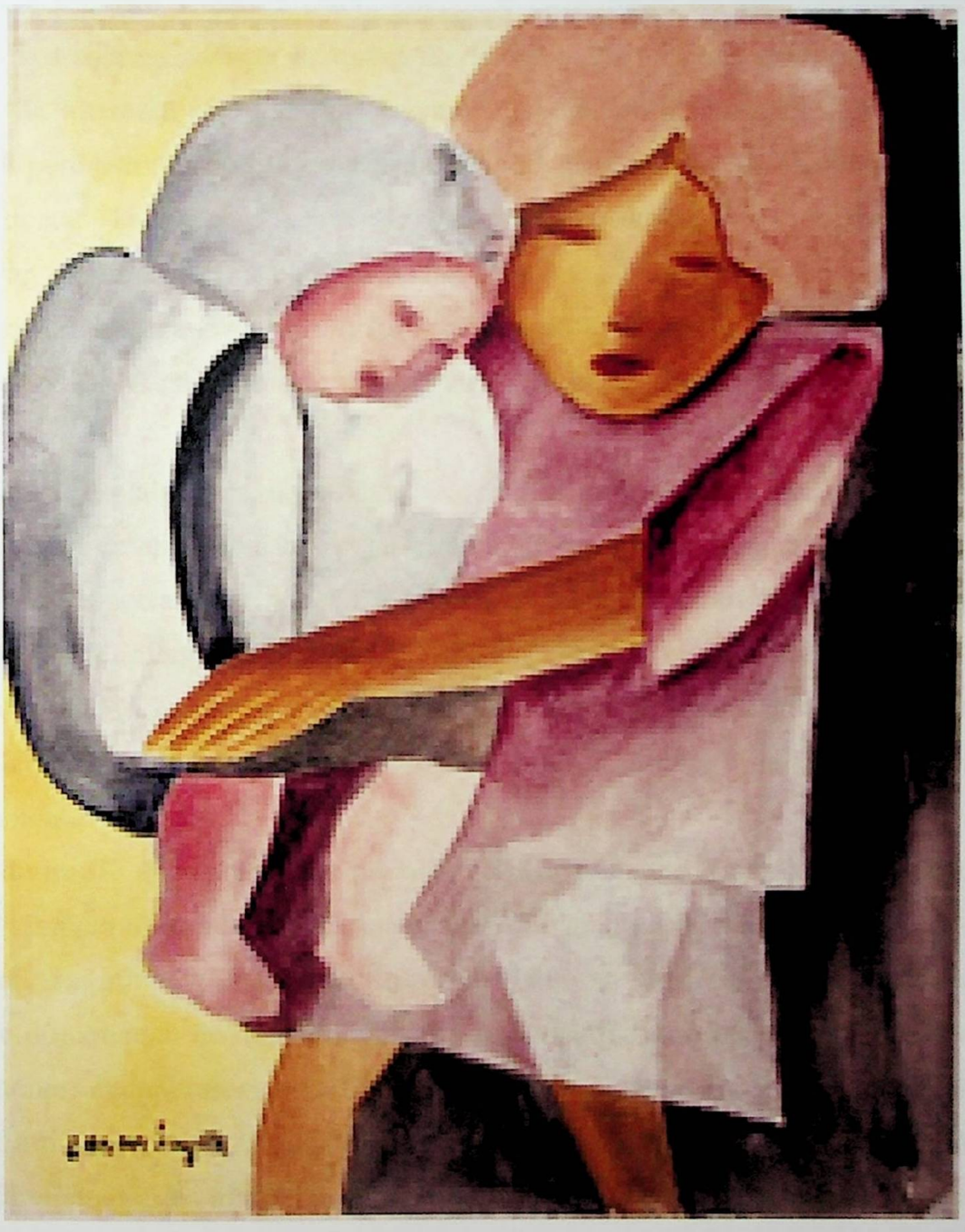
> - Os traficantes são mais jovens
> - As crianças já não são protegidas [2]

[2] Todos os recortes foram retirados do livro Crianças do Tráfico (DOWDNEY, 2003, p.37 a 40)

O "já" indica uma temporalidade, ordem do agora, e já que a criança não é mais protegida dos segredos do tráfico, preservada como criança, ela é inserida como força de trabalho na propriedade do tráfico, que são dos "donos das bocas", os traficantes mais jovens. Porém, ao mesmo tempo em que o tráfico se espelha no modelo de mercado oficial para organizar, e tornar eficaz a logística de seus produtos, visando sempre o aumento de lucros, custe o que custar, há uma diferença fundamental entre os posicionamentos de um proprietário e um empresário. O proprietário da "boca" mata até mesmo crianças, se achar que o deve fazer para fazer valer o combinado: toda mercadoria deve ser paga, não importa quem deve, alguém tem que pagar, nem que for com a própria vida, e não importa idade. Já o empresário demite. O furo ideológico aqui em questão remete à história que traz à tona a barbárie medieval européia, época em que os segredos evanesceram, a leitura foi proibida, salvas as poucas exceções, época em que o simbólico foi sendo oprimido e a violência se expandiu, e as crianças participavam de todas as atividades conjuntamente aos adultos. É o que veremos no capítulo a seguir, sobre a historicidade dos sentidos sobre a criança e a infância.

4 A MEMÓRIA SOBRE A INFÂNCIA: UM INTERDISCURSO SOBRE A CRIANÇA

"As crianças são as mensagens vivas que enviamos a um tempo que não veremos." (Postman, 1999, p.11)



Menina com criança no colo (1928), de Lasar Segall

> *"(...) elas são o presente (...) A negligência com o presente pode significar a inexistência de futuro."* (Damázio, 1988, p.09)

O título desta pesquisa refere-se centralmente ao tema escolhido por nós, e que por sua vez, serve de pretexto para ponderar sobre a complexa trama que constitui os sentidos de criança hoje, e mais especificamente, nas condições de produção do narcotráfico, o que discorreremos nesta seção. Questionar é um exercício político de problematizar o vivido, o conceituado, o imposto, o naturalizado; encontrar uma lógica do discurso que articula sobre outros discursos sobre a criança, inclusive do discurso das próprias crianças, é tarefa para um analista que se interessa sobre as vias de inscrição em um discurso e o que eles têm a nos ensinar. Este percurso discursivo certamente deixará seus furos, pois escrever sobre a criança é também deixar de escrever sobre ela pelo fato estrutural da impossibilidade de tudo dizer/escrever, porém dentro das adversidades (ad/versus, outros versos) possíveis de enunciar sobre a criança, tentaremos traçar um fio que recapitule fragmentos de sua história e avance até os discursos da atualidade que nos servirão de matéria para interpretação no próximo capítulo.

Partimos de algumas questões: poderíamos considerar a palavra infância como sinônimo de uma determinada faixa etária, situada entre o nascimento até a puberdade que requer cuidados especiais em relação à criação e proteção, direitos e deveres especiais? E quando traços deste infantil avançam com a idade e insistem em aparecer na dita vida adulta? Que nome dar a isto? Teria ela, a infância, todos os seus sentidos esgotados pela máxima de que se trata de um período que compreende os primeiros anos de vida aos doze anos de idade aproximadamente?

Tal definição encontrada nos dicionários e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que também afirma ser a infância passível de uma divisão em três estágios - primeira, segunda e terceira infância - é algo muito recente em nossa história civil. E, para acompanhar a construção do conceito de infância, para a *posteriori* questionarmos a nova infância ou seu desaparecimento, recuperaremos a historicidade desse significante, rastreando as marcas indiciárias do modo como a criança foi nomeada, vista, representada no discurso histórico e como se diferenciam estas marcas conforme a época em que foram tomadas, na Antiguidade, na Idade Média, no Renascimento, na Modernidade e na denominada Pós-Modernidade.

A infância é uma idéia que veio florescendo ao longo de quase 400 anos de história ocidental, e que para alguns autores, está desaparecendo (Postman), e essa premissa indica alguma coisa, é no âmbito de um posicionamento que os ditos adultos têm feito ao não se

distinguirem delas, seja na violação dos seus direitos humanos, na privação de viverem com dignidade, com acesso à proteção física-psíquica e social (saúde e educação), no apressamento instituído no âmbito familiar e/ou escolar, no rompimento de fronteiras que instituíam as diferenças e limites entre estes dois universos: o da infância e o da vida adulta.

Os efeitos estão escancarados também nos três níveis (bio-psico-social) que a Organização Mundial de Saúde prevê sobre a constituição dos seres humanos e sobre os quais analisa os parâmetros de saúde/doença dos/nos mesmos: inúmeros casos de pedofilia vindo à tona na mídia, infanticídios e crimes variados (caso Isabella Nardoni (2008), caso do alemão que prendia a filha e teve filhos com ela (2008), e recentemente (2009), a gravidez gemelar de uma menina de 09 anos, abusada por seu padrasto aqui no Brasil, observamos a precocidade no amadurecimento sexual das crianças, em suas arcadas dentárias que são substituídas nos primeiros 5 anos de vida, banalização da violência (esportes, jogos, TV, revistas e jornais impressos), etc. Onde é que está a infância? O que perdemos quando estes limites são atravessados? Postman dá uma indicação: perdemos um elemento muito importante para o convívio social, a vergonha (moral), e perdemos, com isso, um elo que os romanos fizeram muito tempo atrás: deixar as crianças a salvo dos segredos dos adultos, especialmente os sexuais. Diferente de inibição. "A história da infância se tornou agora uma indústria importante entre os especialistas" (POSTMAN, 1999, p.19).

Como analistas do discurso sustentamos a necessidade de recuperar o interdiscurso, ou melhor, alguns fios discursivos a respeito da memória sobre a criança, já que "A criança não existiu sempre" (SAURET, 1998, p.12), já que ela configurou-se como um artefato cultural que delimita lugares discursivos na sociedade ocidental sobre uma etapa da vida individual. Ou seja, estamos diante de um conceito opaco e de discursos que se dão na conjunção da história com a língua e o sujeito. "A análise de discurso é a forma de conhecimento que realiza em seu objeto – o discurso- a conjunção desses três modos de "opacidade": a do sujeito, a da língua, e a da história" (ORLANDI, 2005c, p.99).

Para realizarmos as análises, consideramos importante investigar, pelo fio das discursividades, os modos como a palavra infância já foi dita em outros contextos, pois "as transformações históricas possibilitam-nos a compreensão da produção dos discursos, seu aparecimento em determinados momentos e sua dispersão" (FERNANDES, 2005, p. 25- 27). Assim, buscamos historicizar sentidos sobre o que é e o que não é da ordem do infantil, pois "é visível que o comportamento, a linguagem, as atitudes e os desejos - mesmo a aparência física - de adultos e crianças se tornam cada vez mais indistinguíveis" (POSTMAN, 1999, p.18). Esse autor discute o surgimento do conceito de infância e seu atual desaparecimento na

cultura americana, o primeiro fundado pela prensa tipográfica e o segundo pela mídia eletrônica. Em relação ao primeiro, afirma: "a idéia de infância é uma das grandes invenções da Renascença. Talvez a mais humanitária. Ao lado da ciência, do estado-nação e da liberdade de religião, a infância, como estrutura social e como condição psicológica, surgiu por volta do séc. dezesseis e chegou refinada e fortalecida aos nossos dias". (POSTMAN, 1999, p.12).

Para outro autor, o psicanalista francês Marie-Jean Sauret (1998), a nomeação de infância é um efeito da ciência moderna e da revolução francesa, ele aponta sua curiosidade sobre as particularidades que escandem a história da infância do lado de cá do Atlântico. A escassez de escritos sobre a história da infância (e não só sobre este tema) em nosso país, faz parte da história mesma do Brasil, uma história repleta de tormentos causados pelo encontro dos povos nativos com os colonos europeus, e que por sua vez, enquadrava-se dentro de uma outra luta, ainda maior, de esferas radiais, que era a múltipla luta religiosa do séc. XVI e que instituiu aqui no Brasil, colonizado em 1500, os princípios da Igreja Católica Apostólica Romana (BRASIL, c2002). As motivações, além de religiosas, abarcam também as econômicas e políticas, pois era o tempo das grandes cruzadas, das primeiras expedições navais, o rompimento de fronteiras intercontinentais, superação de limites das relações sociais feudais a caminho da emergência do capitalismo, "tendo na industrialização seu veio maior" (CUNHA, 1986, p.20).

O Brasil traz ressonâncias ainda atuais destas primeiras marcas de rompimento das tradições, da submissão à colonização, do agregamento das tradições européias, mas também é marcado, portanto, por uma tradição oral que era realizada pela múltipla cultura indígena. É relevante retomarmos brevemente estes dados, pois a colonização, apesar de vivida como brutal para os nativos, foi o que possibilitou o surgimento da sistematização escolar e consequentemente das primeiras universidades na América Latina, e que nos interessa para entender um porquê da escassez de escritos sobre a criança antes do século XX. Se a primeira Universidade da América Latina foi fundada em 1538, em São Domingos, e a partir dela, outras 26 ou 27 consecutivamente instaladas em países como Chile, Peru, Argentina, México, por que será que no Brasil este seio de produção científica e circulação de saberes só pode ser instalado em 1920? Estamos diante de elementos das condições históricas de produção dos dizeres e saberes que reclamam interpretação e que dizem sobre os modos de inscrição de discursos sobre os adultos e o trato deles com as crianças ao longo da história. Talvez por isso a heterogeneidade dos discursos sobre a história da criança chega-nos hoje de forma a nos parecer um sentido óbvio, naturalizado, já dado, e causando muitas vezes um silenciamento

constrangedor sobre o assunto, à medida em que se tenta redundar nos genéricos de uma suposta Lei que dita e reedita sobre o que é a criança.

Retomando o nosso percurso histórico, este rompimento de fronteiras espaço-temporal que teve início no séc. XV eleva-se ao patamar mais radical em nossa sociedade contemporânea e atinge frontalmente o que definiremos por criança. Uma viagem pela história nos aponta para as diferenças contemporâneas, em que numa velocidade fugaz ocorre o processo de mudanças na infância, seja nas vestimentas, nas brincadeiras, jogos, nas músicas, no linguajar ou no consumo midiático. Hoje vemos pais que se preocupam com a fama de seus filhos, o que dá um novo caráter aos esportes, por exemplo, que deixaram de ser apenas jogos por prazer, brincadeiras, e se tornaram meio de conquistas financeiras e prestígio social; estes pequenos famosos viram destaque na mídia e movimentam a máquina capitalista. É o mesmo caso das modelos, em seus doze ou treze anos, posando de mulheres adultas, espertas, "sexualmente atraentes, completamente à vontade num ambiente de erotismo" (POSTMAN, 1999, p.17), conquistando independência financeira, mas, muitas vezes, com uma carga tributária simbólica altíssima, sintomatizada nos prejuízos na saúde física e psíquica (anorexia, depressão, etc.), que nos remete à charada histérica "Não sou o que vocês pensam que sou". No âmbito das comunidades, há este espelhamento do alpinismo social, que, segundo MV Bill é dito da seguinte forma:

> Essas minas que só gostam de quem ta com fuzil são a reprodução das modelos do asfalto. Procuram o cara que tem estabilidade financeira, cantor de pagode ou jogador de futebol, o importante é a conta bancária. Na comunidade, acontece a mesma coisa. A menina olha ao redor e acaba identificando um cara que pode dar isso para ela, uma vida sem passar necessidade, com status, e a arma é um fascínio a mais. É o mesmo que no asfalto, só que em outra escala. Tem o gari, o pedreiro, o que vende cerveja no sinal. Mas o traficante é o que tem situação melhor. No meio dessas poucas referências de êxito, o tráfico acaba sendo uma grande opção para quem nasce no time das impossibilidades. A todo momento, eles dizem que preferem viver pouco como alguém do que muito como ninguém. (BRUM, 2006, p.3).

Vemos escolas também preocupadas com a fama de seus alunos, pois isso refletiria a própria instituição, escolas que são "marcas", fetichizam o aprendizado, operam como fábricas de "alunos-primeiros-lugares" nos vestibulares, de crianças apressadas por dominarem pelo menos dois idiomas, tidas como modernas, sofisticadas e como garantias de realização de altas expectativas sociais. Algumas evidências de que a infância está mesmo desaparecendo dão-se a conhecer, se observarmos o lugar de consumidor que a criança tem ganhado no mercado, pois "a história da infância se tornou agora uma indústria importante

entre os especialistas" (POSTMAN, 1999, p.19). São tempos em que se reverenciam as celebridades, as estrelas cadentes que, numa velocidade incrível, tornam-se decadentes, descartáveis tanto quanto os vários outros produtos de consumo. As celebridades ou estrelas que são hoje os artistas, modelos e atletas (em sua maioria) ocupam um lugar que outrora fora ocupado pelos heróis dos mitos, pelos líderes políticos e/ou religiosos da história, depois e mais recentemente pelos heróis dos gibis, dos livros, um lugar que serve à população como matriz de identificações e questionamentos.

Campbell (1990, p.142) nos diz que a sociedade precisa de heróis, "porque ela tem necessidade de uma constelação de imagens suficientemente poderosa para reunir, sob uma mesma intenção, todas essas tendências individualistas". Tendências individualistas apresentam forte relação com o infantil, que precisa caminhar no sentido de sair do princípio do prazer (são verdadeiros príncipes e princesas, neste começo, principiantes de fato e reinam em seus mundos particulares) para se alcançar a "realidade", o social, a possibilidade de uma civilização. Estes primeiros levantamentos nos levam a questionar se o que está acontecendo indicia o desaparecimento da infância, mas se também não vai além disso, constituindo um paradoxo, típico da interpelação ideológica, pois estaria ocorrendo também a generalização da infância no acontecimento espaço-temporal que corrói a distinção tradicional que define adultos e crianças homogeneizando alguns aspectos e erodindo outros.

> Assim como a roupa, os alimentos, os jogos e o entretenimento caminham para uma homogeneidade de estilo, assim também a linguagem. É extremamente difícil documentar essa mudança a não ser recorrendo a casos conhecidos ou pedindo aos leitores que se reportem à sua própria experiência (POSTMAN, 1999, p.146)

Dada a ilusão de contradição pelo prisma social, o desaparecimento da infância ou a sua generalização concorre com o aumento de crimes de crianças, adultos infantilizados, por isso, não deixaremos de lado as particularidades que fazem de cada caso único e singular. Isto é extremamente relevante, se não quisermos fazer da teoria um manual de Inquisição no julgamento do que se faz melhor ou pior para a educação dos menores e/ou na busca de culpados pelas mudanças culturais que vieram acontecendo rapidamente no último século. Não julgaremos o que é melhor ou pior, talvez nem indiciaremos respostas, mas recapitularemos algumas mudanças, algumas vozes sobre a criança para nos servir de material para reflexão, questionamentos e análises. Toda mudança implica perda e também ganhos, e na espiral histórica, alguns elementos parecem se repetir, mas nunca de forma igual.

Assim, enquanto analistas do discurso, a história nos importa enquanto historicidade, inscrita na língua, e "o movimento dos sentidos no texto, que atuam no sujeito como âncora e como bússola, sustentando e orientando seu trabalho de interpretação" (FERREIRA, 2008, p.16) que fazem presente a exterioridade em que o sujeito se relaciona com a língua.

De onde vem a idéia de infância? Se já retomamos a falta de escritos antigos sobre o tema aqui no Brasil, vimos que não dispomos de material escrito/imagético que nos permitiria fiar sobre a infância neste país antes da colonização, mas que dispomos do que o modelo europeu nos legou, quando exerceu sua forte influência cultural e que nos chega ainda, hoje, em alguns padrões (comportamentais, estéticos, educacionais, filosóficos, etc.). Partindo desta perspectiva sobre o que era a Europa daquela época, quais eram as identidades que a compunham, que nos trouxe sua bagagem histórica, retomamos, ainda, outros fios históricos, pois sabemos que a Europa do séc. XV já era herdeira cultural de outros povos que tiveram seu apogeu anteriormente, a saber, gregos e em seguida, romanos; estes povos deixaram algumas marcas-âncoras e marcas-bússolas- na história sobre o que viria a ser o que chamamos de criança.

4.1 Prenúncios de história sobre a criança: entre gregos e romanos

> *"O passado não abre a sua porta e não pode entender a nossa pena. Mas, nos campos sem fim que o sonho corta, vejo uma forma no ar subir serena: vaga forma, do tempo desprendida. É a mão do Alferes, que de longe acena"* (Cecília Meireles, Cenário, apud. Moriconi, 2001, p.186)

Sabemos muito pouco sobre as atitudes dos povos antigos com relação à criança. Os gregos prestavam pouca atenção a esta faixa etária ou talvez não o tomassem no sentido de uma categoria etária especial, apesar de terem se preocupado bastante com a educação, Platão escreveu extensamente sobre o assunto. O termo que designava "criança" era ambíguo e nomeava também "jovem" (POSTMAN, 1999), o que pode ser encontrado na literatura sobre o tema, de forma a obscurecer o que era criança para estes povos. Algumas pistas encontramos nos restos da história, nas ruínas gregas, nas manifestações artísticas, ainda que nenhuma das famosas estátuas gregas seja representando uma criança, o que significa um indício de apagamento. Sabe-se, ainda, que "na época de Aristóteles não havia restrições

morais ou legais à prática do infanticídio" (POSTMAN, 1999, p.20) e que o referido filósofo não deixou rastros que indicassem um posicionamento seu que fosse firmemente contra esta prática. Em Heródoto, encontramos registros de práticas que se afinam, em alguns traços, com a visão moderna sobre a criança. Em uma de suas histórias,

> dez coríntios vão a uma casa com o propósito de matar um menino que, de acordo com um oráculo, destruiria a cidade quando crescesse. Ao chegarem na casa, a mãe, imaginando que faziam uma visita amistosa, põe o menino nos braços de um dos homens, que saem sem executar sua missão monstruosa (POSTMAN, 1999, p. 20)

Neste pequeno trecho histórico, indicamos uma prática bastante comum na Antiguidade que nos remete ao desejo hostil da sociedade como um todo e dos progenitores para com as crianças, no abuso do controle sobre suas vidas. Talvez nem fosse hostilidade, talvez esta observação seja possível pelo efeito ideológico que nos interpela como sujeitos na visão moderna sobre a criança. Devido aos altos índices de mortalidade infantil, muitos registros apontam para a falta de empatia entre os progenitores e seus filhos, como se fosse natural que muitos morressem. Como não havia ainda as medidas higienistas, o que prevalecia eram as práticas religiosas para afastar as forças maléficas que levavam seus anjinhos (LEVIN, 1997; POSTMAN, 1999; ARIÉS, 1981; etc). Levin (1997, p. 224) faz um estudo mais apurado sobre as formas de controle dos adultos sobre a criança e seu corpo ao longo da história, e os efeitos psicomotores atrelados às estas práticas, sinalizando que "O sacrifício de crianças é a expressão mais concreta desse exaltado e proibido desejo de morte que a criança suportava (e muitas vezes suporta)". E cita De Mause descrevendo sobre o sacrifício de crianças que era praticado por diversos povos ao longo da História:

> 'pelos celtas da Irlanda, gauleses, escandinavos, fenícios, moabitas, amonitas e, em determinados períodos, pelos israelitas... Emparedar as crianças nas muralhas ou enterrá-las nos alicerces, edifícios ou pontes, para reforçar as estruturas, era frequente também desde a época em que se construíram as muralhas de Jericó (7000 a.C.) até o ano de 1843, na Alemanha' (DE MAUSE apud LEVIN, 1997, p.224)

Voltando à cultura grega clássica, em especial entre os espartanos conhecidos por seus fortes poderes bélicos, guerreiros antológicos e batalhas homéricas, e também por sua brutalidade e pouca valorização da instrução filosófica e artística (dotes estes associados à bela cultura ateniense), a partir do séc. IX a.C., temos que o recém-nascido era submetido a um exame para que um conselho de anciãos decidissem se a criança serviria para prestar serviços militares. "Se o neném fosse considerado demasiadamente fraco, era abandonado, e

se fosse apto para o serviço militar, o Estado adotava-o formalmente em função da instrução militar", assegura o mesmo autor (LEVIN, 1997, p.225).

Já em Atenas, o exame também era feito e as consequências semelhantes, pois se o infans fosse considerado incapaz, era abandonado, e se fosse aprovado, poderia representar o pai e receber "uma educação para a paz" (LEVIN, 1997, p.225) no cultivo do bom, do bem e do belo para o corpo e para a alma. Nos dois casos, a legitimação ou não da vida perpassava pelos poderes dos representantes da Lei, pai ou Estado, e o hábito de abandonar era difundido e socialmente aceito.

Contudo, os gregos nos deixaram compêndios sobre educação, tema que perpassava pela preocupação com os jovens e propiciava os prenúncios da idéia de infância. Um indício disto são as escritas que o ateniense Platão nos legou sobre três diferentes propostas de promoção da educação para jovens, além de suas discussões acerca da possibilidade ou impossibilidade de se ensinar ou transmitir virtudes, amor e coragem, sobre as quais acreditava e defendia em suas argumentações filosóficas. As práticas escolares da época incluíam os ensinos da leitura e da escrita, além de outras disciplinas como retórica e aritmética, embora as idades dos jovens fossem mais avançadas do que se espera que aprendam hoje em dia.

A concepção da infância para aquele povo e para o mundo moderno também se difere no que diz respeito aos métodos de disciplinar crianças utilizados naqueles tempos e nos de hoje: "os gregos não encaravam a disciplina dos jovens com o mesmo grau de empatia e compreensão considerado normal pelos modernos", o que nos aponta deMause em sua pesquisa: "uma porcentagem muito alta das crianças de tempos anteriores ao século dezoito constituiria o grosso das 'crianças maltratadas' (POSTMAN, 1999, p.22). A Paidéia helenística - ideal educativo amplamente difundido no ethos grego que tinha como idéia central a justiça e a formação do ser humano e deste como cidadão perfeito - contribuiu com o prenúncio do que seria a infância dois mil anos depois de seu apogeu pois "pressupunha uma diferença e uma passagem entre o mundo das crianças e dos adultos, uma passagem que era realizada por meio da iniciação ou de uma educação" (ARIÉS, 1981, p.276). As "passagens" nos chegam hoje principalmente através dos mitos gregos, e através de pesquisas históricas e antropológicas sobre aqueles povos, destacando-se, em nosso percurso, o livro "*O Poder do Mito*", finamente elaborado pelo pesquisador Joseph Campbell (1990). Um outro exemplo de escritor grego daquele período e que também narrou sobre passagens educacionais de espartanos foi Plutarco, em *Vidas Paralelas*.

Os romanos aproveitaram e elaboraram mais a noção de escolarização, formulada inicialmente pelos gregos e prestavam atenção à idade, ao crescimento e à criança pequena, sentido este que só voltaria a aparecer nas artes ocidentais da Renascença. Foram eles que "começaram a estabelecer uma conexão, aceita pelos modernos, entre a criança em crescimento e a noção de vergonha" (ARIÉS, 1981, p.22), escrito por Quintiliano, preocupado com as questões sobre a moral e se colocando como sensível às especificidades da infância. Isso porque, "sem uma noção bem desenvolvida de vergonha a infância não pode existir", pois a infância reclama para ela a "necessidade de ser protegida dos segredos dos adultos, especialmente os segredos sexuais" (ARIÉS, 1981, p.23). A vergonha só é possível para aqueles que submeteram a pulsão sexual a algum controle, internalizaram a repressão como efeito de uma operação simbólica que de-limita os limites, que "já passaram pelo Édipo" e se defrontaram com a castração. A vergonha é uma das respostas possíveis àqueles que despertaram para a sexuação e já percebem as diferenças corporais e os limites sociais. É o fio que nos separa do todo natural para a fundação de uma civilização, que é um artifício cultural. Na crítica de seus pares por seus comportamentos na presença de crianças romanas nobres diz Quintiliano:

> Nós nos deliciamos se elas dizem alguma coisa inconveniente, e palavras que não toleraríamos vindas dos lábios de um pajem alexandrino são recebidas com risos e um beijo... elas nos ouvem dizer tais palavras, vêem nossas amantes e concubinas; em cada jantar ouvem ressoar canções obscenas, e são apresentadas a seus olhos coisas das quais deveríamos nos ruborizar ao falar (QUINTILIANO apud POSTMAN, 1999, p.23)

A questão foi levantada pelos romanos, mas não para todos eles, pois em Roma, a educação escolar abarcava a tirania paterna, em que se aplicavam o que hoje chamaríamos por torturas e crueldade. Tais práticas estavam baseadas em uma antiga legislação que estava na origem e no cerne do direito romano, chamada de *Lei das Doze Tábuas* ou *Lex Duodecim Tabularum* em latim, que concedia ao pai um poder absoluto de fazer o que quiser com seus filhos, até o direito de vendê-los.

> (...) nelas se especificava claramente que se vendia o direito a fazer uso das capacidades intelectuais e físicas das crianças. O código romano estabelecia que o filho era uma propriedade e que, como tal, pertencia ao pai (pater familias) (LEVIN,1997, p.225)

O infanticício passou a ser reconhecido como assassinato e foi proibido somente em 374 da era cristã, por uma lei promulgada três séculos depois daquele referido professor de

oratória e retórica (Quintiliano) e foi uma extensão das primeiras percepções sobre as peculiaridades da infância. Ainda assim, desde o século V antes da era cristã, crianças continuaram a ser assassinadas por motivos de má-formação e/ou por motivos econômicos impulsionados por divisões de heranças.

> A enorme quantidade de leis e enunciados que se opõem a essas práticas e as proíbem- e que consideramos um modo de conservar e preservar a vida da criança (filho)- indicam justamente que havia este costume. No entanto, e para refutar qualquer teoria de filicídio, ou a sua contrapartida, o parricídio, não resta dúvida que o mistério do pai está encarnado no filho, cujo enigma por sua vez se sustenta no pai. É em função desse nexo que a aliança enquanto código legal estabelece a transmissão, a herança e a descendência, ao produzir uma ruptura nesse desfrute incestuoso sem saída, que irredutivelmente remete à morte (LEVIN,1997, p.226)

Depois dos romanos, essas idéias sobre as peculiaridades da infância evanesceram. Vieram os bárbaros do Norte, o colapso do império romano, o enterro do período clássico, o surgimento da chamada Idade das Trevas e, em seguida, a entrada na Idade Média.

4.2 A Idade das Trevas e a Idade Média

> *"Vão se as datas e as letras eruditas*
> *Na pedra e na alma, sob etéreos ventos,*
> *em lúcidas venturas e desditas"*
> (Cecília Meireles, Cenário, apud. Moriconi, 2001, p.184)

Na continuidade deste passeio histórico, visando ao lugar que a infância ocupava nesta cronologia localizada principalmente na Europa, sabemos que múltiplos acontecimentos históricos deixaram suas cicatrizes nas esferas político-sociais que afetaram todos os indivíduos inscritos naquele percurso, dentre eles, o declínio da economia e da cultura romana do ocidente que se deu gradualmente e que culminou com as invasões bárbaras e a deposição do último imperador (Rômulo Augústulo) em 476 d.C., além do crepúsculo da cultura clássica e a introdução da Europa na chamada Idade das Trevas e, depois, na Idade Média. Uma prévia da significação dos acontecimentos deste período diz respeito a fenômenos ocorridos na época como o desaparecimento das práticas de leituras e escritas que ficaram restritas a escribas. Com isso, marcou-se o desaparecimento da interpretação, da educação, da referida noção de

"passagem", da vergonha, e, consequentemente, da infância (POSTMAN, 1999). "A civilização medieval havia esquecido a Paidéia dos antigos, e ainda ignorava a educação dos modernos. Este é o fato essencial: ela não tinha idéia da educação" (ARIÉS, 1981, p.276).

Por outro lado, houve um florescimento das mais variadas produções artísticas e a prosperidade da cultura romana na parte oriental. Como exatamente esses fenômenos aconteceram não temos como saber, mas este retrocesso histórico fez com que o alfabeto passasse a ser cada vez mais restrito e estilizado (POSTMAN, 1999). A arte de ler passou a ser autorizada a "uns poucos que formam uma corporação de escribas e, portanto, privilegiada (...) se multiplicaram os estilos de grafar as letras do alfabeto e as formas se tornaram dissimuladas e rebuscadas" (POSTMAN, 1999, p.25). Chamando a atenção para o aspecto estético e ambíguo da caligrafia, dá-se ênfase à letra e perde-se o essencial do saber sobre ela, "que é proporcionar o apagamento das letras para que sejam lidas de forma automática, e, assim, não precisar mais pensar nelas para se compreender um texto" (PATTI; ROMÃO, 2007, p.112).

Este marco da barra na leitura e da escrita fez prevalecer na Idade Média a primazia do face-a-face e da oralidade sobre as referidas atividades, inclusive no ensino, sendo que, as escolas, quando existiam, deixavam vazar os aspectos formais que as caracterizavam e passaram a se instituir na/pela "falta de gradação nos currículos de acordo com a dificuldade do assunto, pela simultaneidade no ensino das matérias, pela mistura das idades e pela liberdade dos alunos" (POSTMAN, 1999, p. 29), ou seja, o convívio entre crianças e adultos nas salas de aula era dado como natural, o possível para aquele momento histórico, em que foram borradas as linhas tênues que particularizavam não só o lugar das crianças e dos adultos, mas que negasse a diferença de que cada etapa demandava saber, desenvolver, entrar em contato. Assim, ficaram silenciadas as diferenças que delimitavam as primeiras concepções de desenvolvimento infantil, herdadas da cultura greco-romana, esquecendo-se do valor de uma aprendizagem sequencial e de uma noção de escolarização que visasse a preparação da criança a ser ingressada no mundo adulto, ou seja, que permitisse uma ascese "aos segredos culturais codificados em símbolos não naturais. Num mundo letrado, as crianças precisam transformar-se em adultos. Entretanto num mundo não letrado não há necessidade de distinguir com exatidão a criança e o adulto" (POSTMAN, 1999, p.27).

Outro fator relevante para entendermos o fim das práticas de leituras e da alfabetização socializada que perdurou por quase mil anos, foi a escassez de papiros e pergaminhos, sendo que a manufatura do papel por moinhos d'água chegou à Europa por volta do século XIII. A política da Igreja, grande detentora do poder institucional, social e capital da época, também favorecia ao agravamento do quadro, já que era de seu interesse manter o controle sobre "as idéias,

organização e a fidelidade de uma população numerosa e diversificada" (POSTMAN, 1999, p.27) com seus dogmas, refletida na posse não compartilhada e fechada Biblioteca Apostólica Vaticana, dos arquivos secretos e demais materiais de arquivo histórico daquela instituição. Firmava-se um compromisso inédito na história da Igreja com a sociedade em geral, segundo nos conta o atual Papa, Bento XVI (2007): "Ao Arquivo Vaticano, aberto à consulta dos doutos pela sábia clarividência de Leão XIII em 1881, fizeram referência gerações inteiras de historiadores, aliás, as mesmas Nações européias, que, para favorecer as averiguações num tão antigo e rico scrinium da Igreja de Roma, fundaram na Cidade eterna específicos Institutos culturais" e que afirma seu ato histórico: "a partir do pontificado de Pio XI, por mim decidida em Junho de 2006" (BENTO XVI, 2007) e a justificativa aos cuidados do acervo privado por séculos da população: "não podem deixar de louvar a atitude de serviço abnegado e imparcial que o Arquivo Secreto Vaticano prestou, mantendo-se distante de estéreis e com frequência também débeis visões históricas parciais e oferecendo aos pesquisadores, sem impedimentos ou preconceitos, o material documentário em sua posse, organizado com seriedade e competência" (BENTO XVI, 2007).

A interdição ao mundo dos livros contribuiu para um íngreme caminho de acesso aos saberes e, assim, produziu o efeito de "estimular um acesso mais restrito à alfabetização, induzindo seus clérigos a formar uma corporação de escribas que fossem os únicos a conhecer os segredos teológicos e intelectuais" (POSTMAN, 1999, p.26), prática que nos chega até o começo deste século XXI, quando o papa germânico abre as portas da Biblioteca do Vaticano pela primeira vez na história. É importante notar que foi sustentando o discurso autoritário, reforçado pelo estilo de vida monástica, que a Igreja Católica conseguiu manter-se através dos tempos e foi uma das únicas instituições a sobreviver às invasões germânicas em Roma (chamadas pelos romanos de "invasões dos bárbaros do norte"), fenômeno responsável pela destruição em massa de arquivos, tratados científicos, filosóficos da antiguidade clássica, templos, cidades, aldeias e grande parte da população daquela época (meados de 476 d.C.). Estes dados nos permitem questionar se não teria havido mesmo, com a morte de tantos adultos, transmissores de cultura entre as gerações, uma perda de memória que justificasse essa hiância entre as tradições clássicas e o renascimento. Grande parte do exército enfraquecido de Roma era constituído por meninos de 11 a 15 anos que ingressavam nos exércitos sem ter passado pelas escolas. O rígido controle ideológico fazia parecer natural também as práticas já incorporadas desde a antiguidade clássica, de enfaixar as crianças, seus corpos, para privá-la do uso de seus membros e exercer o máximo de controle sobre seu corpo.

Para além dos conhecimentos perdidos, a Idade das Trevas carrega a marca da perda de saberes elaborados na história, as sabedorias antigas, que valorizava as diferenças, as

etapas da vida, as heterogêneas tradições (claro que de um modo diferente do que concebemos hoje, mas havia uma consideração e reflexão sobre as antigas questões que acompanham o ser humano desde os seus primórdios). E com relação à distinção entre adultos e crianças, podemos dizer que não se trata só da diferença da idade cronológica, mas de um posicionamento que engloba o conhecimento e a reflexão que este exerce em sua vida, além de um certo controle que o adulto tem, ou se supõe ter ao decidir quando e como desvelar para a criança sobre os saberes e mistérios que ela demanda acesso. Em outras palavras, o adulto põe/tira ritmo no desejo de saber que a criança lhe demanda, instigando-a a querer saber mais ou menos, é uma demanda de amor que exige cuidados para não devastar a criança e, portanto, precisa ser revelada aos poucos sobre "certas facetas da vida - seus mistérios, suas contradições, sua violência, suas tragédias - cujo conhecimento não é considerado apropriado para as crianças e cuja revelação indiscriminada é considerada vergonhosa" (POSTMAN, 1999, p.29). Vergonhosa aqui não tomada no sentido moral, apesar deste estar ali presente no dito/escrito, mas no sentido mesmo de se evitar um conhecimento devasto que silencie a criança, que a coloque diante do horror, que a cale, dilacere suas fantasias, que a retire de seu lugar de sujeito (desejoso, dividido, faltoso, em dúvida e que fantasia a partir disto) e ocupe um lugar de objeto (lugar das certezas, do gozo, do mais-nada-além, mais-nada-a-dizer) para este adulto. A consciência da particularidade infantil não existia ou, nas palavras de Ariés (1981, p. 156), o "sentimento da infância não existia – o que não quer dizer que as crianças fossem negligenciadas, abandonadas ou desprezadas".

Dito isso, podemos compreender melhor sobre a indeterminação da idade em toda extensão de atividades sociais, englobando compartilhamento de crianças e adultos nos jogos, brincadeiras, contos de fadas, nas profissões e com as armas. Inclusive brincadeiras maliciosas com as partes íntimas das crianças, que fazia parte de uma tradição largamente aceita, segundo revela Ariés (apud POSTMAN, 1999, p. 31), e que "hoje pode dar até trinta anos de prisão". Esta prática pode ser encontrada na leitura de um conto clássico vindo da época medieval, e que nos chega, hoje, bem diferente de suas primeiras versões: "*Chapeuzinho Vermelho*". Uma das versões possivelmente contada, antes do séc. XVIII, indicia que Chapeuzinho encontra-se com o lobo na floresta, conta-lhe que vai para a casa da vovó e este sai na frente. Chegando lá primeiro, mata a vovó, tira-lhe o sangue (que é colocado em uma garrafa), pica-lhe a carne (que é posta em uma travessa) e, em seguida, veste suas roupas para aguardar a menina. Esta chega e é servida de "carne e vinho", e só se dá conta do que está comendo quando um gato passa por lá e a recrimina pelo ato de comer a própria avó. O lobo chama-lhe, ordenando-lhe que tirasse a roupa e se deitasse com ele e a cada peça tirada (avental, corpete, saia, anágua e meias), Chapeuzinho faz a pergunta: "Onde ponho?" e o

lobo responde: "Jogue no fogo. Você não vai mais precisar disto". Chapeuzinho estranha todas as características físicas do lobo (pêlos, ombros largos, dentes grandes), mas deita-se com ele e é comida; fim da história (KEHL, 1987, p.470). O conto moderno traz elementos apaziguadores: o caçador que mata o lobo e retira a vovozinha de sua barriga, o ensinamento moral, uma redenção da personagem, além do silenciamento de toda aquela tragédia do conto medieval. A releitura moderna deste conto, no formato de uma animação, faz uma subversão ainda maior em sua última versão lançada na mídia ("*Deu a louca na Chapeuzinho*", ou HOODWINKED para os americanos, 2005). Essa narrativa ilustra o modo como as crianças eram representadas nos dizeres de então, como passíveis de toque, de aproximação física e de abuso, tendo seu corpo tomado e violado, no caso, metaforicamente por um lobo.

Além de ser instrumentalizada como peça de guerra e como objeto de toque, sabe-se ainda, que a criança muito nova "não contava" - expressão de Molière (apud ARIÉS, 1981, p.157) - devido à alta mortalidade infantil, e que "Assim que a criança superava esse período de alto nível de mortalidade, em que sua sobrevivência era improvável, ela se confundia com os adultos" (ARIÉS, 1981, p.157), dado reafirmado por Postman (1999) , que também assinalou que a infância acabava aos sete anos (chamada de Idade da Razão para a Igreja, que supunha ser a idade que a criança já teria superado a oralidade e saberia discernir o que era certo e o que era errado) e a idade adulta começava imediatamente, sem um estágio intermediário (POSTMAN, 1999). A palavra *child* expressava parentesco e não idade. A vida era vivida publicamente por todos, não havia também o sentimento de família, que caracterizaria a vivência de uma intimidade grupal e foi assim até meados do século XVII. Isso porque "a densidade social não deixava lugar para a família" (ARIÉS, 1981, p.273), haja vista as práticas de compartilhamento social de fatos hoje retirados desta esfera pública: do lençol de um casal recém enlaçado pelo matrimômio, para comprovar a legitimidade do defloramento da mulher, as condenações e execuções das penas em praças públicas (queimar pessoas, degolá-las, práticas comuns na época das Inquisições), o que justifica, em partes, a não necessidade que o povo europeu da Idade Média de ter uma razão para proteger as crianças de temas como sexualidade (em toda sua amplitude de experienciação), morte e tragédias, pois eram tidas como "adultos em miniatura".

Este olhar sobre a criança foi ricamente retratado nas artes plásticas medievais, nos quadros de pintores da época, como Hieronymus Bosch, Brueghel, Jean Fouquet, Cimabue, Masaccio e diversos outros anônimos, lembrando que esta foi uma época de fanatismo religioso, superstições, desvalorização das singularidades, e não era costumeiro que os artistas assinassem suas obras, como bem retratou Victor Hugo em sua novela "Nossa Senhora de Paris". A iconografia da família tornou-se avivada a partir do século XVII e o sentimento da

família burguesa só foi realmente alastrado a partir do século XVIII, impondo-se tiranicamente como modelo ideal pelos aparelhos ideológicos de poder às consciências ocidentais, e com isso o desenvolvimento do pensamento moralista que regeu as reformas contra o que consideravam anarquia a partir de então.

O sentimento de infância vivenciado nesta época, segundo o descreve Ariés (1981), causou dois tipos de manejos com a criança, o de paparicação e posteriormente, o de uma sensibilidade à presença delas, chegando mesmo à declarada irritação de alguns adultos (como alguns moralistas e educadores citados pelo autor, tais como Montaigne, Fleury e Coulanges, (ARIÉS, 1981, p.159-161), o que resultou em certa hostilidade para com os pueris. Ambos sentimentos promoveram todo o movimento reflexivo na família e na escola, retirando a criança "da sociedade dos adultos". Isso culminou em outro extremismo de pensamento que embasou a prática disseminada até pouco tempo atrás, do enclausuramento total das crianças nos internatos do século XVIII ao XX. Prosseguindo com algumas importantes mudanças sociais que foram ocorrendo no Ocidente medieval, encontramos fatos e acontecimentos marcantes, tais como a fatídica "Caça às Bruxas", o genocídio em massa devido à "Peste Negra", a polêmica "Reforma Cristã" dentre outros. Nesse mesmo período, surgiram invenções fundamentais e revolucionárias, tais como o relógio mecânico, que transformou a noção de tempo nas cidades, e "eliminou a Eternidade como medida e centro das ações humanas" (MUMFORD apud POSTMAN, 1999, p.35), os óculos, em 1235 (que iria embasar as futuras descobertas do microscópio e do telescópio) e, em meados do século quinze, foi inventada a impressão com caracteres móveis, a prensa tipográfica, que mudariam por completo o destino da civilização, dando entrada a uma nova era.

A partir de 1100 d.C. acontecem verdadeiras expansões urbanas (com construções civis), agrícolas, comerciais, econômicas, intelectuais e inovações tecnológicas, o que ressoou para todos os campos do conhecimento humano. Com a invenção da prensa tipográfica, por exemplo, fecundou todo o campo semeado pela recuperação da cultura clássica, na revisão de manuscritos, traduções das obras gregas e árabes e levou avante o conhecimento dos eruditos europeus de vários campos do saber (Astronomia, matemática, biologia, medicina). A Europa amadureceu como civilização fundando suas primeiras universidades já por volta do ano de 1200 (Paris, Coimbra, Bolonha, Oxford), a culinária ficou mais complexa, o vestuário foi modificado, desenvolveram-se caravelas. O mundo em movimento passou a abrir as fronteiras marítimas-comerciais, aprimorou bússolas e mapas e fez cair o geocentrismo.

Com a caída do geocentrismo, adotado até meados do séc. XVI (LAROUSSE, 1995), deram-se os primórdios do antropocentrismo, que chegaria em nossa época no traçado do

individualismo mais axiomático. Esta transição foi feita com o surgimento da prensa tipográfica que tornou possível o registro das idéias e palavras próprias, lançar ao tempo algo como sementes significantes tomadas de uma singularidade, de um sujeito (autor) e documentar na escrita legada à posteridade (uma parcial restauração da eternidade, fragmentada pela descoberta do relógio). Assim, foi rompido um período histórico na Europa, nosso berço cultural, período este marcado pela subjugação dos interesses individuais em prol da coletividade, regido pelo efeito ideológico de evidência das verdades espirituais, em que a infância era tomada como "invisível", dando lugar a uma outra ordem que falava da experimentação científica do mundo e possibilitando um outro modo de ver, dizer e poder saber sobre a criança caracterizado principalmente pela visão científica e calcado em um individualismo que faz calar e/ massificar a coletividade (POSTMAN, 1999).

4.3 O Ressurgimento da infância: um novo interdiscurso

> *"Escuto os alicerces que o passado tingiu de incêndio: a voz dessas ruínas de muros de ouro em fogo evaporado"*
> (Cecília Meireles, Cenário, apud. Moriconi, 2001, p.182)

Um novo ambiente foi tomando forma na Idade Moderna, a partir do século dezesseis, com as novas tecnologias, e que fez re-nascer a infância. Séc. XVI: com a invenção da prensa tipográfica móvel foi inaugurado um novo mundo simbólico: "A possibilidade de ter as próprias palavras e obras fixadas para sempre criou uma nova e difusa idéia de individualidade" (EISENSTEIN apud POSTMAN, 1999, p.35). Um dos efeitos da prensa tipográfica já surge em seus primórdios, em torno de sua criação, na busca pela autoria e reconhecimento de seu inventor: há pelo menos sete cidades que pretendem ser o lugar de nascimento da prensa tipográfica, e cada uma delas apontando para um inventor (POSTMAN, 1999, p.34). O autor conta-nos que Jhoann Gensfleisch Gutenberg foi o inventor da impressão com caracteres móveis, utilizando uma prensa usada na fabricação de vinho e adaptando-a para a manufatura de livros (POSTMAN, 1999, p.37).

A recém-nascida forma-leitor, a do leitor solitário, assim como a aurora noção de autoria criou um novo adulto, refletindo uma nova consciência que se elaborava com a invenção tecnológica que excluiu a criança e passou a habitar novamente no que chamamos de infância. Surgiram, ainda, os primórdios do jornalismo, da literatura e da pornografia em

massa. O prelo criou também a demanda pelo reconhecimento impresso do dizer, a busca de realização pessoal, confecção e publicações de ensaios pessoais, criou a individualidade intelectual e aflorou o narcisismo contido/retido na cultura dos escribas de até então, que foi naturalizado como normal e aceitável. Todos estes movimentos de uma nova fase da civilização sublinharam a transformação radical na intelectualidade da época e que nos é bem atual, haja vista tantas mídias a favor da auto-propagação, divulgando e fazendo publicidade, não só das celebridades do momento, como dos candidatos ao cargo. Este estilo de escrita, que busca reconhecimento no exibicionismo publicitário, encontra ressonância na voz de Pietro Aretino, Montaigne, Françoise Rabelais dentre outros célebres escritores que inauguraram os versos que funcionavam como "alto-falantes, de auto-afirmação e auto-celebração" (POSTMAN, 1999, p. 35), na realização de gestos de escritas que se pretendem escrituras, legados para o futuro, para os futuros leitores, algo bem exemplificado quando o autor afirma que "a tipografia liga o presente com o sempre".

Com o florescimento da noção de individualismo aflorou também uma divisão entre leitores e não-leitores, o que abriu um abismo entre dois mundos: um cheio de sentidos - com todo um colorido em sua heterogeneidade, polifonia, polissemia - e outro que manteve aquela relação mais natural com as coisas. A prensa criou a imprensa e uma impressão maior que as próprias coisas, retirou as vivências de uma experimentação imediata e convidou ao posteriori. E a dimensão da legitimidade dos fatos foi ganhando densidade conforme fossem formalizados no prelo, en/direitando, que dava peso às palavras de lei e suavizava as palavras poéticas. Este grau de autoridade assumida pela escrita impressa mais do que nunca tem hoje um valor tamanho que faz creditar as idéias e patenteá-las juridicamente em alguns casos (*"Conhece o preço de tudo, mas o valor de nada"* Oscar Wilde). Mas neste começo da manufaturação de livros, o que predominava eram as preocupações com o savoir-faire, o como fazer, em áreas bem variadas, tais como "metalurgia, botânica, linguística, boas maneiras e, finalmente, pediatria" (POSTMAN, 1999, p.43), o que indicia uma preocupação que apontava para o que viria a ser o moderno conceito de criança. O lance feito em direção da produção de conhecimentos organizados, padronizados, paginados, editados, apostou em um caminho sem volta, que culminou na explosão de conhecimentos que propiciou o progresso em todas áreas. Havia ainda preocupação estética e a preocupação com o formato dos livros, mas este novo instrumento fornecia, "além de novas coisas em que pensar, novas coisas com que pensar" (POSTMAN, 1999, p.44), o que teve efeitos nas novas formas de pensar a/sobre a criança também.

É inegável que a tecnologia acarrete uma avalanche de efeitos e consequências apesar de muitas vezes, serem imprevisíveis. Todo inventor é meio sonâmbulo, diz-nos Postman, ou ainda retomando um comentário socrático sobre a escrita, diz-nos ele em *Fedro* que as palavras uma vez escritas, saem rolando por toda parte (POSTMAN, 1999, p.47). É que o produto geralmente é elaborado se pensando numa finalidade, objetivo, plurais ou não, mas quando vão para a sociedade, perdem seus limites iniciais, e podem ser utilizados de formas antes impensáveis e, quando fazemos uma leitura histórica, percebemos a dimensão imensurável que as invenções tomam a cada ano que passa, caídas nas malhas da globalização e ramificadas de forma fractal em todas as direções.

Quanto à prensa tipográfica, inventada por Gutenberg, esta "abriu uma porta na qual a cultura européia estivera ansiosamente batendo. E quando a porta foi aberta, a cultura inteira saiu voando por ela" (POSTMAN, 1999, p.39). E com a portatibilidade do livro impresso, deu-se início às práticas de leituras silenciosas, em que o leitor isolado se enclausurava em suas próprias reflexões, silenciando a voz dos outros em um ato antissocial. E a introspecção passou a ser naturalizada pela cultura, permitindo a ideia de que cada um tinha a sua importância em si mesmo, e refletindo em ramos antes invisíveis, como o da infância. E foi a falta de produção e conhecimento sobre os temas, no caso aqui, sobre a infância, que impulsionou uma série de livros que ensinassem sobre a criança, sobre como lidar com elas, sobre boas maneiras, etc, constituindo os primeiros alinhavos de memória sobre a infância, atando o arquivo que nos chegaria ao hoje. O primeiro livro de pediatria é datado de 1498, de Paolo Bagellardo (POSTMAN, 1999, p.43); deu-se, então, o boom do conhecimento, que ecoa até hoje em nossa sociedade. Enquanto meio de comunicação, pode-se dizer que o livro foi o precedente do que conhecemos hoje por mídia, veiculando modos de pensar, de escrever, registrar e que fez surgir toda uma lógica para se pensar sobre autoria, informação, coerência, coesão, eficiência, estética e padrões.

> A linearidade inflexível do livro impresso - a natureza sequencial de sua apresentação frase a frase, sua paragrafação, seus índices alfabéticos, sua ortografia e sua gramática padronizadas - levou aos hábitos de pensamento que, como disse zombeteiramente James Joyce, seguem a orientação do á-bê-cê, indicando uma estrutura da tipografia (POSTMAN, 1999, p.44).

Podemos também considerar os possíveis efeitos psíquicos desta migração linguageira do ouvir para o olhar, das tradições orais para a escrita, um marco histórico que redundou na supremacia do ver e ser visto, que deixa rastros ainda hoje, em programas televisivos (reality shows: "Sou visto, logo existo"). Com a difusão dos livros e panfletos, houve uma propagação em massa das mudanças do mundo, o que podemos observar com a Reforma Protestante (disseminada nos

lares do séc. XV), a tradução da Bíblia Sagrada para várias outras línguas (enfraquecendo a natureza sagrada das escrituras) e fortalecendo o nacionalismo.

4.4 A ciência moderna: uma nova estruturação de valores em torno da infância

"A voz do tempo é bonita quando existe amor"
(Tic Tac - Balão Mágico)

Cem anos depois da prensa tipográfica, foram lançados os fundamentos da ciência moderna, padronizados até hoje, e os segredos foram caindo um a um e a ciência tornou-se pública. Aprender a ler virou pré-requisito para se adentrar na era do conhecimento, do ser humano letrado.

> (...) quando a prensa tipográfica fez a sua jogada, tornou-se evidente que uma nova espécie de idade adulta tinha sido inventada. A partir daí a idade adulta tinha de ser conquistada. Tornou-se uma realização simbólica e não biológica. Depois da prensa tipográfica, os jovens teriam de se tornar adultos e, para isso, teriam de aprender a ler, entrar no mundo da tipografia. E para realizar isso precisariam de educação. Portanto a civilização europeia reinventou as escolas. E, ao fazê-lo, transformou a infância numa necessidade (POSTMAN, 1999, p.50).

Com o reconhecimento da infância, deu-se também uma nova forma de estruturação da família moderna, principalmente a de classe média, que podia sustentar seus filhos, garantir-lhes a privacidade, e dar-lhes visibilidade social, e a família passou a ser a primeira instituição educacional. Mais tarde, com o advento escolar, "os professores inventaram, por assim dizer, os estágios da infância. Nossas noções do que uma criança pode aprender ou deve aprender, e em que idade, foram em grande parte derivadas do conceito de currículo seriado; isto é, do conceito de pré-requisito" (POSTMAN, 1999, p.59).

No fim do século dezesseis, os professores já não permitiam que crianças tivessem acesso aos livros com conteúdo inapropriado e puniam aqueles que falassem obscenidades, além de desaprovarem os jogos de azar. A exigência de uma sociedade instruída tornou necessário um sentimento de vergonha altamente apurado, o que fez com que a sociedade passasse a ocultar uma série de temas dos pequeninos, como sexo, violência, doenças, dinheiro, morte, etc; até que pudessem ser civilizados suficientemente para entender as revelações. Em 1780, crianças que cometessem algum dos duzentos crimes listados poderiam ser condenadas pela lei que não relutava em executar as penas por enforcamento.

A partir do século XVII, "O apego à infância e à sua particularidade não se exprimia mais através da distração e da brincadeira, mas através do interesse psicológico e da preocupação moral", daí discursos como este de 1646 de Balthazar Gratien (apud ARIÉS, 1981, p.162): "Só o tempo pode curar o homem da infância e da juventude, idades da imperfeição sob todos os aspectos", ou ainda sobre não convir ao adulto se acomodar à leviandade da infância, pois este havia sido o erro antigo (GRATIEN apud ARIÉS, 1981, p.162). A industrialização ocorrida durante o século dezoito, fez com que as crianças pobres fossem angariadas pelo mercado de trabalho, enquanto mão-de-obra barata, subordinadas ao capitalismo vigente. Os pais concordavam com aquela situação, pois habitualmente tratavam seus filhos como objetos, como propriedades privadas, e o Estado que frequentemente intervinha em prol do bem-estar das crianças, num posicionamento humanitário e responsável. Talvez, a razão pela qual o governo agisse de tal forma fosse pelas influências, no século dezoito, da erudição dos grandes pensadores daquela época, como foram Goethe, Kant, Hume, Voltaire, Gibbon, Locke e Rousseau, que caracterizaram o que conhecemos por Iluminismo (POSTMAN, 1999, p. 70).

4.5 A criança da denominada pós-modernidade

"Neste papel
pode teu sal
virar cinza;
pode o limão
virar pedra;
o sol da pele,
o trigo do corpo
virar cinza
(Teme, por isso,
a jovem manhã
sobre as flores
da véspera)"
(João Cabral de Melo Neto, em Psicologia da composição, apud. Moriconi, 2001, p.166)

Já no final do século XIX, partindo de duas das principais tendências intelectuais de que a idéia de infância se compunha, a concepção lockiana (ou protestante, em que a criança era um livro em branco, que ia ser adicionada à educação) e a rousseauriana (ou romântica,

em que a criança possuía inatas características que eram subtraídas pela educação), dois grandes autores representam uma síntese de todo o percurso sobre a infância, desde o século dezesseis até hoje, e elevam a condição de criança e instauram o estilo de discurso vigente nos debates sobre a infância: Sigmund Freud e John Dewey.

Freud se aproxima mais das idéias rousseaurianas, como já demos alguns sinais anteriormente, no sentido em que a criança tem sexualidade, paixões instintuais, está imersa na cultura e, por isso, precisa cumprir acordos, fazer laços sociais, perdendo em natureza e ganhando em simbólico. Mas Freud concilia Locke, ao reunir os valores familiares à influência na estruturação da criança, assim como a civilização só é possível mediante a repressão e a sublimação. Enquanto Dewey sustentou que:

> as necessidades psíquicas da criança devem ser atendidas em função do que a criança é, não do que a criança será. (...) Dewey acreditava que somente deste modo a criança se tornará um participante construtivo na vida social da comunidade (POSTMAN, 1999, p.77)

E todas as pesquisas psicológicas, filosóficas, educacionais e sociais feitas sobre a infância desde então, passando por Melaine Klein, Anna Freud, Jean Piaget, Rudolf Steiner, Harry Stack Sullivan, Karen Horney, Jerome Bruner, Françoise Dolto, Lawrence Kohlberg, Lev Vygostsky, dentre vários outros pensadores, perpassam por aqueles paradigmas sobre a infância e a idade adulta. As mudanças feitas nos estatutos, leis e nos códigos jurídicos entre os anos de 1850 a 1950 refletem bem esta empatia da sociedade pós-moderna para com a criança, em que foram consideradas as diferenças entre elas e os adultos e lhes foram concedidas preferência, prioridade e proteção. A escrita e sua circulação por jornais, revistas, almanaques, álbuns, cartas são características deste período.

Com o surgimento do telégrafo, inventado por Samuel Finley Morse, principal responsável pelo envio da "primeira mensagem elétrica pública já transmitida neste planeta" (POSTMAN, 1999, p.82), passa-se da informação pessoal e regional para a impessoal e global. Foi o primeiro meio de comunicação a permitir que a velocidade da mensagem ultrapassasse a velocidade do corpo humano e isso levou-nos ao mundo de simultaneidade e instantaneidade que fez com que desaparecesse o responsável pelo dizer, pois não se controla mais a informação: "Quando o país instalou sua rede de fios para a passagem da velocidade elétrica, a informação tornou-se inevitavelmente mais importante que sua fonte" (POSTMAN, 1999, p.85).

Criou-se, assim, um novo mercado e um novo público, que produz e consome notícias fragmentadas, muitas vezes irrelevantes, transmitida em massa, em larga escala. Foi a entrada

na denominada era do conhecimento, com sua nova definição de inteligência, valorizando o quanto se sabe sobre tudo, e não mais a aplicabilidade do saber, não mais a qualidade ou o aprofundamento no pensamento sequencial. Surgem os testes de QI para avaliar, metrificar e qualificar o grau de competência desta nova inteligência. Tudo isso repercutiu na infância, já que a informação não pode mais permanecer sob o controle e seleção das escolas ou das famílias e já que as imagens produzidas causaram efeitos de representações concretas da experiência, mudando a forma da informação, que passou a ser não discursiva, apresentacional, emotiva.

> Palavras e imagens são diferentes universos de discurso, pois uma palavra é sempre e antes de tudo uma idéia, uma invenção, por assim dizer, da imaginação. Não existe na natureza uma coisa como "gato" ou "trabalho" ou "vinho". Tais palavras são conceitos acerca das regularidades que observamos na natureza. Imagens não mostram conceitos; mostram coisas. (POSTMAN, 1999, p.87)

Com a televisão, a imagem disponível para todos, independente da idade, dá-se o movimento de indiferenciação entre a infância e o adulto, já que ela requer apenas percepção e não depende mais de uma concepção de mundo nem de habilidades, capacidades. Vê-se televisão, apenas. É assim que a TV pode desconstruir o que chamamos de infância, que é um lugar simbólico ocupando posição no social, retomando os traçados medievais na publicação (no sentido de tornar público e explícito) dos "segredos", que passaram a ser profanos (profanados) e populares (popularizados) e borrando as linhas tênues que diferenciam adultos de crianças, apagando a infância mas ascendendo o infantil. A televisão oferta pasto aos olhos sedentos por uma pastagem, de forma diferente que uma obra de arte o faz, pois na primeira, olhar ganha status de existência, uma ilusão construída por uma narrativa imagética, enquanto que na segunda, olhar é experimentar o que não vemos, ou, nas palavras de Tesler (apud BARTUCCI, 2002) "ver é sentir que algo nos escapa". A televisão torna acessível a informação, mas atentemos para um dado que fura sua proposta: na informação já há formação, portanto, na ilusão de passar a verdade direta, transparente, clara e óbvia, as redes de TV ocultam que fazem circular materiais previamente selecionados, já editados, que intermedeiam as ideologias e são interpeladas pela Ideologia com I maiúsculo, mas sem um compromisso – até mesmo pela impossibilidade de haver alguma espécie de controle - com seus possíveis efeitos para cada telespecta/dor:

> (...) primeiro porque não requer treinamento para apreender sua forma; segundo porque não faz exigências complexas nem à mente nem ao comportamento; e terceiro porque não segrega seu público. (...) O novo

> ambiente midiático que está surgindo fornece a todos, simultaneamente, a mesma informação. Dadas as condições que acabo de descrever, a mídia eletrônica acha impossível reter quaisquer segredos. Sem segredos, evidentemente, não pode haver uma coisa como a infância (POSTMAN, 1999, p.94)

Fica difícil deixar de lembrar sobre os cruéis efeitos da censura no período militar que o Brasil viveu na década de sessenta, os anos de chumbo, porém, em seu outro extremo, a falta exacerbada da censura parece deixar um vácuo do que se poderia/deveria ou não poderia/deveria permitir às crianças e jovens assistirem. Incluímos aqui, vários efeitos de contradição e confusão de valores que poderiam ou não circular abertamente na sociedade, como por exemplo, a propagação em out-doores e em redes de TV (sem mensurar a internet), de material pornográfico divulgando casas de prostituição, por exemplo, e a proibição de propagandas de chupetas e mamadeiras em qualquer veículo midiático. Algo que nos salta aos olhos, para se refletir.

A amplificação deste ambiente "sem-vergonha", escancarado, aparece nos contos reformulados, em que se invertem papéis convencionados pela história, como a moderna *"Chapeuzinho Vermelho e o Lobo Guará"* (ela é um personagem que representa uma criança brasileira moderna, escolarizada, parte de uma classe sócio econômica ativa, que utiliza celular, tem malícia, tem pressa, enquanto o lobo representa um imigrante nordestino, chistoso, bondoso, ingênuo). De uma versão do conto de Chapeuzinho Vermelho da Idade média, citado anteriormente neste trabalho (no capítulo sobre a historicidade da infância, na Idade Média) às variações modernas do mesmo conto, observamos os deslocamentos de sentidos do infantil, da infância, a questão simbólica do dinheiro, que outrora fora moeda de troca do universo adulto, e que hoje, e na história de Chapeuzinho moderna inclusive, é subvertida como que autorizada para o acesso das crianças também, exemplificado no pagamento de Falcões, Olheiros, Vapores, Fogueteiros, etc. As trocas atravessaram sítios de significações, e atravessaram não só os suportes materiais, como o dinheiro, como também perpassaram as idéias, os suportes subjetivos. O dinheiro, o sexo, as drogas, as armas, as informações são mercadorias que entraram nesta nova economia em que não se poupa crianças, pelo menos muitas delas não, aquelas que estão cotidianamente expostas à estas negociações com adultos, em posição de troca que, em última instância, denuncia o que eles têm a oferecer: seus corpos para serem usados como objeto de gozo de um adulto, suas vidas des-desejantes, mortificadas em vida, em vitalidade.

Percebemos aí um atravessamento tênue de limites, em que adultos fazem uso de crianças, mortificam o que seria potencialmente, fonte de vida e criatividade. Do

atravessamento dos limites como efeito da subversão da Lei – que no limite, está simbolizado pela lei de proibição do incesto – uma metáfora que não cessa de rolar metonimicamente, sempre se atualizando – Lei que funda as demais leis e é negociável em cada cultura, segundo Freud (1913) em *"Totem e Tabu"*, temos uma perda em civilidade, em humanidade. Outro autor que se debruçou nos estudos sobre os primórdios de culturas e civilizações, Lévi-Strauss (1956) faz uma leitura antropológica para teorizar sobre a organização familiar, que, possibilitaria a estruturação da sociedade: "a estrutura da família, sempre e em toda parte, torna certos tipos de ligações sexuais impossíveis, ou, pelo menos, condenáveis." (LÉVI-STRAUSS, 1956, p.323). Essas limitações podem variar de acordo com a cultura, mas dizem respeito à proibição do *incesto*, lei que perpassa o tempo e as sociedades organizadas e que funda as demais leis, e que possibilita e instaura a civilização:

> "A proibição universal do incesto especifica como regra geral, que as pessoas consideradas pais e filhos ou irmão e irmã, ainda que somente em nome, não podem ter relações sexuais e muito menos casar entre si" (LÉVI-STRAUSS, 1956, p.324)

E se os tabus, como sentidos construídos, portanto, furados, podem ser negociados e modificados ao longo da história, recai a ênfase na negociação das proibições e limites, para que o ruído causado pelo desmanche dos sentidos, dos limites, não recaia no sentido de ruído de ruir por completo: o importante é que haja um limite, e regras que balizem estes territórios de civilidade, fixando a posição dos filhos em relação aos pais (e/ou seus representantes) e vice-versa. A proibição do incesto visa estabelecer "a dependência mútua entre as famílias, compelindo-as, para que se possam perpetuar, a dar origem a novas famílias", visa a dinamização social, biológica e psíquica, na busca da diversidade, do novo. É a partir da instauração desta lei que observamos uma "passagem da natureza para a cultura, da vida animal para a vida humana" (LÉVI-STRAUSS, 1956, p. 326), ou, em outras palavras mas ainda o mesmo autor: "A proibição do incesto exprime a passagem do fato natural da consanguinidade ao fato cultural da aliança." (LÉVI-STRAUSS, 1956, p.70), pois:

> "(...) o requisito absoluto para a criação de uma família é a existência prévia de duas outras famílias, uma apta a proporcionar um homem e outra uma mulher, os quais, mediante o casamento, iniciarão uma terceira e assim indefinidamente. Dito em outras palavras: o que realmente diferencia o homem dos animais irracionais é o fato de que, na humanidade, uma família não poderia existir se não houvesse sociedade, isto é, uma pluralidade de famílias prontas a reconhecer que existem outros laços que não os consanguíneos, e que o processo natural de filiação somente pode ocorrer através do processo social da afinidade" (Lévi-Strauss, 1956, p.325)

Compartilhamos desta aposta dos valores familiares agregados aos sociais, expressos em muitas novas formas de constituições familiares, impensáveis juridicamente até poucas décadas atrás. O valor social e o familiar estão intimamente ligados, portanto, uma sociedade cega para seus integrantes está fadada a vagar cega como Édipo em sua peregrinação autopunitiva: se não for para qualquer um, esteja certo, não será para nenhum. É uma sociedade que ignora seus rebentos, e é por eles devorada, perpetuando um ciclo de violência para ambas as partes. Os meninos do tráfico portam este lugar mal-assombrado que a sociedade teme, e ignora, eles encarnam, em certo sentido, o papel de ruído que desarmoniza a orquestração social. Quando este tipo de ruído que citamos ganha proporções audíveis, visíveis, palatáveis, olfativas e táteis, é sinal de que toda uma cultura está sendo corroída, não poupando lugares e papéis sociais. Aparece na hipnose coletiva, no caos social que é mostrado (e de/monstrado) todos os dias na TV, na Internet, nas rádios, em que crianças matam colegas na escola ou guerrilham com armas militares em guerras civis, em fenômenos como o bullying, o ciber-bullying, em casos chocantes como o de um adolescente que estuprou sua mãe, o de um pai que matou os próprios filhos e se suicidou em seguida, a pederastia na Igreja, a pedofilia em todo lugar, a insegurança e/ou ignorância quanto aos limites.

Não especificaremos estes exemplos por sua repetição cotidiana na mídia, e que em uma breve consulta na internet traz a tona diversos destes exemplos, mas entraremos, nas análises do corpus desta pesquisa, nos diversos exemplos implicados às crianças e jovens que vivem e convivem como narcotráfico, um lugar de atravessamentos de sentidos e de ruição dos limites. Esta opacificação dos limites retorna ainda na escolha de trocar relações humanas por animais, por bonecas e/ou imagens de computador, retorna no fetichismo com robôs (a modalidade erótica – ciber-erotismo, que vem crescendo a cada dia) que alguns adultos fazem em seu dia-a-dia contemporâneo. As modalidades de ciber-socialidades dinamizam as potências de tudo o que fora sonhado um dia por alguns, e revela àqueles que nem imaginar podiam, as possibilidades de realizações que convocam com seus fantasmas, os novos questionamentos éticos que bordeiem – ou tentem ao menos bordear- o gozo desenfreado. Retornam os borrões também, sob o efeito de algo estranho, por exemplo, na contrapartida do uso que narcotraficantes (e a sociedade omissa) fazem de crianças enquanto bonecos (e mortificam o sujeito que ali habita) à prática de adultos viciados em "reborn babies" que colecionam bonecas, brincam com eles como se fossem seus filhos, carregam brinquedos que imitam com perfeição os recém-nascidos, fazendo toda a rotina que um bebê demanda, investindo/travestindo de vida objetos inanimados.

Esse modo de tornar criança uma boneca, de fingir ser de verdade um bebê de mentira, de nomear objetos de plástico com a designação de filho indicia o modo tormentoso como

hoje se dá a conhecer e inscrever a relação com o infantil na pós-modernidade. Parece que a portatibilidade dos livros deslizou para a portabilidade da mídia eletrônica que fornece a ilusão de que tudo está on-line, todas as informações, todo o conhecimento, todos os saberes, em que o leitor-navegante tem toda a liberdade para fazer sua navegação, preencher as lacunas de memória que lhe faltem com as informações dispostas via mídia, principalmente a eletrônica. Mas com tanta informação disponível, observamos que o questionamento, a reflexão, o aprofundamento nos temas de interesse se tornam práticas cada vez mais impossibilitadas, e a memória, fica delegada não mais ao sujeito com sua experimentação e elaboração de vida, mas às máquinas, como arquivos que garantiriam as conexões que nos livramos de fazer, ocupando um lugar de leitores silenciosos, e cada vez mais parafrásticos. Os efeitos destas cascatas de conteúdo que incessantemente a mídia eletrônica lança em seus portais (TV, internet, promoters em eventos sociais) seus slogans publicitários visando a pseudo-liberdade-já, parece afetar o sujeito da modernidade em poder se haver com a vida/morte conforme seus modos de gozo. *"Viver sem fronteiras", "vem ser feliz", "escolha com liberdade"*, enfim, a fetichização da liberdade parece não ter mais fim e as formas destas liberdades aparecem na eternização do brincar. Brinca-se com bonecas, vídeo-games, de casinha, etc, pois estes servem, são servis por sua estrutural condição de não-seres – os objetos, pois neles não há linguagem senão a que o porta-voz (a reborneira, o jogador de games, o consumidor de forma geral) o investe: "As flores de plástico não morrem" (Titãs), o que porta seu implícito: as flores de plástico não vivem.

Durante a pesquisa, deparamo-nos com uma reportagem de revista de ampla circulação, voltada ao público adulto feminino, Marie Claire, sobre esta nova onda, a de brincar com bonecos que parecem recém-nascidos, nomeada com a marca linguística "Mania" pela revista em dezembro de 2008. Em seguida, lemos relatos de pessoas que presenciaram cenas envolvendo mães e seus reborn babies em São Paulo capital, e estes eventos nos causaram uma série de questões e nos levaram a pesquisar brevemente este fenômeno internacional, na web em um site oficial sobre o tema (REBORN BABIES, [2009?]). Os reborns babies são bonecos feitos à semelhança de recém-nascidos, e acompanham um kit básico de um bebê para a mãe poder brincar, que inclui maleta, chupeta, mamadeira, vestimentas, acessórios, fraldas, mantas, e até mesmo uma certidão de nascimento. Eles têm nomes e preço, além de um certificado de garantia. Alguns podem custar até R$5000,00, mas encontramos o bebê Gabriela sendo rifado por R$8,50. Podem ser feitos sob encomenda com todos os atributos que o cliente escolher, quanto ao sexo, cor dos cabelos, olhos, expressão, e podem ser feitos a partir de fotos, que são as réplicas de bebês, como veremos abaixo.

Figura 8- Foto de criança e sua réplica em Reborn. Disponível em: <http://www.rebornbabies.com.br/>. Acesso em 13 abr. 2009.

O que levaria um adulto a encomendar uma réplica de seus filhos quando eram bebês? Quais sentidos são postos em circulação com estas novas demandas de brincar do adulto? Em que lugar está posicionado um sujeito que demanda um boneco para se ocupar e se doar no dia-a-dia? Que lugar é este ocupado por um boneco para um adulto? O que levaria um adulto a dedicar-se a bonecos com tantas crianças de verdade precisando de cuidados reais? De fato, estes bonecos não reclamam, não choram, não resmungam, mas também não sorriem, não cheiram, não tem um coração que bate, não vivem, não são humanos. (REBORN BABIES,[2009?])

Reborn baby. Disponível em: <http://www.rebornbabies.com.br/> Acesso em 13 abr. 2009

Acima, a reborn Hanna Ellya. E abaixo, um trecho da reportagem da revista citada:

> Ela adora ninar, dar colo, brincar, trocar as roupinhas. Não, ela não é exatamente uma mãe dedicada, nem uma enfermeira zelosa. É apenas uma mulher fanática por reborn babies -ou renascidos-, uma onda que começou nos Estados Unidos, atingiu a Europa e Austrália e já chegou ao Brasil.

Foto de Mila Petrilo. Disponível em: <http://revistamarieclaire.globo.com/Marieclaire/0,6993,EML1692486-1740,00.html>. Acesso em: 13/04/09.

Diante de um adulto com um bebê, de plástico, assim somos levadas a indagar: que efeito tem portar este brinquedo atribuindo-lhe valor de vida? Qual relação entre o mundo dos reborn babies- ou seja, de suas mães- e a linguagem? Quais caminhos se entrecruzam no trilhamento da história, da língua e da sociedade com a emergência destas novas formas do brincar para adultos? Quais consequências – na dimensão dos efeitos - advém desta prática? Que está marcado na formulação "Levo meus bebês para brincarem com os amiguinhos"? Ou então nesta seguinte formulação: "Dois homens me viram colocar um bebê no porta-malas do carro e ficaram me encarando. Devem ter pensado horrores de mim. Fui embora dando risada" (CIRENZA, 2008, p.110). Algumas "reborneiras" (colecionadoras de reborns) dizem que eles, são mais que bonecos, "*são uma terapia*", mas que terapia é esta em que há o apagamento da alteridade?

Pelo viés psicanalítico (FREUD, [1901] 1989), sabemos que a sexualidade humana não tem por objetivo natural o propósito de reprodução, mas uma satisfação que é alcançada parcialmente no exercício particular de cada um, muitas vezes atrelando o prazer ao sofrimento; é possível também que nessa busca por satisfação sexual, pode-se utilizar não só dos genitais como de outras partes do corpo, da imaginação, de objetos e até de animais. Inferimos ainda que tal satisfação pode se dar de forma homo ou heterossexual. A percepção dos objetos é conformada à imagem corporal, e neste exemplo dos reborns, de forma

narcísica, tamponando o desejo, que é da ordem do vivo. Conversas imaginárias e construções de fantasias estão longe de substituir análises e terapias, assim como reborn babies de substituir uma criança, mas podem servir como expressões da sexualidade humana, que tem por característica ser polimorfa. Aliás, o vivo (a criança, uma análise, uma terapia, etc) e o morto (os objetos, o inanimado) são bem diferentes, apesar dos meios (ou mídias) darem as impressões de que eles sirvam como meio de se alcançarem o fim desejado: realização de desejos, um modo de reviver o passado, exercer maternidade, fazer terapia, confundir o outro, fazer amizades, trocar presentes, sentir plenitude e felicidade. O diferencial maior é que, com os objetos, pode-se olhar para o passado, atualiza-lo, mascará-lo, in(vestir) de vida algo que não a tem por si, já o vivo, investido ou não, ele vibra, trata-se de reconhecer o vivo, que possibilita não só repassar o passado, resignificar o mesmo, mas é vislumbrar um futuro, possibilitar o inesperado, o novo.

Em outro trecho da matéria, outra reborneira fala sobre os cuidados que se deve ter ao sair com o babie: "Em julho do ano passado, deu até nos jornais que policiais australianos quebraram a janela de um carro para salvar um bebê que parecia desmaiado no banco de trás. Só que era um reborn da artista Vynette Cernik" (CIRENZA, 2008, p.114). Como se faz possível uma prática destas? Para alguns profissionais que estudam o recente fenômeno, pode ser algo com efeitos benéficos ou maléficos, dependendo do uso que a reborneira faz de seu bebê, já que brincar estimula a produção de fantasias, enquanto para outros, esta prática está associada às inversões modernas em que tudo-pode-se-fazer-de-conta: crianças se disfarçam de adolescentes e adultos fazem de conta que são crianças e adolescentes, enfim, uma regressão.

É no pinçamento de alguns indícios da modernidade como este que relatamos acima que podemos observar a ideologia naturalizando sentidos, práticas sociais sendo construídas ou dissolvidas, sujeitos causados já enquanto efeitos de sentidos, e observar a migração do sujeito em suas filiações untadas por significantes que deslizam. O que dizer neste mundo global em que tanto já foi feito, dito e escrito sobre a criança e sua infância? Cabe a nós, advertidos de tantos sintomas da atualidade, não perdermos a capacidade de estranhar toda obviedade que nos é ofertada, resgatarmos o fio da história no afã de evitar repetir os sentidos do passado como verdades incontestáveis, refletir sobre a crise civilizatória que avassala nossa sociedade. Estamos imersas em um questionamento ético que é uma posição subjetiva segundo Lacan (1995), diferente da moral – usos e costumes, que nos causa e nos coloca em causa enquanto sujeitos, enquanto agentes cúmplices de um silêncio mascarado de falação (retratada na proliferação midiática sensacionalista, por exemplo) que favorece uma saída da

posição de impotência para definir melhor estas linhas borradas na atualidade que coloca o adulto na primazia infantil e devasta a criança em sua condição de sujeito desejante.

Estranhar o lugar que as crianças que com/vivem com/do narcotráfico ocupam nestas condições de produção modernas é denunciar que algo nos reclama interpretação, que os sentidos de criança são símbolos em movência histórica, e que atrelados à elas neste exercício cotidiano, em seus lugares de objetos de uso dos adultos de que se servem ("a firma" e seus componentes), está uma parceria intrincada e perversa entre Estado, sociedade omissa e/ou consumista e comunidades organizadas com fins lucrativos e/ou de sobrevivência. Estranhar é nossa atividade para possibilitar a des e reconstrução de sentidos que ressoem efeitos outros e que balizem o estável e tenso tripé produção-distribuição-mercado, composto no cenário do tráfico de drogas por personagens nomeados por donos-traficantes-usuários da droga, e que balizem também o infantil, trazido ao debate, como um traço perverso que clama por gozar na falta estrutural que o Estado faz ao não dar conta, falhar, se ausentar, e principalmente, repetir a cultura corrupta que permeia as relações políticas. Almejamos deslizar a afirmativa de que o "a infância está desaparecendo" em direção do "o infantil está se generalizando".

A partir daí, quem sabe, no um a um, criarmos novas formas de lidar com a infância, com nosso infantil, com a presença de ambos – infância e infantil- na sociedade, gerando/girando efeitos com as dúvidas: é/será possível o "ser criança", com sua conjuntura de sentidos e não-sentidos, com as implicações éticas que desta resposta resultam e dependem, em nossa sociedade no presente e/ou num futuro próximo? O futuro do pretérito, tão acentuado nos discursos jurídicos em relação à criança, não adiariam ou relegariam ao futuro de uma ilusão de um dia elas terem seus lugares de crianças garantidos? Em que medida os traços culturais europeus, que herdamos, retornam em alguns traços medievais no posicionamento para com a criança? Como levar a reflexão deste posicionamento adulto-criança para as esferas sociais, no seu mais amplo sentido, possibilitando não só o fazer saber sobre estes lugares, através da reflexão e elaborações pessoais, mas o saber fazer com isso que se sabe?

Enquanto houver sujeito do inconsciente e do discurso, há de haver surpresa, o discurso outro, o movimento dos sentidos e das posições-sujeito em curso. "Esta posição da criança pequena, considerada como um resto inútil, remete-nos à palavra latina 'merda' (merda), que deu origem à palavra francesa 'merdeux', que significa 'criança pequena'" (LEVIN, 1997, p.227); e o único jeito de transformar a "merdeux", é conjecturar pela pa/lavra, lavrar este lugar em que a criança corre sempre o risco de ocupar em sua família e,

em extensão, na sociedade em que vive e que pouco ou nada reflete sobre ela e sobre si mesma em seus respectivos lugares.

A recuperação dos sentidos já falados sobre criança e sobre a infância nos interessa nesta retomada de elaboração, pois, pelo acesso ao interdiscurso, sabemos que as palavras carregam as marcas dos contextos nos quais foram mobilizadas e usadas, que elas tem memória e que, ainda assim, os sentidos podem escapar e se tornar outros. Os efeitos anotados no uso da criança em situações de guerra dialogam com o modo como hoje meninos e meninas estão no front de distribuição de drogas e nos locais estratégicos de guarda da boca de fumo. Observamos que há uma superfície de dizer sobre vida (e morte) de crianças que permanentemente retorna, ou no movimento repetitório da paráfrase ou no deslocamento assegurado pela polissemia. É isso que veremos nos dados que se seguem.

5 ANÁLISE DISCURSIVA DOS DADOS: QUE VOZ DE CRIANÇA FALA NO TRÁFICO?

"Seja bala, relógio,
ou a lâmina colérica,
é contudo uma ausência
o que esse homem leva"
(João Cabral de Melo Neto, Uma faca só lâmina ou Serventia das idéias fixas)

Mãe Negra entre casas (1930), Aquarela de Lasar Segall

"Vapor barato/ Um mero serviçal/ o narcotráfico/ Foi encontrado na ruína/ De uma escola em construção.../ Aqui tudo parece/ Que era ainda construção/ E já é ruína/ Tudo é menino, menina/ No olho da rua/ O asfalto, a ponte, o viaduto/ Ganindo prá lua/ Nada continua..."
(Caetano Veloso)

Viemos até aqui amarrando os fios de uma tessitura que constitui a malha desta pesquisa, a saber, os fios que atam a historicidade do tema e da teoria que embasará nossas análises. Destacamos o friso de alguns conceitos fundamentais da teoria discursiva como o sujeito, que se faz lugar de significação historicamente constituído, errante e dividido, dicotômico; a ideologia, processo de naturalização de sentidos que interpela os indivíduos em sujeitos permanente e também como processo político negociador e legitimador de sentidos; o interdiscurso que inscreve a ordem dos já-ditos e do dizível; o intradiscurso ou o dizer tomado a partir da matriz do interdiscurso e que se inscreve em formações discursivas que, por sua vez, fazem parte de formações sociais que, por fim, determinam o conjunto de formações ideológicas-imaginárias.

A importância dos laços destes fios, que promovem um cruzamento com a história da/sobre a criança e a infância, marca a repetição do sentido dominante dado pela tradição e/ou o irrompimento de sentidos novos sobre ela. Esse processo resulta em algumas possibilidades de leituras e manejos em recortes nos discursos, atividades simbólicas que, com efeito de furo, permite incluir as particularidades para lidarmos com eles (no trato com os filhos e netos do narcotráfico) como representações, ora faladas, ora sendo faladas. Tais representações fazem falar/calar sentidos e não-sentidos de criança da atualidade e de criança nascida nestas condições de produção bem específicas, no afã de produzir uma e/labor/ação, dentre outras possíveis.

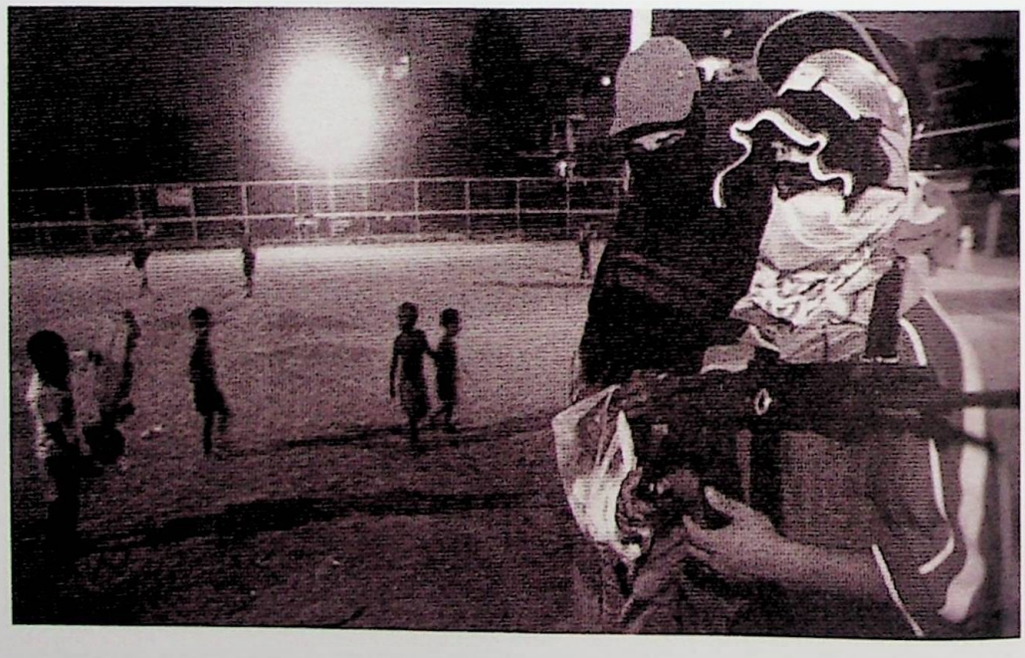
A complexidade da abordagem teórica discursiva nos fornece modos de opacificar os fatos que ganham estatuto de dados, já que resultam sempre de gestos de interpretação, o que inclui os furos, equívocos, contradições, o paradoxo, a parcialidade, a não possibilidade de tudo-dizer, de toda verdade dizer, mas a certeza (sempre provisória) de dizer uma verdade, e assim, os dados passam a poder ser trabalhados, explicitados, especulados, fazendo jogar elementos estancados em várias facetas da lei, que baliza a civilização brasileira. Um convite ao trabalho, à reflexão sobre o tema desta pesquisa, sob um outro ângulo, é um comentário da pesquisadora Carone, citada no prefácio de Vidas Arriscadas, de Feffermann (2006, p.09) nos seguintes termos:

> Se a imprensa tem servido para colocá-los como matéria na pauta diária, a Universidade nem mesmo tem feito isso. A sua absoluta falta de cidadania é comprovada pela ausência de menção a eles nas teses universitárias

Trata-se mesmo de uma questão de cidadania e comprometimento político para com estas crianças in/visíveis que crescem em meio a novos valores que atualizam cenas protagonizadas pelos germanos do norte, da era medieval e, portanto, cenas de barbárie. Apostamos no sujeito, tanto do ponto de vista psicanalítico quanto da análise do discurso, portanto, o sujeito que emerge furando a história que, mesmo quando não está dado à luz, soluça: "Toda vez que falta luz, toda vez que algo nos falta, o invisível nos salta aos olhos" (Piano Bar - Humberto Gessinger). A vitimização destas crianças pode/deve ser rompida e reescrita de uma nova forma se eles forem nomeados como sujeitos da ação, serem escutados como sujeitos desejantes, pesquisados na esfera acadêmica, acessados por trabalhadores dispostos a lhe oferecerem seus serviços, e lidos nas pautas dos governantes responsáveis por todas e cada uma das esferas sociais. O caminho é longo, cheio de empecilho, mas é abrindo para isso que eles poderão advir para além da estrutura social que os oprime e oferta um destino aparentemente imutável. Se escrever é o que nos resta no momento, e que não é pouca coisa como alguns podem pensar, vamos aos dados analisados a seguir a partir dos pressupostos teóricos da teoria discursiva francesa de Michel Pêcheux e da psicanálise de releitura lacaniana, divididos em entradas discursivas, pois concordamos com o dizer de que "(...) nada é uma palavra esperando tradução" (Piano bar - Humberto Gessinger)

5.1 Um pouco das condições de produção do narcotráfico no país

"Acostuma-se à lama que te espera! O Homem, que, nesta terra miserável, Mora, entre feras, sente inevitável Necessidade de também ser fera"
(Augusto dos Anjos, Versos Íntimos apud Moriconi, 2001, p.61)



Nesse momento, interessa-nos apresentar as condições de produção que sustentam o discurso das crianças inseridas no narcotráfico, marcando o que, para a teoria discursiva, é fundamental, a exterioridade. Ao falar em condições de produção, Pêcheux (1990) retoma a exterioridade como constitutiva, ela é parte do texto, da historicidade inscrita nele, é um tipo de memória do dizer que sustenta no já-lá as novas possibilidades de retomadas, e é o ponto de partida para que o analista trabalhe criticamente rumo aos modos de sua relação (do discurso) com a exterioridade, retomando a determinação histórica dos processos de significação, já que ele (analista do discurso) considera que "há uma relação necessária da linguagem com o contexto de sua produção" (ORLANDI, 1987, p.12-13). E isso, que antes era algo externo à linguagem pelo prisma da linguística tradicional, na Análise do Discurso passa a ser considerado como constitutivo do discurso.

Portanto, a exterioridade se refere tanto ao que fala antes, em outros lugares, em outros tempos, quanto aos dados situacionais ou, em outras palavras, o momento em que o sujeito enuncia em um determinado contexto, em suas condições de produção, conceito trabalhado no capítulo das ideologias. O contexto sócio-histórico é o cenário político em que as disputas de sentidos são instaladas (discurso polêmico) e/ou caladas/impostas (discurso autoritário), em que os conflitos constitutivos das relações sociais ora esculpem e ora pincelam em camadas os discursos, na paráfrase ou na polissemia, em toda gama material discursiva em que o sujeito se posiciona e confronta o sistema e seus representantes. Esta disputa em jogo está localizada em regiões de poder, domínios de poder, materializados nas divisões dos morros pelo tráfico, pelas facções, e pelo que tivemos acesso das representações destes movimentos sociais no narcotráfico, pelo que Althusser (1980 [1970]) nomeou de Aparelhos Ideológicos do Estado, também dissertados, anteriormente, no capítulo sobre as ideologias deste trabalho, e que Pêcheux (1988 [1975]) retomou para falar sobre a luta de classes e legitimação de sentidos.

A tensa disputa pela tomada de palavra fornece a ilusão tanto do sujeito ser, quanto do sujeito ter, a saber: o saber. O ser e o ter são transmissíveis através da identificação ao nome, item trabalhado por Pêcheux (1988 [1975], p. 101) em Semântica e Discurso, e que constitui uma evidência primordial "(...) é evidente que somente 'eu' poderia dizer 'eu' ao falar de mim mesmo"; porém, relembrando, o sujeito é um efeito ideológico, uma posição no discurso (que muda de lugar, é errante, desliza, é dividido), um portador de um saber que ele não con/tém (que é parcial, local, datado, fragmentado, circula), e/ou ainda, ele não é nada, pois é furo, é non-sense, é um impossível sujeito (BAIRRÃO, 2003) e só ganha corpo se re/presentado por um significante a outro significante (LACAN, 1998 [1964]). Ainda em Pêcheux (1988 [1975]), p.102) encontramos: "Concluiremos esta primeira aproximação do problema do pré-

construído destacando, como uma sua característica essencial, a separação fundamental entre o pensamento e o objeto do pensamento". E se a situação do contexto não está definida a priori, temos que, para a AD, os sentidos também não são estanques, são re-construídos e podem sempre ser outros, pois "(...) as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a estas posições, isto é, em referência às formações ideológicas (...) nas quais estas posições se inscrevem" (PÊCHEUX, 1988 [1975]), p.160). Dessa forma, seriam as formações discursivas dentro de determinadas formações ideológicas determinadas pelas lutas de classes, que determinam o que pode/deve ser dito em determinada produção discursiva em um momento específico.

Para tanto, utilizaremos neste capítulo um corpus composto de recortes do documentário "*Falcão – Meninos do Tráfico*" (ATHAYDE; BILL, 2006a), do livro fruto do documentário - com o mesmo título (ATHAYDE; BILL, 2006b), e de recortes das pesquisas de Dowdney (2003) e Feffermann (2006). Cada material nos proporcionou o acesso a alguns discursos dos envolvidos no contexto do narcotráfico e as gerações frutos deste meio de vida, assim, o documentário Falcão (ATHAYDE; BILL, 2006a), a partir de um ângulo mais unilateral, colocou em foco as vozes dos agentes da *"firma"* que trabalham nela, mas não são os grandes beneficiados pelo retorno que o tráfico proporciona. A pesquisa de Dowdney (2003) colabora tanto com a história da entrada e expansão do narcotráfico no Rio de Janeiro, com entrevistas com moradores, ex-traficantes, com crianças e jovens do tráfico quanto com entrevistas com representantes da polícia e segue rumo aos demais responsáveis pela situação, os governantes, o poder público; e Feffermann (2006) vai falar sobre sua pesquisa de campo em São Paulo capital, fazendo análises sobre o social, sobre a subjetividade destes jovens, com intervenções baseadas em Adorno, Horkheimer e Freud e dando voz a estes jovens que traficam. Com todos os cuidados em abranger da forma mais ampla possível sobre o material selecionado, sobre o contexto, os personagens envolvidos, a história sobre o tráfico no Brasil, ainda, assim, cairemos fatalmente na parcialidade, tanto pelas limitações da pesquisa, das pesquisadoras, quanto pela dificuldade de formalizar dados paralelos que não terão como fazer parte de nossa dissertação. São recortes de recortes, de material previamente selecionado; porém, isto não diminui o trabalho e o valor de analistas do discurso, que estão por base comprometidos com elementos que fluem em qualquer discurso, em qualquer lugar em que haja enunciação e se debruçam para fazer ecoar: repetições, ambiguidades, cortes, lapsos, condensação, deslocamento, metáforas e metonímias, na busca de novos sentidos e novas questões.

O imperativo das condições materiais dos filhos e netos do tráfico faz-se presente por uma soma de negativas, que denuncia a miséria material de moradores das favelas, em um contexto de falta absoluta de boas condições de moradia, até mesmo pelo processo de auto-urbanização em que foram construídas as moradias nos morros e nas periferias decorrente do êxodo rural do começo do século passado, de falta de alimentação, educação, permanência na escola, acesso aos bens culturais, tais como cinema, teatro, artes em geral, apresentações musicais para além do rap e do funk. Todos estes elementos compõem uma malha linguageira que irá abraçar o sujeito daquele lugar, capturar o sujeito em uma ficção agressiva, e subjetivar as crianças neste lugar em que não só as faltas, mas os excessos visam o corpo, pela violência, pelos abusos, com as gírias, entoam em coro uma paráfrase, com propagação de genéricos, um contexto em que crianças são usadas como bucha de canhão, corpos atirados, ignorados, usados, numa regularidade de sentidos que retroalimentam a menos valia, e onde uma simbolização fica bem limitada, comprometida, já que a fantasia é podada com os explícitos, os espaços para produção simbólica quase que inexistem, e o que pulsa escapa no corpo que padece, que é morto, consome droga e é por ela consumido. Nas palavras de Kehl ([2006], p.1):

> O que sobra a estas crianças para fantasiar se a onipotência, motor da fantasia infantil, se realiza todos os dias na forma da tirania praticada por seus irmãos mais velhos, tios e pais adolescentes destinados a morrer antes dos vinte anos? Do ponto de vista da constituição psíquica, a fantasia é o suporte do desejo. Fundamenta a experiência da interioridade, de um "si mesmo" que mede sua diferença em relação ao mundo real. Uma subjetividade sem fantasia é uma terra devastada, sujeita a servir ao gozo do Outro

O impossível de dizer diferente é consequência da naturalização, que intercambia o poder, o poder-a-menos, que implica um sujeito poder dizer a menos, inscrito numa posição sócio-histórica e ainda que em frangalhos, em um desejo. Não conseguimos bordear onde termina um e começa o outro, mas talvez possamos aferir que, se as necessidades, muitas vezes embasam a entrada no narcotráfico, é da ordem do desejo/gozo o que sustenta a permanência nele. Isso porque a mudança de lugar pode parecer impossível ao sujeito assolado por suas condições, quaisquer que sejam elas, e quaisquer que sejam os sujeitos. É do humano experimentar em algum momento da vida, ou vários, a sensação de impotência, de não haver outros caminhos, não haver outras possibilidades de dizer e de se dizer; porém, ao longo da história sempre houve aqueles sujeitos que deslizam pelos sentidos dados como legítimos pela ideologia dominante, furam o sistema imposto, desafiam os contornos que a

norma social desenha delimitando os destinos alheios, aqueles que conseguiram romper com políticas que não os representavam.

Aqui, também, consideramos, é o caso das tantas crianças e famílias que conseguem não se envolver diretamente com o narcotráfico, caso dos policiais que se negam a ser cúmplices de colegas corruptos e sádicos que aparecem atrelados às políticas e ações de combate ao tráfico, e aquelas pessoas que, apesar de terem sido violentadas por membros do tráfico, perdido entes queridos, não deram continuidade à roda de extermínio ligada pelo ódio, vingança, desconfiança, em suas vidas, por terem feito outra opção (ZALUAR, [2006]).

5.2 Grandes metrópoles, sinais e sintomas histórico-sociais: êxodo rural e auto-urbanização das periferias

"Alguma coisa/ Está fora da ordem/ Fora da nova ordem/ Mundial..."
(Caetano Veloso)

De entrada, tomaremos um fio da história do narcotráfico no Rio de Janeiro, importante pólo de funcionamento e de fundamento das atividades comerciais que

movimentam cerca de 400 bilhões de dólares anualmente em todo o mundo (FEFFERMANN, 2006, p.25) e envolve níveis altíssimos de violência armada, focando os lugares que foram surgindo e sendo ocupados, aos poucos, por crianças, de acordo com uma ampla pesquisa de campo desenvolvida por Dowdney entre 2001 e 2002. Nessa pesquisa, ele trabalhou com entrevistados entre 12 e 23 anos de idade, sendo que, "os com mais de 17 anos foram escolhidos para as entrevistas por terem começado a trabalhar no tráfico quando crianças ou menores" (DOWDNEY, 2003, p.19).

> Durante a elaboração da pesquisa, tornou-se claro para os pesquisadores que as manifestações do comércio ilegal de drogas no Rio envolvem níveis de violência armada, índices de mortalidade por tiros, uma organização local paramilitar, a territorialização geográfica, a dominação quase política das comunidades pobres e a participação de autoridades do estado – principalmente da Polícia Militar e da Polícia Civil – em níveis até agora não documentados em nenhum lugar do mundo (DOWDNEY, 2003, p.15)

Com a gravidade do problema posto em xeque com as denúncias feitas por pesquisadores como Dowdney (2003), Feffermann (2006), Athayde, Bill e Soares (2005), Kehl ([2006]), de documentadores e críticos como Athayde e Bill (2006b), Angeli (2005a; 2005b), e em trabalhos de mídias como Revista Época on-line (BRUM, 2006), Revista Fantástico (A ODISSÉIA, 2006), jornal Folha de São Paulo (ZALUAR, [2006]; KEHL, [2006]) dentre tantas outras, observamos como este tema cortante apalpa a delicada composição que se desmancha nos circuitos da ilegalidade que acabam não só por tocar na vida de algumas crianças enunciadas nestes instrumentos de voz social, mas as constituem como base para ancorarem-se como sujeitos desejantes. Os dados midiáticos analisados colocam em causa as seguintes questões: como são faladas estas crianças que fazem parte da terceira, quarta geração de traficantes de entorpecentes do Brasil? De que modo os adultos discursivizam tais meninos? Em que lugar estamos, quando discutimos a gereneralização ou o desaparecimento da infância hoje? Dentre tantas outras questões, estas indiciam este espaço de interseção que borra limites entre o ser criança e o ser adulto, onde os lugares sociais ocupados por cada um posibilita(va)m ver o que chamaremos de infantil. Os personagens são múltiplos, as crianças, sua família, a comunidade a qual pertencem, as facções, os traficantes, o Estado e seus representantes, a mídia, os pesquisadores, e, também, nós, autores e leitores desta pesquisa. Somos todos parte de um efeito de geopolítica do tráfico de entorpecentes, que confirma seus "padrões históricos de dependência e distribuição desigual da riqueza nas relações" entre as classes dominantes e as classes dominadas.

Não estamos propondo a (re)tomada de um posicionamento político partidário nem uma divisão igualitária das produções materiais e dos discursos, já que, segundo a teoria discursiva, atentamos para o postulado de que a heterogeneidade é constitutiva do sujeito, dos sentidos e da linguagem. Estamos, sim, atentando para alguns efeitos que são historicamente demonstrados nas lutas de classes e de regiões de poder, nos dogmas, nas crenças autoritárias, no apagamento do outro, na ignorância do que não convém aos poderosos, no silenciamento dos portadores de pouca ou nenhuma condição de viver com dignidade de um ser humano, demonstrados em diversos atos históricos. Não precisamos retomar os fatos e efeitos devastadores vivenciados em Auschwitz, Vietnã, as atrocidades das Grandes Guerras Mundiais, e bem recentemente, a imposição da ditadura militar por 20 anos no Brasil dos anos 60, as guerras religiosas e civis do Oriente Médio (em andamento), o genocídio na Faixa de Gaza, só para citarmos algumas delas, que afeta(ra)m as gerações que se seguiram. Precisamos (tentar) compreender como o tráfico recruta os meninos e meninas para uma prática, que diferentemente das guerras citadas acima, não é discursivizado com o efeito de massacre.

Como o tráfico de drogas não é enquadrado dentro das grandes guerras civis, até por sua constância, que faz dele um protótipo da sociedade de consumo, o trato para com ele também tendeu a uma conformidade, uma apatia social (CÁRDIA, 1998), uma naturalização pelo efeito ideológico de evidência de que toda a violência expressa por ele e embutida nele, produz ainda mais violência. É como se isso fosse algo sem tratamento, sem possibilidades de mudanças e, portanto, faz-se assim e ponto. Porém, sabemos que o tráfico não existiu sempre, muito menos com a forma que tem hoje, com suas proporções, com sua organização, corporificando-se como um fenômeno político-econômico-social "aceito" enquanto possível. Ele foi construído em uma história cheia de vírgulas, parágrafos, espaços, hiâncias, hiatos, sujeitos, objetos, substantivos, adjetivos, e ainda é reticente. Sua representabilidade naquelas três instâncias (político-econômico-social) é inegável, é um fenômeno imensurável a que só temos acesso em partes, com uma leitura crítica.

> 'Somente por meio da crítica o pensamento seria capaz de recuperar a potência especulativa que lhe é próprio, libertando-se assim, do obscurecimento causado pelo tecnicismo' (Feffermann, 2006, p.16). No sentido etimológico, 'crítica vem de uma palavra grega, krinein, que quer dizer quebrar'. A mesma palavra está na raiz de crise, por exemplo. (NESTROVSKI, 2005, p.10)

Assim, tentaremos inscrever uma crise e uma crítica em nosso discurso, desnaturalizando sentidos que confortavelmente são tidos como aceitos e mostrando algumas das mudanças ocorridas na estruturação do narcotráfico. Buscamos desconfiar da transparência e das aparências para quebrar a suposta naturalidade empregada ao *status quo* do narcotráfico brasileiro e da inserção de crianças neste meio de trabalho, e preservar a tensão (atenção) necessária ao estranhamento.

> Apesar das mudanças radicais da natureza entre os traficantes e moradores, tais como são percebidas por estes últimos, a dominação das comunidades pelas facções só tem sido possível por ser baseada, historicamente, em estruturas existentes de controle social e de proteção (DOWDNEY, 2003, p.40)

Isso ainda sem considerar as transformações sociais decorrentes dos avanços tecnológicos e do próprio capitalismo, com sua oferta de felicidade avaliada pelo consumo e pelo mercado, num processo de fetichização e glamourização que podem iludir o sujeito em sua condição de existência, uma ilusão de tamponamento e de completude, de gozo, de pseudo-ideais, todos fadados ao fracasso que, por sua vez, será o motor do comércio de drogas altamente lucrativo para alguns. O fracasso da felicidade para o sujeito capitalista é a insatisfação que o coloca em com/pulsão para o consumo, qualquer que seja o objeto desejado.

> Assim, na segunda metade do século 20, as drogas assumem uma condição estratégica, pois com as condições históricas de um mundo quase inteiramente cientificizado, o desamparo do sujeito atinge proporções insuportáveis (FEFFERMANN, 2006, p.26)

Contudo, o tráfico (s)urge em resposta ao real que coloca o sujeito diante de uma impossibilidade de um outro dizer, ou, dito de outra forma, de uma outra inscrição no dizer, que fica marcado na história daqueles que encontram a miséria em questão, uma questão de necessidades, mas (s)urge também em contraponto, em resposta gozoza a uma falta que é estrutural, mas que vai trabalhar não na via do desejo, mas na via de um gozo, de um poder gozar, como é o caso de alguns droga/dictos, que fazem falar o dizer da droga/dicção.

> Nós tem pouco estudo. Se bate, tem até uns amigo que nunca estudou. Então pra nós trabalhar é foda. Tá ligado que eles descrimina nós à vera (verdade) mesmo. Então nosso único recurso é recorrer a isso aí, à boca de fumo, ta ligado? Pra nós sobreviver, sustentar nossa família. (ATHAYDE; BILL, 2006a, Doc. 01, jovem traficante, 19'27")

Qualquer que seja o chamado avanço social, tecnológico e científico, o que o sujeito busca é um reconhecimento, e sua pulsão, visa a satisfação, ensina-nos a psicanálise, e os meios que ele se utilizará para este fim são os mais variáveis possíveis e estes, sim, poderão deixar rastros nas esferas sociais em que se estabelecem as relações de poder. Na recapitulação histórica feita em sua pesquisa, Dowdney (2003) revela que as mudanças estruturais ocorridas no seio do narcotráfico se deram de forma processual, constituindo os atuais efeitos de sentidos partindo de um período cronológico em que a criança era vista de outra forma pelos traficantes, pela comunidade, pela polícia. A constante falta do estado, por intermédio de seus representantes políticos foi um dos componentes fundamentais para que os "donos" assegurassem seus lugares e fossem experimentando e estabelecendo as leis dos territórios que dominam. Quem abriu para a possibilidade da inserção da criança no tráfico de drogas ilegais foram os primeiros traficantes do final de 1970 e começo da década de oitenta, dentre eles, o ex-traficante *"Meio quilo"*, que foi um famoso "dono" dos anos 80 no Rio de Janeiro, um dos primeiros a empregar crianças neste meio:

> Eu posso até tá enganado em dizer que ele foi o primeiro, mas que ele foi um dos pioneiros a usar isso como arma, a presença da criança como arma, porque eu já vi várias vezes o policial deixar de atirar porque era uma criança [...no] início, hoje em dia não tem mais isso, até porque a criança já perdeu aquela aura de que, pô, 'é só uma criança eu não vou atirar nela' , [agora é] 'vou atirar mais' porque os ossos não são tão bem definidos e o corpo é mais delgado, é mais flexível, e o metabolismo da criança é mais acelerado, então 'eu tenho que atirar pra matar, mas se eu não atirar pra matar ele vai continuar vivo e vai atirar em mim'. Agora atiram pra matar. Como eles tentaram atirar pra matar em mim por exemplo. Te falei, né, eu levei um tiro aqui, na altura dessa costela aqui. (Ex-traficante dos anos 80 apud DOWDNEY, 2003, p. 166)

Aqui podemos nos perguntar se a questão feita pelo pesquisador ao ex-traficante já não colocaria a criança como sendo usada como arma, o que não seria um problema, mas um aspecto da pesquisa de Dowdney (2003, p. 15), que faz mesmo um paralelo entre as crianças do tráfico e crianças-soldado, as primeiras ainda não reconhecidas internacionalmente em sua grave situação, por serem categorizadas como "delinquentes juvenis, criminosos ou membro de quadrilhas" e as segundas reconhecidas e, por isso, protegidas legal e internacionalmente como "crianças-soldado", tratadas como soldados, com autorização legal para agirem como soldados, dentro de período determinado, que passado, dada a natureza excepcional da situação, a vida deles voltaria ao normal. Dowdney (2003, p. 13) propõe uma nova delimitação categórica para as crianças do tráfico, que sejam reconhecidas como "crianças em violência armada organizada", que abarca não só as crianças e jovens que participaram de sua

pesquisa, mas reflete uma nova categoria que não é exclusiva das favelas do Rio de Janeiro e que constitui um corpus internacional de nossa aldeia denominada global.

Além disso, no recorte acima, há indícios desta desvalorização e revalorização da criança que foi usada como arma, como *"isso"* (*"usar isso como arma, a presença da criança como arma"*), que *"perdeu aquela aura"* de que criança era só uma criança e passou a ser vista como um *corpo mais delgado*, de *metabolismo mais acelerado,* flexível, o que resulta no cálculo: tenho que matá-la antes que ela me mate (*"o corpo é mais delgado, é mais flexível, e o metabolismo da criança é mais acelerado, então "eu tenho que atirar pra matar, mas se eu não atirar pra matar ele vai continuar vivo e vai atirar em mim". Agora atiram pra matar. Como eles tentaram atirar pra matar em mim por exemplo. Te falei, né, eu levei um tiro aqui, na altura"*).

Observamos, aqui, o retorno dos efeitos de morte de crianças já dados pela memória discursiva, quando elas eram passíveis de extermínio, de serem usadas na guerra e de tortura e mutilações. Notamos, ainda, na sequência deste dizer, um deslocamento que a criança sofre na particularização deste dizer pessoal, ela é nomeada de *"ele"*, já que eles atiraram neste ex-traficante. E os dados das pesquisas selecionadas cruzam-se nesta fala, apontando para a grande maioria de meninos que trabalham no narcotráfico, assim como o gênero de seus parentes: "quarenta por cento dos entrevistados declararam ter parentes empregados no tráfico, sempre do sexo masculino, pais, irmãos, primos, tios ..." (DOWDNEY, 2003, p.20). Em outro recorte, o sujeito discursiviza a dinâmica de valorização da criança a serviço do tráfico:

> [Meio-quilo] queria evitar a todo custo a perda de soldados e especialmente crianças, elas eram valiosíssimas para ele. Primeiro porque não ficavam presas, segundo porque as presas escapavam (nota de roda-pé 60) [...]a criança era mais rápida, a criança corria mais, mais ágil, era menor, passava entre buraco dentro da favela [...] a criança era meio macaco mesmo, era usada que nem um macaquinho[...] e uma visão mesmo utilitária da coisa, o menor de idade, mesmo carregando uma arma pesada, ele consegue correr mais rápido do que o adulto [...] por ser pequena, se meter nos buracos e fugir com a arma, e não perder o armamento (Ex-traficante dos anos 80) (DOWDNEY, 2003, p.167)

Uma mentalidade que se reflete também na Instituição Policial, sustentando suas estratégias, justificando suas ações, relacionadas diretamente ao aumento de mortes no Rio entre 1993 e 2001, e que, de acordo com um Major da Polícia Militar, que explicou o seguinte aos pesquisadores de Dowdney (2003, p.172):

> O potencial ofensivo de uma criança ou de um adolescente com uma arma de fogo é muito superior ao de um adulto armado. [...] Em razão do nível de maturidade da criança ou do adolescente, [...] a possibilidade do adulto atirar no policial é muito menor do que criança ou adolescente atirar

Na voz de um garoto que se enuncia como um menor, sua história no tráfico emerge pela transferência com seu fiel, que lhe serve de figura de proteção contra os que o "esculacharam" e que depois dele "começar a andar" com os "bandido", "afrouxaram", ele é quem lhe dá um reconhecimento e dinheiro, quem fortalece e que dá a possibilidade de um futuro no social ilegal: ele sonha em ser bandido. Os sentidos de força ("fortalece"), que ele não tem enquanto menor, enquanto aquele que não tem tamanho, deslizam para o sentido capitalista, em que o forte é aquele que tem dinheiro.

> MV: Teu fiel é bandido?
> Menino: É
> MV: Você gosta de andar com bandido?
> Menino: Gosto. Porque como? Porque muitas pessoa gostam de esculachar os menor, ta ligado? Mas quando a gente começa a andar com os bandido, começa na vida do crime, eles vão tudo afrouxar pra cima dos menor.
> MV: O que você quer ser quando crescer?
> Menino: Quero ser bandido.
> MV: Essas pessoas com quem você anda, que você diz que são bandidos, elas fazem o que de bem pra você?
> Menino: Eles dão dinheiro, fortalece (ajuda) à vera (verdade) aí.
> MV: E você faz o que em troca?
> Menino: Em troca eles pede pra fazer alguma coisa, tipo como? Comprar lanche, comprar gasolina pras moto. Eu vou lá e faço.
> MV: Quem é seu maior ídolo hoje?
> Menino: Como assim?
> MV: Quem é a pessoa adulta que você mais gosta?
> Menino: Que eu mais gosto? Do meu fiel. Do meu fiel, pô.
> (ATHAYDE; BILL, 2006a , Doc. 01, voz de criança, 20'04")

Os pesquisadores citados até aqui observaram que o processo de recrutamento é voluntário, seguido da naturalização da convivência com traficantes (que muitas vezes são seus parentes) e até mesmo pelo afeto por eles, como enunciado no recorte acima, e os pesquisadores notaram que as crianças não eram procuradas pelas facções do tráfico e observaram, também, que a infância é vista, pelos traficantes e pelas crianças que trabalham no tráfico, de uma forma bem particular: elas são avaliadas pela capacidade (o "preparo") de exercer a função, produzir, e não pelo critério de idade. Um depoimento de 2006, do documentário *Falcão* nos fornece cenas de um discurso que sustenta a categoria nomeada por Dowdney (2003), em que o jovem está inserido na "violência armada organizada" de forma crônica, naturalizada, como ele diz: "me acordaram dormindo"

> MV Bill: Já foi preso alguma vez?
> Jovem: Rodei (fui preso) hoje. Fui caguetado, fui caguetado... Os 'cana' bateu na treta (esconderijo) onde que eu tava, pô. Eu rodei com uma carga de pó, uma carga de maconha. Os 'cana' me esculacharam, quase me levaram de 'dura' (preso), me bateram pra caralho... Os 'cana' pega, os 'cana' machuca. Tava dormindo... Me acordaram dormindo. Fiquei devendo a eles quinhentos... Desenrolei (negociei) com eles pra ficar devendo pro próximo plantão dar 500 reais pra eles.
> MV: Então os canas não são tão ruins assim?
> Jovem: Quem?
> MV: Polícia.
> Jovem: Os polícia são safado, se eles vê a arma na mão, eles mata, dá tiro pra acertar. Os cana é safado... Tipo assim, se eles me vê aqui com esse fuzil, você não acha que eles vai dar tiro pra me matar?
> MV: Mas a partir do momento em que eles deixaram você ir embora, na confiança, pra você dever dinheiro, é porque eles também confiam em você'
> Jovem: Isso aí é. Eu vou dar o dinheiro a eles. (ATHAYDE; BILL, 2006a Doc. 01, jovem armado com um fuzil, 8'55")

> Celso: Já foi preso?
> Falcão: Já fui preso duas vezes. Saí há pouco tempo agora, semana retrasada, sexta-feira. Maior sofrimento ter que andar com a mão pra trás, comida péssima, parece até lavagem. A gente é visto como um animal, não como ser humano. Solitária, pô, muito sinistro, solitária, sozinho, não pode falar nada, tem que ficar no silêncio, se os caras escutar você falando uma coisinha, eles já vem pra quebrar, já vem e te tira, quebra, tapa na cara, esculacho, tapa na cara, madeirada, tudo isso (ATHAYDE; BILL, 2006b, p.79- 80)

A reciprocidade forçada entre policiais e traficantes é também estabelecida entre traficantes e comunidade, não há democracia, há o que Dowdney (2003, p.57) chama por "narcoditadura". O sistema carcerário é também um parceiro mudo, e surdo, cúmplice dos criminosos à medida que os cala impedindo-os de fazerem uma elaboração simbólica sobre seus atos, seus efeitos, suas consequências, quem são, e denuncia o agravamento do problema social calando seus presos, sustentando-os, enclausurando-os e violentando fisicamente. Ambos agem no corpo e calam as palavras. Porém, entra pra firma quem procura, busca e pede com palavras para entrar, com seriedade, com "firmeza na conversa" como disse um dos jovens em um dos recortes selecionados.

As facções aceitam as crianças e adolescentes que optam por entrar no tráfico não só por aquela noção de infância descrita em outro recorte, mas também porque muitos gerentes de boca (pontos de venda), também entraram quando criança. Em geral, são menores de idade (e não se identificam e nem aos outros como tais), consideram as crianças mais competentes para várias funções no tráfico, custam menos na remuneração do serviço, além de ficarem menos tempo presas, caso a polícia as detenha. Segue abaixo um recorte que ilustra isto:

> T- Ah, se a criança ou algum menor quiser vir... a gente não deixa entrar no tráfico. A gente não deixa. A gente não deixa. Por isso que ninguém pede pra entrar.
> E- Mas eu já conversei com vários menores que trabalham no tráfico, que deixaram que entrassem.
> T- Menor sim... de certa idade... aqueles menor. A gente fala os... já tá mais adulto, é isso que eu quero dizer, os já mais adulto...
> E- O que que é uma criança então pra você? Até que idade?
> T- Poxa, até os 14 anos.
> E- Até os 14 anos é uma criança.
> T- 14 já tá... pra cima, já sabe...
> E- Já sabe o que?
> T- É, de 13, né... pra baixo ainda é criança.
> E- Então, de 13 pra cima, é... já era, é adulto.
> T- É. Quem a gente considera os mais adultos, os que já... a gente já sente mais confiança... os que já levam... a gente já sente mais firmeza na conversa, no papo.
> E- Você achava que, quando você tinha 14 anos e você entrou no crime, você era criança?
> T- Não! Eu não me achava mais criança.
> (Gerente de preto, 23 anos) (DOWDNEY, 2003, p.131)

Os já/mais adultos, representam aqui a grande maioria que morre no narcotráfico, não chegam nunca, jamais, à fase adulta, perpetuam os sentidos caros ao capitalismo: eficientes, capazes, eficazes, produtivos, tem firmeza na conversa, no papo, porém escamoteiam-se em suas condições de crianças, sua infância, são jovens que se posicionam como se fossem falcões, olheiros, vapores, fiéis, mas se esquecem de que estão num jogo dialético, são eles também que estão na mira, que podem "evaporar", que são infiéis consigo mesmos. Realizar a onipotência de poder pelo viés do discurso totalitário do narcotráfico é apagar as fantasias que poderiam rumar o desejo a se ancorar em outros discursos possíveis, é quebrar as asas alçando o voo do falcão, é findar o corpo na droga/dicção e a carne na terra antes de completar a maioridade.

> E- O que que tu acha? Normal que crianças entrem nisso, tu acha bom?
> T- Eu não acho normal não...
> E- Quando você foi gerente, tu aceitava criança no tráfico?
> T- Não. Não gostava não. Tinha uns que era menor mas já era tudo uns velinho, já né... Já era brabo.
> E- Como assim velinho?
> T- Assim, menor de tamanho, né, mas que antigamente já matava, já cortava. Já tinha mente criminosa... era menor assim de tamanho, baixinho, mas com 15 anos, 14 anos, mas era tudo baixinho... [mas] eles tinham maldade na mente. A mente deles já era muito maldosa, já. (Gerente de boca, 16 anos) (DOWDNEY, 2003, p.131-132)

> E- E você acha bom... crianças no tráfico?
> T- Criança não.
> E- E tu acha que você é criança?
> T- Eu sô adolescente, tenho 12 anos.
> E- 12 anos é criança? O que é uma criança?"

> T- Uma criança? Ah... se você é criança, não pode entrar na vida do tráfico.
> E- Mas você falou pra mim que entrou com 11 anos de idade.
> T- É.
> E- Então você era criança.
> T- Era criança, mas agora já tenho 12 anos. (Fogueteiro, 12 anos) (DOWDNEY, 2003, p.133)

Porém, não são todas as crianças que são aceitas pelas facções, por exemplo, se ela apresenta inapta ou despreparada para o emprego, se o gerente-geral interessado

> não gostar de trabalhar com crianças muito jovens (isto é, menores de 12 anos); ou os pais podem pedir ao gerente-geral que não deixe seus filhos se envolverem com o tráfico- dependendo da situação, os traficantes podem concordar. Mas, se forem consideradas capazes de serem olheiros (a 1ª função assalariada no tráfico), a maioria das crianças que solicitam o ingresso com seriedade é aceita. (DOWDNEY, 2003, p.130)

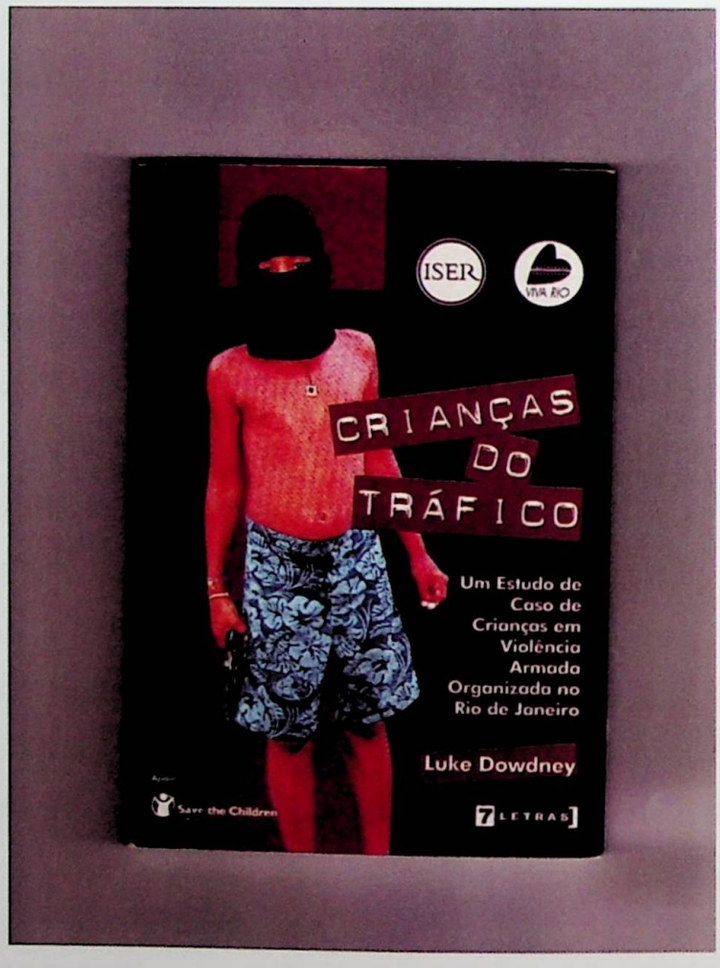
O lema das facções e seu principal objetivo é o progresso econômico e, em nome dele, são aceitas as crianças que se comprometem com seriedade a entrar na ciranda do tráfico e trabalhar duro, seguindo ordens e cumprindo pactos.

Em contraponto, há as crianças que não procuram pelo tráfico, que não buscam a solução nas facções, mas que convivem em suas realidades com o esquema dos morros. Pesquisas apontam para efeitos nefastos que os conflitos gerados no embate entre traficantes e policiais causam em outras crianças, aquelas que resistem a naturalizar a violência cotidiana: "Junto a crianças pequenas, a violência crônica tem impacto inclusive fisiológico (...) afeta seu desenvolvimento emocional. Esse estresse se evidencia na forma de uma síndrome pós-traumática que se reflete em especial sobre o desempenho escolar das crianças e dos adolescentes". (CÁRDIA, 1998, p.142). Para estas crianças, a permanência do conflito é tão perturbadora que médicos que as examinavam consideravam a situação como sendo pior que as guerras declaradas e sequenciaram sintomas diversos nestas crianças, como ansiedade, irritação, menor capacidade de concentração, pânico, tremedeiras, diarréias, fobias. Há também relatos de outros sintomas graves que bloqueiam a capacidade da criança explorar o mundo a sua volta, de construir uma auto-estima, autonomia, autoconfiança, etc (New USP apud CÁRDIA, 1998). A noção de tempo também é afetada, impedindo o desenvolvimento do planejamento a longo prazo e a vida fica por um fio a todo tempo. Essa condição é vivida por todo ser humano, sujeito à morte inesperadamente, porém, fica em um plano secundário, não vivemos com este pensamento o tempo todo, ele fica recalcado apesar de sabermos desse traço inerente à condição humana. No entanto, nesta fase de desenvolvimento, as crianças deparam-se repetidamente com a questão, produzindo uma estranha síntese: ou naturaliza-se a violência, ou surge o sintomal.

5.3 O tráfico e suas leis: (a)firma discursiviza o polissêmico

"O dono prensa a voz, a voz resulta um prato
Que gira para todos nós (...)
A voz foi infiel, trocando de traquéia
E o dono foi perdendo a voz"
(A voz do dono e o dono da voz, Chico Buarque)

É uma vida ingrata. Acho que a vida do crime, se você for parar pra pensar legal, o crime é uma profissão que você não tem fundo de garantia, décimo-terceiro, férias vencidas, você ainda bota a tua vida em risco. Porque se você trabalha numa firma, você tem fundo de garantia, né? Você pode pegar um atestado médico e faltar. Vida do crime é totalmente diferente, né? Você não tem direito a nada e tu sabe que o futuro... porque você não vê um vagabundo aposentado, de conversível, passando na linha amarela, e os home pára e 'ah, eu sou o ex-Escadinha, da boca, mas me aposentei, to à vontade, to gastando o meu dinheiro'. Não vê. É o crime. (ATHAYDE; BILL, 2006a, Doc. 01, ex-traficante falando, 06'42")



A afirmação da firma é de tal legimidade, que é frequente a associação entre crime/narcotráfico e profissão, assim como possibilita a polissemia do legal "pensar legal", como um pensamento na legalidade, e também no sentido de um pensamento bem elaborado, reflexivo, legal, como observamos no recorte acima. Também a segurança é um quesito importante, que depende do "tanto" a ser pago aos policiais, estabelecendo fronteiras e permitindo o movimento da firma, abrindo a fronteira para o que "vem de fora", fazendo a conversão da carga (a droga) em dinheiro, no mercado que se estabele na "pista", como observamos nos recortes abaixo.

> Trabalhar também sem RH, segurança, não dá, porque senão eles te zoam...Que que acontece? Nós oferece tanto a eles pra eles deixar nós trabalhar em paz, e eles ganhar o deles lá e nós ir movimentando a firma pra levantar o nosso dinheiro, irmão. (ATHAYDE; BILL, 2006a, Doc. 01, 10'28")

> Pô, isso aqui é a carga... Carga? Pô, carga é os 'pó' da boca que movimenta a firma. Movimenta a firma, faz dinheiro pra firma. (ATHAYDE; BILL, 2006a, Doc. 01, jovem, 03'51")

> MV: O que é isso?
> Jovem: Quilo de maconha... Porque eu vou fumar um baseado aqui. Eu e os amigo.
> MV: Como ela chega nesse pacote? Como é que funciona até chegar ao usuário?
> Jovem: 'Ela vem de fora. Tipo vem de fora.'
> MV: De fora, de onde?
> Jovem: É de fora do Brasil. Tipo da Colômbia.
> MV: Quem traz?
> Jovem: Tem tipo assim, umas pessoas pra trazer aí... Aí ela vem, tipo de fora, chega na favela, nós leva o quilo pra embalação, embala tudo e já bota na pista pra vender.... Como tá vendo aí, sou um cara que nem era pra estar aqui (ATHAYDE; BILL, 2006a, Doc. 01, 17'13")

Dentro do contexto do narcotráfico nas comunidades das grandes cidades, e que servem de modelo de funcionamento e organização para cidades menores também, tanto pela generalização de gírias e formas de organização (ATHAYDE; BILL; SOARES, 2005) a estrutura interna do comércio de entorpecentes, a firma, funciona por/como uma rede de "atores afiliados independentes (donos), que garantem apoio mútuo para fins defensivos ou ofensivos" (DOWDNEY, 2003, p.41), compondo uma estrutura hierárquica com finalidade de ganho financeiro e de poder, ou a/firma/ção social, sendo bem demarcados os papéis e as funções de cada um na realização deste objetivo primordial, desde a etapa de receber, endolar chegando à etapa final, que é distribuir a carga no varejo e o retorno da venda em dinheiro (ou objetos de interesse dos traficantes).

A hierarquia possibilita um certo movimento, já que a ascensão social em seu interior se faz, tanto pela necessidade das facções por causa das baixas de mão-de-obra (mortes dos traficantes mais antigos), quanto pela demonstração de qualidades e capacidades de se exercer determinada função por parte de novos interessados (DOWDNEY, 2003; FEFFERMANN, 2006). O processo de recrutamento voluntário acontece desde cedo, por volta dos oito anos de idade, de forma "natural", "já que as crianças são expostas ao tráfico desde muito cedo, na comunidade, e que aqueles que tem interesse começam "andando" com traficantes, e entram para trabalhar em tempo integral no tráfico entre os 10 e 15 anos" (DOWDNEY, 2003, p.143). Mas a naturalização do processo às vezes é questionada e suspendida enquanto único destino possível para um sujeito, como verificamos no posicionamento de um sujeito, na voz de uma viúva de um jovem traficante (que foi assassinado aos 17 anos e deixou um filho com esta jovem):

> Porque os outro diz: 'ah, corre no sangue'. Não corre no sangue, não. Entra se quiser. Eu deixo bem explicado. E quando o meu filho crescer eu vou querer falar o que o pai dele foi, como o pai dele era. E vou falar pra ele: 'se tu acha que isso é o certo e quiser seguir o que o teu pai seguiu, o caminho é esse daí, é a morte' (ATHAYDE; BILL, 2006a, Doc. 02, 22'46")

O que corre no sangue é material genético, isso que circula na pulsação social não é mais natural, orgânico, biológico, é fruto da cultura, é da ordem do humano e, portanto, da linguagem. Esta mãe coloca uma hiância entre o que "os outro diz" – heterogeneidade mostrada - e o que ela fala e vai falar, demarca um querer, um se, aposta em um momento de escolha que seu filho,como um sujeito, terá que fazer: "Não corre no sangue, não"- discurso indireto. O problema é ignorar o assujeitamento, a interpelação, as sucessivas identificações com os personagens do narcotráfico, a forma como este querer racional se confunde com a captura do sujeito naquele discurso em que seu pai se filiou e o levou à morte, um querer que está sujeito a regras inconscientes, sob a operação ideológica e pelo próprio funcionamento do inconsciente. Contudo, esta mãe abre ao questionamento, o que é de vital importância para suspender a naturalidade das coisas que os circundam e quebrar a repetição que tende a se instalar.

Contudo, as questões de ordem primária (alimentação, moradia, saneamento básico, saúde, educação, etc) falam mais alto nas condições que fazem o trilho para que a criança ou o jovem busquem o narcotráfico, pois a seriação de menos em suas rotinas, de descaso do governo, e da oferta que o narcotráfico faz, conjuntamente levam a consequências paradoxais: efeitos na ilusão de tudo poder e/ou de nada poder. Na primeira, é como se a violência não

doesse, fosse indolor, anestesiada, escamoteada, e que somado, fornece ao sujeito a ilusão de potência. Na segunda, a ferida está sempre aberta, a cicatriz constantemente sendo arrancada, o nada poder fazer emerger um "fazer em si os sintomas", que são metáforas da dor no corpo que sofre:

> Eu não sou bandido não. Eu to aqui porque eu preciso, certo? Ajudar dentro de casa , porque eu não quero ver minha coroa sofrendo. Então, pô, quer comprar um gás, o gás já é trinta e poucos real.... A gente ta nessa luta aí, se os home chega aqui nós vai ser tratado como bandido. Se bater, mete bala em nós, mata geral, nem leva de dura (ATHAYDE; BILL, 2006a, Doc. 01, 20'02")

> E se eu não tiver aqui, tá ligado? Ninguém vai correr atrás, ta ligado? Então eu não vou ter um futuro, eu não vou ter é nada, ta ligado? Essa vida é sem futuro por um lado, tá ligado? Mas pelo menos aqui eu to ganhando meu pão, mano, to sendo mais bem tratado do que estando largado, ta ligado? (ATHAYDE; BILL, 2006a, Doc. 01, 19'47")

"Não corre no sangue não", "Eu não sou bandido não", "(...) eu não vou ter um futuro, eu não vou ter é nada" constituem uma estrutura sintática que funcionam no discurso na forma denegativa, como que escamoteando aquilo que é possível mas logo negado em seu próprio discurso e de modo a pedir a repetição do não, do nada, do né. "Tá ligado" é uma gíria que está presente em grande parte dos depoimentos, o que se liga é algum objeto, a convergência do humano em coisificação, em maquinário de produção, que a qualquer momento pode ser "largado", não ter futuro. No primeiro recorte, os sentidos de bater, meter, matar faz retornar os sentidos destas vidas que não contam, não tem valor, que precisam lutar contra o sistema e seus representantes, os policiais, para sobreviver, e que esse é "um lado" da questão da vida, senão ele não vai ter um futuro, não vai ter é nada. O futuro aqui é no presente, "não vou ter é nada", também é negado, barrado, destituído do vir-a-ser. O jovem nega ser bandido, mas sabe que será tratado como tal, mesmo com sua motivação voltada ao sustento familiar, ajudar em casa, fortalecer, etc. Aliás, a marca "mas" é outro indício do funcionamento discursivo da denegação, em que a figura da mãe é muitas vezes usada como justificativa para as atividades ilícitas do narcotráfico:

> Por mês eu faço uns... Sem mentira, no tráfico eu faço uns 500. Eu trafico, mais pela minha mãe. Porque eu sei que minha mãe não gosta. Mas trafico pra sustentar minha mãe. (ATHAYDE; BILL, 2006a , Doc. 02, 09'50")

> Pô, vou fazer 18 anos, já to crescendo. Pô, minha mãe já fez tudo por mim. A gente tem que fazer por ela agora, né? Agora que ela ta passando da idade, a gente tem que fazer por ela. A gente sabe que é errado, mas a gente tem que fazer alguma coisa. Não tem um trabalho pra gente arrumar, entendeu?

> A gente tem que viver nessa condição de entrar na vida do crime. (ATHAYDE; BILL, 2006a , Doc. 02, 10'04")

> MV: Quando suas crianças crescerem um pouco mais, o que você vai fazer pra evitar que isso que você ta endolando agora chegue nas mãos deles?
> Jovem: Pô cara, isso daí é uma pergunta que eu fico até meio assim... Se um dia eles der oportunidade, eu pretendo sair dessa. Mas, por enquanto, a minha vida é essa daí mesmo. Daqui eu não saio, daqui que vem a minha sobrevivência, ta ligado, mano? (ATHAYDE; BILL, 2006a , Doc. 01, 20'24")

> Meu pai não fortalecia nada. Minha coroa passava mal comigo. Aí deu a maior revolta mesmo, entrei pra essa vida mesmo, boladão. Como? Tô aí até hoje. Fortaleço minha coroa, fortaleço minha família. (ATHAYDE; BILL, 2006a , Doc. 02, 09'34")

> MV: E você tem que idade?
> Jovem: Eu tenho 17.
> MV: E o que você ganha é o suficiente?
> Jovem: É.
> MV: Quanto é que você ganha?
> Jovem: R$350, 00
> MV: E qual a carga horária que você trabalha?
> Jovem: De meio-dia até às 06:00 (da madrugada)
> MV: Você fazia o quê?
> Jovem: Eu era crente, da Igreja Universal... Depois, quando meu pai meteu o pé (foi embora), depois que minha mãe morreu, minha tia começou a me disvi...desprezar. Eu falei, o jeito é o tráfico de drogas. Sete anos na vida do crime (ATHAYDE; BILL, 2006a , Doc. 02, 10'49")

> O crack prejudica tudo. Mas é da onde...Dele que nós ganha dinheiro, né, mano? Dele que nós ganha dinheiro. (ATHAYDE; BILL, 2006a , Doc. 01, jovem, 5'23")

As crianças começam "andando" com os traficantes, comprando lanches, levando recados, e logo passam a ser nomeadas a ocupar os lugares na organização, de: olheiro, vapor, gerente de boca, soldado, fiel (ímpar), gerente geral, dono; e todos podem crescer na hierarquia (DOWDNEY, 2003). E as marcas denegativas se repetem nas vozes dos meninos que estão no narcotráfico, nos clamando interpretação: "senão", "né", "não dorme", "não dorme a noite", "Falcão não dorme, não", como observamos abaixo:

> Ficar olhando sempre pra ver eles primeiro, nunca deixar eles me ver, senão eles vai me matar. Tenho que ver eles primeiro. Vou deixar eles chegar de pertinho dali? Não pode. (ATHAYDE; BILL, 2006a , Doc. 01, Falcão, 06'41")

> Falcão é o jovem que vigia e toma conta da favela. (ATHAYDE; BILL, 2006a , Doc. 01, voz de MV Bill, 02'54")

> Falcão pra mim significa que, que tá no tráfico noturno, né? Não dorme, parece que, parece um passarinho, que não dorme a noite. (ATHAYDE; BILL, 2006a , Doc. 01, jovem, 03'04")
>
> Falcão não dorme, não. Ele descansa. Ele descansa que ninguém é de ferro. Ele tem que descansar. Ou então quem já é viciado, já dá-lhe uma e fica na onda dele (ATHAYDE; BILL, 2006a , Doc. 01, jovem, 07'07")
>
> Vapor é, geralmente são os menores de idade que vendem a droga no varejo (ATHAYDE; BILL, 2006a , Doc.01, 03'42")
>
> Contenção também é conhecido como fogueteiro, é o jovem que avisa da chegada da polícia ou de possíveis inimigos também (ATHAYDE; BILL, 2006a , Doc. 01, MV Bill, 05'53")

Com relação ao manejo da droga, tem o matuto, que é uma figura geralmente misteriosa, que traz a droga do exterior para os morros e circula entre vários "donos", e uma vez dentro do tráfico ela circula nas mãos de outros "funcionários". Dowdney (2003) insiste na ênfase do papel destes dois elementos-cabeça do tráfico: o dono e o matuto, pois temos mais acesso às aparências, aos agentes que aparecem, principalmente na mídia televisiva, que são os olheiros, falcões, soldados, fiéis, etc, enquanto os arquitetos do plano de estruturação e funcionamento do varejo estão num plano de fundo, muitas vezes inacessíveis, ocultos, e são justamente quem mais faturam com a "firma" e os maiores responsáveis conjuntamente ao Estado (quando omisso, ausente, ineficaz) e aos consumidores (que são o mercado, a justificativa de toda a sustentação da firma, são os agentes na demanda pelo produto e que pagam por isso que demandam e desejam consumir). Enquanto prestamos atenção aos "testas-de-ferro", aos "laranjas", às "abelhas menores", operárias do sistema, crianças, jovens e policiais, estamos deixando de saber das cabeças que estão nas duas extremidades jogando com seus funcionários-soldados, autorizando e aliciando: Estado e os "donos":

> MV: Quem traz?
> Jovem: 'Tem tipo assim, umas pessoas pra trazer aí... Aí ela vem, tipo de fora, chega na favela, nós leva o quilo pra embalação, embala tudo e já bota na pista pra vender.... Como tá vendo aí, sou um cara que nem era pra estar aqui. (ATHAYDE; BILL, 2006a , Doc. 01, 17'13")
>
> Tem o cortador, tem o que desfaz a maconha, e tem o que amarra e pesa, entendeu? (ATHAYDE; BILL, 2006a , Doc. 01, jovem, 18'10")

Para além das questões de ordem de necessidade, das condições de miséria, dos menos com menos (- + - = +), a criança e o jovem encontram no tráfico um reconhecimento representado por um nome com o qual o sujeito se identifica, um lugar simbólico que supõe um reconhecimento perante o social, ganha um crédito que averigua sua importância, no

avesso do menos (-), ele ganha um "mais" (+): o nome de um cargo/função dentro da firma e um nome-apelido que o particulariza dentro daquele grupo. E é assim que aterrorizam o social, se tornam o perigo que ameaça a sociedade, que por sua vez, tentará puni-los de toda forma, consentindo às práticas de extermínio, se calando perante o caos social, ficando apática com os noticiários que denunciam tantas violências com estas crianças, inclusive fechando os olhos para as práticas policiais, que são um fragmento das práticas ideológicas governamentais (executiva, legislativa e jurídica), que busca a todo custo "jogar a pedra na Geni", como na canção de Chico Buarque. Uma vez nomeados, o cotidiano irá fazer sua parte para que estes jovens se acreditem, afirmem sua potência, acalentem idéias de controle:

> Sou usuário da cocaína e tenho de usar a cocaína pra não dormir. Mas não sou viciado, não. Se eu quiser falar assim: 'Pára', eu paro. Eu vou cheirar pra não vim algum amigo e me pegar dormindo na atividade prá ó... Eu sou bandido, eu nunca vou deixar um sujeito homem vim na minha cara, dar tapa na minha cara, botar a arma na minha cara e falar 'tu vai morrer'... Eu falo não...Eu tô na vida do crime, eu tô ligado qual é a responsa. (ATHAYDE; BILL, 2006a , Doc. 01, 07'39")
>
> Eu não vou falar pra você que eu sou bandido. Eu ando no meio. Faço favores pra eles. Mas eu não falo que eu sou bandido. Bandido só depois que a gente usa arma, porta uma arma, vende uma maconha, um pó. (ATHAYDE; BILL, 2006a , Doc. 01, 21'02")
>
> MV: Você sabe mexer em arma?
> Jovem: Sei.
> MV: Que arma é essa aí?
> Jovem: Essa daqui? AK-47.
> MV: Quem te ensinou mexer nela?
> Jovem: Meu fiel.
> MV: O que é isso?
> Jovem: O cara que eu ando. Ele fala que eu sou o fiel dele. Por causa que tudo que ele faz, né? Ele me pede pra eu fazer, ele confia em mim. Para um monte de coisa
> O que por exemplo?
> Jovem: Pô, tipo que, ele tá com o fuzil, né? Aí, quando não dá pra ele guardar, ninguém sabe onde ele guarda, só eu e ele. Aí eu vou lá e pego pra ele, às vezes eu vou lá e guardo. Então é isso. (ATHAYDE; BILL, 2006a, Doc. 01, 21'15")

Esta questão de identidade tem um grande peso para muitos dos jovens, a ponto de matarem outros jovens só pelo reconhecimento da presença da facção inimiga representada naquele um sujeito. Este fenômeno pode ser reconhecido em várias regiões do mundo, nas gangues japonesas, americanas (em grupos como os The Edge), europeus (os Neo-nazistas), etc, em que os fiéis jogam com outra conotação, a do interdiscurso religioso, no sentido mais dogmático do termo, sendo fiéis ao fiel, ao grupo a que se acham pertencentes, cegamente e

sem um posicionamento crítico diante das tarefas que lhe são conferidas, o que faz deslizar o sentido virtuoso do ser fiel para o ser escravo. A marca linguística "fiel" vem carregada de sentidos históricos que conferem todo um peso simbólico do sítio religioso, do sítio moral, e que são atualizados em outra região ao poder dizê-lo, agora, dentro do narcotráfico. É estabelecido via lei do crime (no caso do narcotráfico), que não é escrito, mas todos sabem (ou supõe-se que deveriam saber) que eles "têm" que matar "os inimigo" (de facções rivais), "os poliça", "os cana", "os alemão", "os home", ao mesmo tempo em que se estabelece também aqueles que "não se pode nem mexer", que são "os amigo", "o matuto", etc:

> (...) a lei é a lei do crime, não está escrito, mas estabelece qual família que não se mexe... (Informante 1, apud DOWDNEY, 2003, p.44)

> T- A gente tem que matá os poliça e os terceiro (Membros do Terceiro Comando). Pros terceiro morrê.
> E- E você acha errado matá uma pessoa?
> T- Se for terceiro tem que matar (Fogueteiro, 12 anos) (DOWDNEY, 2003, p.162)

> Inferno é onde nós tamo, né? Onde nós vive, nesse mundo do crime. Aqui nós vive a realidade. Onde a bala come e a lei é do cão (ATHAYDE; BILL, 2006a, Doc. 01, 23'38")

> Nós ta aqui só pra endolar. Daqui a droga tem outro destino, tá ligado? Daqui ela já vai pra mão do vapor, de outros amigo lá, que vai ver tudo, tá ligado? Até acabar o que tá na pista, né? Aí nós tem que ser acionado de novo pra fazer o que nós ta fazendo, que a nossa parte é essa. Daqui o bagulho já vai pras mãos de outros amigo. Não tem nada a ver com nós. (ATHAYDE; BILL, 2006a, Doc. 01, grupo de jovens preparando a droga pra levar pra venda, 18'21")

Além do "tá ligado", que tantas vezes aparece, e que analisamos em outro recorte, questionamos: quais sentidos para o termo "acionado"? Seria outra marca remetendo ao maquinário humano? Aciona remetendo a um chamado? O humano reduzido a objeto é tornado coisa, ligado, desligado, passível de qualquer manipulação de um outro, que lhe aciona, desaciona, lhe confere função e punsão subjetiva, pois ele é desimplicado do conjunto de ações das quais participa: "Não tem nada a ver com nós". Observamos a heterogeneidade de vozes entoando duas formações discursivas dentro de uma mesma formação social, a do narcotráfico, sendo que uma faz falar a necessidade de estar naquela posição que ocupa sem achar que tenha a ver com ela, e outra em que o jovem encarna esta posição. Há ainda aqueles que não se envolvem mas são colaboradores, aceitam "abrir as portas de casa" quando os traficantes saem em retirada nos confrontos com a polícia, e aqueles que preferem não colaborar. Estas variâncias podem gerar uma série de conflitos entre os moradores e os

traficantes e internamente à própria facção, daí a pluralidade de facções, que administram "os morros".

Assim, "em razão da natureza heterogênea das comunidades de favela, essa série de afiliações e de "relações políticas" é mais eficaz do que um órgão corporativo que tomasse decisões para todos os afiliados da facção." (DOWDNEY, 2003, p.45). E para a operacionalização do sistema em que organizam, há códigos de comportamentos para reforçar a união dos traficantes com os moradores, visando tanto proteger os obedientes (à lei do tráfico) quanto para fortalecer o poder de ordenar e controlar o território (por parte dos "*donos*"), que mantém uma disciplina dentro das relações que estão sob seu comando, julgando e dando a sentença para todos. Essa troca legitima a convivência entre comunidade e narcotráfico e mantém a exclusão da polícia nas comunidades e, por consequência, longe do tráfico. Então, todos os problemas sociais ocorridos entre os moradores devem ser reportados aos "donos", que buscarão dar solução ao problema, como no caso de abusos sexuais, desrespeito com moradores, assaltos dentro da comunidade, etc.

"As regras não são escritas, mas são aprendidas pela comunidade através da coexistência cotidiana com os traficantes" (DOWDNEY, 2003, p.67), outro elemento que conversa com a era medieval, no traço da prevalência das tradições orais, em que a palavra toma corpo e circula com consequências: "Nada de roubos na comunidade; nada de brigas (físicas) entre moradores; nada de estupros; nada de assédio sexual à crianças; não bater na mulher; não conversar com a polícia; não ser dono de uma arma sem os traficantes saberem" (DOWDNEY, 2003, p.67). Estas regras variam um pouco de comunidade para comunidade e um controle maior sobre a população local aumenta conforme aumenta a rentabilidade da região e elas servem para monitorar o comportamento (somente) dentro das comunidades.

As desobediências às regras geram as punições, que: "são geralmente aplicadas por empregados de nível inferior das facções e vão da expulsão da comunidade à raspagem da cabeça das mulheres, levar um tiro nas mãos ou nos pés, surra e morte. Do mesmo modo que as regras, a aplicação das punições depende da vontade do dono ou gerente-geral do lugar e também da gravidade da infração" (DOWDNEY, 2003, p.68). As punições demonstram os limites e as faltas de limites, de ambos os envolvidos, e servem para assegurar a não-repetição do mal comportamento. As três piores violações levam a pior das penas, à execução, a saber: estupro, assédio sexual de crianças e delatar à polícia qualquer informação.

> X-9? É tipo um cara que liga pra polícia e denuncia nós, entendeu? Tipo assim, pô, é safado. Tem que matar ele, entendeu? (ATHAYDE; BILL, 2006a, Doc. 01, 15'54")

> MV: E aí , se você descobre quem é essa pessoa, o que acontece?
> Jovem: Nós mata. Pica ele, taca fogo, faz tudo. (ATHAYDE; BILL, 2006a, Doc. 01, 16' 20")

O discurso inscrito até aqui alimenta e é nutrido pela ciranda de matar ou morrer, o que cria um efeito de futuro limitante ou mesmo impossível, ele não aparece como algo do vir-a-ser, ele é tomado em sua presentificação no agora, assim, o futuro se torna o agora, o presente. E isso parece tudo nas vozes que se seguem, já que o destino é previamente determinado ou no máximo, indicia dúvida e incerteza.

> Meu futuro? Meu futuro é três...é, igual todo mundo fala. É três caminho: é cadeira de roda, ou morte ou cadeia. (ATHAYDE; BILL, 2006a, Doc. 03, 05'13")

O gozo é representado na glamourização do tráfico, quando analisamos os dizeres daqueles que respondem dizendo do fascínio que as armas causam neles e nas meninas que eles conquistam sendo portadores destas armas, ou destes lugares que ocupam em uma facção, seu status na comunidade, dizendo sobre o prazer da adrenalina que as "batalhas provocam", no mimetismo das músicas, vestes, gestos, e clipes, que refletem os rappers americanos.

> Não há razão para crer que nenhum desses personagens está sem saída, que seu destino foi marcado inexoravelmente pela miséria de suas famílias, pela ausência dos pais, pelo desamparo de demais protetores, pelo fracasso dos serviços públicos. Mas não resta a menor dúvida de que é preciso fazer muito mais para ajudar os que ficaram presos nas malhas do crime e da violência pela violência. (ZALUAR, [2006], p.01)

Tais dizeres vão entrelaçando efeitos de poder, sexo e dinheiro, realização no agora, marcando um modo de o sujeito realizar-se como pode em meio às condições de produção e à forma como a ideologia o interpela como sujeito. Alguns recortes abaixo ilustram discursos sobre a diferença entre a necessidade, em que o sujeito se posiciona abaixo de uma barra sob o significante da miséria e no recorte seguinte, em que o sujeito se posiciona acima da barra, como agente a serviço da produção de um gozo com/no tráfico:

> E- E como você falava de ajudar a comunidade, os moradores, como o tráfico ajuda a comunidade?
> T- Ah assim, veículo roubado com alimento, damos à comunidade, em dias de festa, damos comida à comunidade. Todos os tipos de comida e também geladeiras, som... (Fogueteiro, 13 anos) (DOWDNEY, 2003, p.61)

As formações discursivas dentro do mesmo documentário, e neste, dentro de uma mesma comunidade, na fase de investigação de uma determinada favela, revelam-se de forma bem diferente. Se acima, a FD presentifica sentidos de necessidade, de falta de opção, abaixo veremos outra rede de filiação que indicia a crença do sujeito que fez uma escolha, senhor de suas vontades, na busca de realização de desejos, poder, respeito (que sai da esfera jurídica,da moral,e desliza para o crime) e ainda, sentidos de jogar. Quanto ao jogo, descrito em uma entrevista que o garoto contava sobre o primeiro conflito armado que participara contra a GETAM, os lances podem ser prazerosos, mas fatais.

> (...) Foi a primeira vez que eu tinha jogado. É muito bom. (Gerente de boca, 16 anos) (DOWDNEY, 2003, p.158)

> E- Quais as três melhores coisas no seu trabalho?
> T- Mulher, dinheiro e dá tiro em cima dos alemão (Fiel do gerente geral, 17 anos) (DOWDNEY, 2003, p.138)

> Só mulher maluca. Porque a gente ta com um negócio desses aqui, quer abrir a perna. Já... já aparece uma porção. Mas se tu não tiver um desse aqui na mão, tu não é nada. Ele te dá o respeito. O respeito é bom. (ATHAYDE; BILL, 2006a, Doc. 01, um jovem com fuzil na mão, em cena de festa, 13'11")

> Realmente, tem umas que não podem ver um fuzil, não podem ver uma pistola que já ficam todas doidas. Acham que isso é uma vida legal..?! (ATHAYDE; BILL, 2006a, Doc. 01, garota comenta sobre meninas que tem atração por rapazes armados, 13'30")

Não tocaremos, nesta pesquisa, na questão da mulher especificamente, marcando o modo de dizer das/sobre as meninas nem interpretaremos recortes linguísticos em que pese o feminino escamoteado de qualquer possibilidade de inserção nestas relações impossíveis. Interessa-nos flagrar como meninas e meninos precocemente posicionam-se como objetos de usufruto, gozo, baseados em moeda de troca em que corpo, droga e armas instalam sentidos de poder e aparecem inclusive como algo legal, fazendo falar mais uma vez o deslizamento do termo da ordem do jurídico, de legalidade, e do legal como adjetivo, algo bom a se fazer.

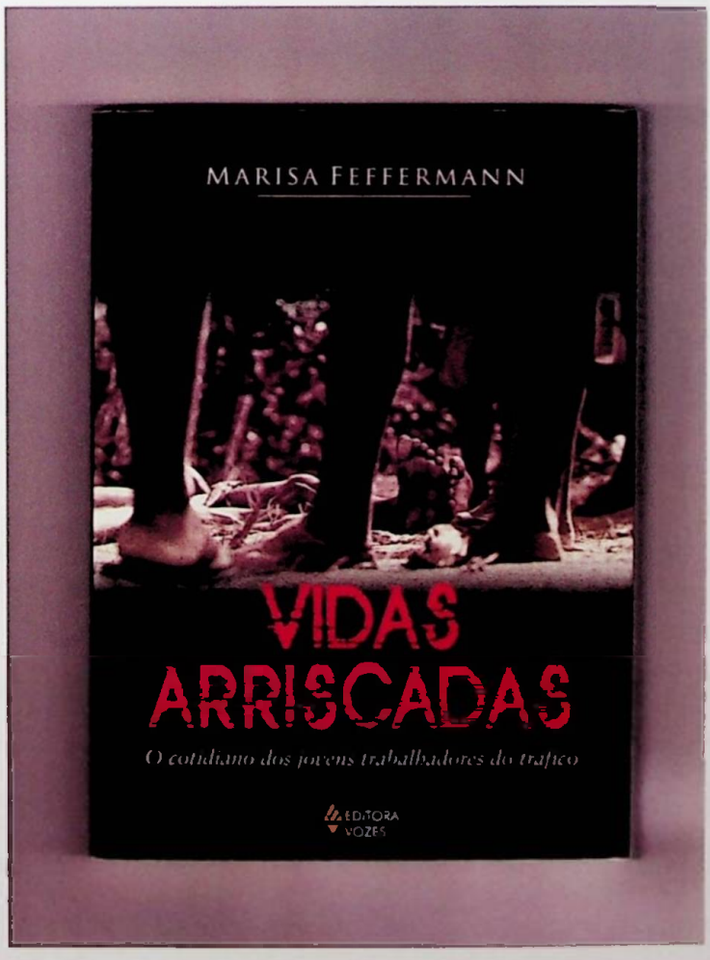
Essa questão é bem retratada em outro documentário e livro, de Athayde e Bill, sobre as meninas do tráfico que "entram" como coadjuvantes deste cenário, em média entre 10 e 12 anos, como "boqueteiras" em troca de drogas. Lamentavelmente, não entra no limitado propósito desta pesquisa oferecer a extensão ao tema que se irradia para tantos outros crepúsculos do humano. Mas são dados que merecem um apreço e uma escrita, senão em extensão por agora, em intenção ao menos, talvez em um próximo trabalho, na tentativa de

fazer barra à seriadas punições que estes jovens vão sofrendo e se re-inscrevendo no sofrer as consequências destes posicionamentos:

> No entanto uma punição sem Estado é nada mais do que a vigência de um estado de natureza em que tudo vale: a generalização da violência. Há, porém, um outro tipo de impunidade que tampouco aparece no filme, a impunidade dos responsáveis do narcotráfico e dos que compactuam ou colaboram com essa situação. E dessa impunidade, o Estado é profundamente responsável, e essa não se faz com medidas sociais, mas propriamente institucionais, isto é, jurídicas e policiais. (ROSENFIELD, [2006], p.01)

5.4 A ciranda do tráfico entre policiais e consumidores

> *"Ciranda, cirandinha, vamos todos cirandar, vamos dar a meia volta, volta e meia vamos dar"* (cantiga popular brasileira)



Em parte, a questão da crescente amplitude das ações das facções se dá tanto pela naturalização da presença e das ações dos agentes do narcotráfico, pela compartimentação de informações distribuídas de forma não-equitativa (ou seja, mesmo dentro das facções a circulação de saberes é controlada e distribuída de forma desigual, assim como o acesso às armas, às drogas, ao capital) quanto do imbricamento do crime nos aparelhos estatais e na sociedade de uma forma geral. Um filme brasileiro recente (*Tropa de Elite*, direção de José Padilha, 2007) aborda de perto estas questões da oferta/demanda que firma o pacto social entre o narcotráfico e seus consumidores, uma oferta que gera demandas e se retroalimentam, além de denunciar também os benefícios que o estado e seus representantes têm com o êxito deste comércio. A parceria dialética entre quem vende e quem consome e quem bascula e intermedia estas relações garantem as sutilezas empreg(n)adas à engrenagem desta grande máquina financeira.

> Celso: Então, de certa forma, você vende a morte pras pessoas?
> Cara: Quem quiser cheirar, vai cheirar, quem quiser fumar, vai fumar. Isso é um negócio pra arrumar um dinheiro, a gente não obriga ninguém a fumar ou cheirar.
> O menino pega um morteiro. (ATHAYDE; BILL, 2006b, p.73)

> MV Bill: Como você se sente em vender o mal para as pessoas?
> Jovem: Como é que eu me sinto? Pô, o pessoal compra porque gosta, compra porque quer, né? (ATHAYDE; BILL, 2006a, Doc. 01, 08'51")

Novamente o sujeito vacila, e busca a confirmação/legitimação do outro: "né?". Há ainda, os consumidores dentro da própria firma, fazendo falar sobre a necessidade (naturalização ideológica?) de usar a droga para não "falhar", por causa de sono, cansaço, para "ficar legal":

> Ah...tem que fumar um baseado (maconha), dar um teco (cheirar), ainda mais na madruga, tem que dar um teco pra acordar..que dá um sono 'mermo' (sotaque carioca) Tem que ter algum bagulho pra deixar acordado, senão não dá não. Muito cansaço. Não pode deixar falhar (ATHAYDE; BILL, 2006a, Doc. 01, jovem, 08'12")

> O cara que trabalha de noite pra ficar legal tem que ter um "teco' (ATHAYDE; BILL, 2006a, Doc. 01, jovem, 08'30")

A naturalização em pedir um fósforo para acender um cigarro de maconha, para uma moradora, que passava perto enquanto o garoto era entrevistado é discursivizada como algo corriqueiro do mesmo modo que se pode pedir um copo de água. Além disso, esse dizer instala um funcionamento em que o sujeito assume marcas de polidez e educação na abordagem de um nomeado como "tia", que nos remete aos dizeres infantis chamando por

suas professoras no ensino básico e fundamental, as "tias" da escola. As marcas "fazendo um favor, obrigado, desculpe incomodar" e o chamamento supostamente carinhoso ("tia") fazem falar o lugar de onde o sujeito fala, assumindo-se como cordial e conhecedor das regras de boas maneiras, até porque trabalhar na firma exige isso. Assim, inferimos que o negócio na/da firma, afirma o sujeito em um lugar de representação de poder, e vai além, entra no âmbito das formações imaginárias: quem pede um favor? Para quem? Quem ele imagina que é ou ela é para ele lhe falar assim? O que ele imagina que ela imagina que ele é para lhe falar assim?

> Jovem: Tia, pode me emprestar o fósforo fazendo o favor?
> Mulher: É pra acender cigarro?'
> Jovem: Não, tia. Pra acender outra coisa, tia. Obrigado, tia.
> Mulher: Valeu
> Jovem: Desculpe incomodar (ATHAYDE; BILL, 2006a, Doc. 01, 14'17")

Ao nomear e dizer de/sobre policiais, uma série de efeitos de sentidos emergem, fazendo furar a homogeneidade de um suposto dizer fechado e indiciando muitos modos de historicizar os sentidos, inclusive levando a prisão para o "fora das grades", funcionando dentro das comunidades.

> Tem alguns polícia também que a gente compra eles. Se vai preso com alguma coisa, só ta dois (policiais) a gente ainda conversa ou ainda dá um dinheiro, ou então ainda dá mercadoria, ou o que tiver, arma, droga, o que tiver dá pra eles, e eles libera (ATHAYDE; BILL, 2006a, Doc. 01, menino bem jovem, carregando arma grande porte passando por mãe com criança pequena no colo, 10' 46")

> MV: Tu paga quanto mais ou menos?
> Jovem: Pô depende, tem plantão de 800, 1000 real. Tem até polícia que aceita 500 contos. Outras áreas aceita 300, 400 reais.
> MV: Então eles são amigos?
> Jovem: Eles? Não! Amigo, nada. Amigo nosso? Nada! Eles são safados... A gente paga eles pra poder trabalhar e arrumar nosso dinheiro (ATHAYDE; BILL, 2006a, Doc. 01, 11'05")

> Nóis só sai quando ta arregado, quando nós dá dinheiro pros polícia, entendeu? (ATHAYDE; BILL, 2006a, Doc. 01, 12'24")

> Celso: Então você nunca sai?
> Cara: Saio raramente. Mas com medo. Saio olhando pros lados, com medo dos home, com medo dos alemão*, com medo de tudo (ATHAYDE; BILL, 2006b, p.71)

> Celso: O que você faz durante a semana?
> Cara: Pô, tento ficar dentro de casa, vendo televisão, distraindo a mente, entendeu? Jogando bola. É assim mesmo. Mas a gente sai só quando ta abrigado, quando a gente dá dinheiro pros polícia, entendeu? Os polícia, tipo

> assim, quer dinheiro, tipo assim, liga pra gente, pergunta se vai ter arrego. Arrego é um dinheiro pra eles. (ATHAYDE; BILL, 2006b, p.72)

> ... eles vem de caminhão, eles vem de dia não, eles vem a noite. Mas aí a gente sabe quando eles entra. Quando eles entra no morro, eles já avisa, avisa pelo radinho, fala "agente vai invadi o morro, agente vai tomá agora [...] depois... se tiver uma guerra mermo, até ponto 30 tem. Muitas faz tutrutututututu. (Fogueteiro, 12 anos). (DOWDNEY, 2003, p.158)

> T- ...os poliça [...] forjam os bandido lá pra matá.
> E- porque eles querem matar?
> T- Ah, por causa que é o trabalho deles.
> E- De matar pessoas.
> T- É, eles mata os caras do tráfico. Por isso que a gente tem que trocá tiro com eles à noite.
> E- Você já trocou tiro com eles?
> T- Já.
> E- Com que idade?
> T- 12 anos.
> E- [...] e eles sabiam que você era menor?
> T- Sabia, pô, eles sabia que eu era fogueteiro, aí o outro cara foi e pego assim e... a lá meu. Assim pápápápápá...
> E- E por que você acha que quer matar você?
> T- Ah, porque eu sou fogueteiro. Porque a gente barulha eles prá avisá que a polícia ta no morro.
> E- E tu já perdeu amigos nisso?
> T- Já.
> E- Quantos?
> T- Vários, muitos.
> E- Como eles morreram?
> T- Ah, uns foram de tiro, outros foi trocano tiro com os caras, outros na guerra. (Fogueteiro, 12 anos) (DOWDNEY, 2003, p.160)

> E- Você já foi envolvido com tiroteio?
> T- Já.
> E- Como foi?
> T- Ruim.
> E- Por quê?
> T- Muito tiro, várias balas passando perto de tu, quase te pegando, risco de morrer.
> E- Estava com medo de morrer?
> T- Não [...] eu estava com uma arma [...] eu fico na atividade, quem eu estou vendo que está mandando bala, eu vou dar em cima também [...] toma bala e acabou. Eu tive que correr na frente da bala.
> E- E foi contra quem este tiroteio?
> T- Contra os polícia.
> E- Você atirou também
> T- Eu atirei. (Vapor, 13 anos). (DOWDNEY, 2003, p.157)

Sentidos de agressividade atrelados à sentidos da sexualidade, que remetem ao gozo, dar em cima, mandar bala, e a arma como símbolo máximo desta atividade, operação que põe em risco a vida, risco de morrer, materializado linguisticamente em um risco, um traçado não

elaborado, um risco que rabisca. Para estes sujeitos, o ofício do policial inclui matá-los, é dado como natural esta realidade de perder amigos em tiroteio, de estarem constantemente em risco porque a guerra tem objetivos de extermínio, e é por onde estes meninos muitas vezes conseguem algum contato com a esfera pública, aparecer para em seguida serem riscados. A polícia é falada como um sujeito de ação que intromete, invade, arromba, rouba, que esculacha a comunidade, os pobres, os menores, e por isso, não são queridos por lá. Os valores agregados ao longo da história em todo o corporativismo policial vem sendo erodido com tantos equívocos, perdido, desfacelado, e aqueles que serviriam para garantir a moral, a civilidade, a cultura, a ordem e a segurança pública são os mesmos que se identificam ao crime organizado e agem contra seus princípios.

5.5 Tráfico e capitalismo: *"conhece o preço de tudo e o valor de nada"* (Oscar Wilde)

"Dear Prudence... won't you come out to play?"
(Querida Prudence/prudência...você gostaria de sair para jogar?)
(Dear Prudence, Jhonn Lennon)

Regido pelo capitalismo e fortemente organizado em torno deste violento modelo sistêmico, não é de se estranhar que a regra mais importante dentro do narcotráfico seja em relação ao pagamento pela droga, a regra é assim explícita: "que todas as cargas recebidas têm de ser pagas" (DOWDNEY, 2003, p.154). "A gente paga eles pra poder trabalhar", não se trata de uma conversão especular do sistema oficial? Fazer plantão, pagar impostos (realmente impostos), responsabilizar o consumidor a-crítico (que compra porque quer, porque gosta) pelo seu consumo ou por sua captura na rede de sua própria demanda, seja direcionada a qual produto capital for (produtos: de alimentos controversos, brinquedos alucinógenos, e serviços: cirurgias plásticas banalizadas, terapias milagrosas, etc), comprar o sistema, não é mesmo o que acontece em vários setores do dito mercado lícito? A decadência moral das instituições mantém interligados os propósitos aos contra-propósitos a que se propõem resolver, balizar, administrar, curar.

As normas e regras do jogo estão sediadas na matriz oficial, emanadas das autoridades legalmente constituídas, mas operam do outro lado também. Quando o sistema aponta para punir estes elementos do ilícito com seu autoritarismo, violência, deixa de enxergar a contradição dentro de seu próprio funcionamento e ignora sua ineficiência, ao não garantir moradia a todos, alimentação, escola, saúde, proteção, salários que possam proporcionar

dignidade para o trabalhador viver e prover uma família:"narciso acha feio o que não é espelho" como canta Caetano Veloso. Indo além, o Estado falha/falta enquanto articulador simbólico (ORLANDI apud SARGENTINI e GREGOLIN, 2008, p.119):

> Já que o Estado torna-se incapaz de produzir um sentido para orientar a experiência vital (social e individual), ele perde sua condição de articulador simbólico. Estamos diante de um outro tipo de Estado: o técnico-administrativo. São, portanto, três condições que marcam a contemporaneidade: a destituição do Estado Nação como meta-instituição; a instalação de um Estado que se legitima como administrador técnico das novas tendências; e a dinâmica de mercado como prática dominante. Os laços sociais se desvanecem.

No contexto mais amplo, para além do narcotráfico, envolvendo a comunidade, encontramos regras e normas que também ditam os limites do que pode ou não ser feito nas relações sociais destes lugares. A (tentativa de) ordem social é reforçada pelas punições severas àqueles que não cumprem estas normas e regras, incluindo crianças. Uma vez filiado ao tráfico, o sujeito se encontra assujeitado à sua hierarquia e todas as normas e regras que regimentam a ordem local, e a punição pelo descumprimento de regras e/ou ordens varia entre surras, expulsão da facção ou da comunidade, chegando ao limite máximo que é a execução, e até criança morre para ser punida:

> E- Pra morrer [depois de quebrar uma regra] se é jovem, se é menino ou criança, faz diferença?
> T- Não faz não (Gerente de maconha, 22anos) (DOWDNEY, 2003, p.155)

O atravessamento das diferenças é mais uma vez discursivizado, remetendo os sentidos de agora aos traços medievais, sendo que, ainda na pergunta, observamos a gradação decrescente, ou as avessas, partindo do jovem, menino ou menina, e chegando a criança, para obter uma resposta de apagamento, de indiferenciação, de igualdade para todos: ninguém é poupado. O peso de uma falha no "negócio da firma" equivale muitas vezes à morte, é o máximo da capitalização de uma pessoa, mortificada como sujeito, assujeitado ao mercado tal qual um bem econômico, utilitário à produção, ao negócio ou descartado pelo tráfico, posicionado num jogo estratégico em que o erro, a falha, o equívoco e o vacilo, característicos do ser humano e com o que ele advém para se superar, só lhe servem como aniquiladores e a saída é manter-se no espelho d'água de imitações, na tentativa de cumprir o seu papel, repetir o modelo de sucesso dos sobreviventes, a paráfrase comportamental, para postergar ao máximo sua condenação sumária, pois em algum momento o tropeço acontece, a falha, o erro, o equívoco: o sono chega, o vício vence, o medo denuncia:

> Celso: O que é o crime pra você?
> Falcão: É um negócio sério mesmo, e aí já na língua do tráfico de droga e do nosso entendimento que o bagulho é sério, não pode ter erro que gera morte (ATHAYDE; BILL, 2006b, p.78)

O crime é um negócio sério para este sujeito, que se dispõe a falar em "duas línguas": na língua do mercado oficial e na língua do comércio ilícito e do entendimento deles, que substitui "negócio" por "bagulho", e mantém o adjetivo "é sério". Há em jogo a tentativa de legitimação de um negócio, que é ilícito, informal, mas que busca funcionar sob seus significantes, com a eficiência e a eficácia do mercado lícito, formal, como se o mimetismo bastasse para jogar com estes termos politicamente construídos: uma colagem entre negócio e bagulho. Quanto à questão de associação do peso da falha à morte, pode nos levar pela história brasileira ao modelo ditador implantado na década de sessenta, e seus efeitos ressoando por todas as esferas da sociedade, nas escolas, através do sistema de avaliação e notas, que avalia um momento daquele que está à prova, do formato do material utilizado no ensino (as antigas cartilhas, mas que hoje, são utilizados os livros didáticos, mas conforme o professor, pode-se voltar à tentativa de dar um só gesto de leitura, calar a polissemia) na alta rotatividade de algumas empresas que demitem ou humilham funcionários em suas errâncias, nos padrões estéticos impostos e reforçados midiaticamente, na polícia, seu vestuário e suas regras de condutas e comportamento (que refletem a ideologia operando no sistema e seus agentes) e no sistema carcerário que vêm demonstrando sua ênfase em violentar físico-psíquico e socialmente os infratores, ademais, calando possibilidades de diálogos, deslizes, debates; enfim, temos muitos outros exemplos sociais que não caberiam aqui. A justiça é cega neste outro sentido também, pois ela, representada por suas instituições e seus agentes, colabora com sua morosidade, facilitando muitas vezes a lei do mais forte (financeiramente ou em termos de influências, poder - os famosos lobbistas). Daí sustentar mais uma vez o espelhamento e a parceria das relações do tráfico e os demais aparelhos do estado: a "reciprocidade forçada" ou a "narcoditadura" (Dowdney, op. cit., p.74), que vem se estabelecendo ao longo das décadas. Assim, nossa situação contemporânea é composta de fragmentação e destituição, convivendo com a ambiguidade produzida pela sociedade e seu Estado nos seguintes termos:

> (...) o Estado tem seu funcionamento justamente regido por sua falta e afetado pelas sociedades de mercado. Ou seja, é em sua falta que o Estado existe e exerce seu poder articulador do simbólico com o político. Em suma, o Estado funciona pela falta, produzindo o que chamamos de sem-sentido, que não é um vazio, mas um modo de estar na relação do político com a significação, estagnando-a no já-significado. (ORLANDI apud SARGENTINI e GREGOLIN, 2008, p.119)

Abaixo, uma foto com o título sugestivo "Siga o Mestre" (famosa brincadeira infantil dos anos 80), que registra um momento de espelhamento corporal entre um garoto, que ganha destaque na foto, e ao fundo, uma fileira de policiais. O que dizer sobre esta imagem? Diante dessa pergunta, interpretamos o efeito de cópia e reprodução que o sujeito promove o tempo todo entre dizeres que são dos outros e são seus, tão seus posto que tomados de outrem. Para nós, esta imagem do menino com roupas largas, adultas e espaçosas no corpo, o fato de ele estar abaixo dos degraus e a maneira de entrelaçar os braços em posição de continência inferem uma criança recrutada (ou recrutando-se) a copiar um dizer que não lhe é devido, adentrando precocemente o universo do adulto e marcado por uma posição de (des)poder no tráfico e na rua, e também de não estar na escola e na família. Sobre a imitação, encontramos que "Imitar, é sem dúvida reproduzir uma imagem. Mas fundamentalmente é, para o sujeito, inserir-se numa função cujo exercício o apreende" (LACAN, 1998 [1964], p.98). E na berlinda da imitação dos policiais, esse menino iconiza as relações de violência e abandono que sofre e, ao mesmo tempo, ironiza e chacoteia as instituições que garantiriam a ordem e a segurança dos cidadãos na rua. Zomba, pois este sentido de proteção lhe é negado, interditado e não possível, expondo o furo, a emergência de um real da história marcado pela contradição e pela luta de vozes; e esta zombaria produz também o efeito de denúncia de algo que está fora da ordem social, que perfura o sentido estabilizado da democracia e da igualdade entre os cidadãos e entre as crianças.

O recorte seguinte traz um novo prisma para pensarmos o denominado marginal, o que está à margem, que de fato, se destaca aqui pelo que tem, e não pelo que não tem.

> Celso: O que você acha do Brasil?
> Falcão: País injusto. Injusto. O que nós tem é isso aí. Mas os verdadeiros marginal mesmo ta de terno e gravata. De terno e gravata e a justiça não vê isso (ATHAYDE; BILL, 2006b, p.81)

Também faz repetir o discurso já circulado há tempos que faz construir uma figura no imaginário social em torno do homem que usa terno e gravata como idealização de sentidos de sucesso, profissionalismo, seriedade, e enquanto representando o figurino daqueles que são uma minoria que detém a maior parte das riquezas declaradas à União, etc, porém outros profissionais bem menos remunerados também utilizam este mesmo vestuário, que parecem ter ficado ignorados por este sujeito, como é o caso de alguns porteiros, vendedores do comércio, seguranças, etc. A análise num viés mais discursivo, pode deslizar via simbólico para um d'eterno, e grava/ta, que atualiza o eterno desencontro que é gravado na história da humanidade desde seus primórdios, desde que nasce, um confronto eterno com as assimetrias, com saldos afetivos desencontrados, com o saldo financeiro discrepantemente distribuído de forma desigual, com a fome e a vontade de comer quase nunca coincidentes, necessidades e demandas, a não-equivalência entre objetos e suas representações, um décalage (na linguagem psicanalítica), uma não correspondência entre os valores atribuídos em si e ao outro, e o como o outro também atribui seus valores à si e aos outros. "A justiça não vê isso", sim, a justiça pode ser considerada cega assim também, neste sentido que ele mesmo dá, já que os marginais são aqueles que têm poder, dinheiro.

Assim, as parcerias do "i" com o "legal" foram ganhando espaço e rompendo fronteiras na sociedade capitalista pelo viés dos aparelhos globalizados: o sistema bancário internacional e as modernas tecnologias. Feffermann (2006) também converge neste sentido e acentua esta forma de abrir os horizontes sobre o fenômeno, descaracterizando em partes o imaginário social construído sobre os personagens que atuam diretamente no narcotráfico, como se fossem os maiores responsáveis pela realidade que constroem e são construídos, constantemente reforçados pela mídia televisiva sensacionalista principalmente, para inserir em foco o contexto maior em que se inserem as práticas ideológicas que fazem elo entre comércio de drogas e capitalismo.

> A globalidade, as grandes transformações tecnológicas e de organização aplicadas à produção induzem à expansão desta indústria ilegal. A realidade econômica decorrente dessas transformações incide diretamente sobre o

> trabalho e vem provocando dispensa em massa de trabalhadores. Pode-se conceber que o mercado ilegal tem surgido como resposta à marginalidade econômica (FEFFERMANN , 2006, p.15)

> Tudo começou, oito anos atrás, vendo a minha família passando aquele sufoco, aquela tragédia, né, irmão? O dia-a-dia, eu vendo minha mãe sair pra trabalhar, aquelas condições, mas umas condições que não podia dar o de bom e melhor pra nós, né? Como? O que eu queria ter, eu não podia ter. Um carrinho. Controle-remoto, uma bicicleta. Até então, nós morava num barraquinho de madeira. Pegou fogo, até hoje eu não sei nem como ele pegou fogo... Com dez anos de idade eu tomei foi um tapa na cara dum polícia. Isso até hoje eu guardo no peito, no coração. Criou uma mágoa dele mesmo, que até então eu comecei entrar nessa vida que hoje eu to agora, a vida do crime. (ATHAYDE; BILL, 2006a, Doc. 02, 08'40")

> MV: Você usa o que você endola?
> Jovem: Não. Não fumo, não cheiro e não bebo. Só bebo guaraná. Na realidade, nem era pra estar aqui. Mas é isso aí que o governante quer. É ver nós aqui mermo, porque ele não liga pra nada (ATHAYDE; BILL, 2006a, Doc. 01, jovem, 18'47")

O que Feffermann (2006) diz é cruzado com depoimentos similares ao recorte acima, enfatizando as impossibilidades de se entrar no mercado econômico senão por estas vias da ilegalidade, da criminalidade, e no recorte do jovem Falcão, temos um depoimento em que se denuncia um "ele", masculino, governante, que não liga pra nada, e nada, podendo significar a população da comunidade, como descrito em outros discursos, e aponta para um suposto querer deste governante, e além, um querer "ver nós aqui mermo". Um ele que goza com as misérias alheias, como o pai totêmico referido em outro capítulo. Justifica ainda, o seu estar ali, naquele momento, fazendo o que faz com o não ligar pra nada do governante, e do querer vê-lo ali.

Abaixo, temos outro recorte que também faz falar sobre um funcionamento de discurso que faz questões históricas aos sujeitos indeterminados, mas que estão em lugar de dominância (legislativa, executiva, etc) e que faz funcionar a dinâmica e tensa história da luta de classes, um reclame ao acesso mal distribuído historicamente do capital: à âncora e bússola que remete a algo que ele não tem e que supõe existir em algum lugar: "onde", "onde é que ta", "pra onde" vai, em que alguém é onde, é um lugar de contenção desta moeda de trocas, que é o dinheiro. O acúmulo de alguns poucos é a falta exacerbada de uma maioria. Na cadeia associativa deste discurso, o que se segue ao querer saber sobre onde está o dinheiro é um saber sobre a guerra do seu onde, seu lugar, e as mortes que se seguem a ela. A falta de dinheiro relacionada à morte? Estes questionamentos aparecem em vários depoimentos como este abaixo:

> Eu quero saber onde que ta o dinheiro. Onde é que o dinheiro do Brasil vai, pra onde o dinheiro do Brasil vai. Daqui da Bahia, cada dia que passa a guerra vai piorando, um matando o outro (ATHAYDE; BILL, 2006a, Doc. 01, 19'15")

E se acima ficam indícios de falta (do dinheiro e de quem tem este dinheiro, e do poder público que representaria um veio de possibilidades ao acesso), abaixo aparece uma presença de um dos elementos que representam o poder público, a questão da parceria entre os representantes do poder público e o narcotráfico, que parece evidente também para os meninos que trabalham no tráfico:

> Se acabar o crime acaba a polícia. Se acabar o crime, tem que acabar com a polícia. Porque quem dá dinheiro pros polícia somos nós. Não é o tráfico de drogas? Se não fosse o tráfico de droga hoje, os polícia ia só tirar o salário deles. Eles tiram o salário deles, mas tiram o dinheiro da propina de nós. Eles tiram mais que é o necessário do salário deles. Se acabar o tráfico de droga, eles vão ficar massacrados e vão ter que acabar com a polícia. Então o tráfico de droga não vai acabar tão cedo (ATHAYDE; BILL, 2006a, Doc. 01, 11'45")

5.6 O tráfico e o morro como marca de lugar e de morrer

"Chega no morro
Com carregamento
Pulseira, cimento
Relógio, pneu, gravador"
(O meu guri, Chico Buarque)

E se o vento é o mesmo, e sua resposta é diferente em cada folha segundo a poetisa, cada comunidade tem sua forma de responder às faltas estatais, cotidianas, à violação de seus direitos, à discriminação, que são vivenciadas como autênticas agressões, são várias as facetas da violência, e a sociedade deixa de servir para a proteção do cidadão, o que contribui para o aumento das tensões, conflitos e intolerâncias. Quem não adere ao tráfico diretamente, busca outras identificações e saídas em terrenos rarefeitos como por exemplo na profissionalização, na prática de esportes, na música, na igreja, nos estudos, em trabalhos menos remunerados ou não tão valorizados socialmente, mas não deixam de ser afetados de alguma forma pelo contexto em que vivem, seja pela topologia urbana das favelas, pela ausência de projetos paisagísticos (árvores, fontes, praças, pássaros), pelas dificuldades de acesso à serviços de saúde (a carência de profissionais e de locais de trabalho para estes profissionais), de

ambientes voltados para o lazer (teatros, cinemas, bibliotecas, etc) , pela constante violência representada pela presença policial nos morros, pelos constantes tiroteios entre traficantes rivais, entre traficantes e polícia, etc. Morar no morro ganha matizes de morro, de morte, de ausência de cores, de excessos de sombras:

> ... os morros são independentes, cada morro tem sua realidade, cada batalhão da polícia militar, por exemplo, tem seu preço, cada guarnição do patrão tem a sua relação. Então não dá para um determinado líder determinar como vai ser a relação com cada batalhão, com cada região, com cada favela, que são realidades que mudam a cada momento (Informante 1, apud DOWDNEY, 2003, p.45)

> Tipo nós não vive na sociedade, que nós mora no morro, tá entendendo? Tipo nós não é nada. É o seguinte, irmão. Tô aqui pra tudo. O que der e vier. Pode vim alemão (inimigo), pode vim o que for, a Aeronáutica, o Exército, a Marinha... Nós vai cair pra dentro. Nós tem que proteger os morador, nosso morro. (ATHAYDE; BILL, 2006a, Doc. 01, 14'37")

O sentimento de exclusão é expresso não só com relação ao social - "*nós não vive na sociedade*", mas também com relação à vida, ao viver, pois vivem no morro, na expectativa de morrer, numa realidade que muda a cada momento e gera um estresse altíssimo em muitos moradores, principalmente em crianças que vivem em áreas de violência crônica (CÁRDIA, 1998). Aqui o morro é tomado enquanto significante, uma imagem acústica contendo vários significados, não só enquanto um advérbio de lugar, mas revela-se também enquanto verbo morrer na primeira pessoa do singular, e "nós" compõe um apagamento do singular no plural, como se fossem todos iguais, ao mesmo tempo em que recupera o sujeito singular no verbo "é" ("nós não é") que nega que não são nada, ou alguém, ou algo, no dizer "nós não é nada", ou seja, demanda de reconhecimento de um sujeito que é, está, e demanda, "ta entendendo?", se endereça à tudo ou "pra tudo", "o que der e vier". O mora/dor "tem" que ser protegido, e este que enuncia é ele mesmo um deles.

O morrer, processo natural para todo aquele que vive, aparece amortecendo ou suavizando outros significantes na substituição de assassinato, homicídio, falecer:

> Meu pai morreu, faleceu. Aí eu peguei uma revolta ainda que depois me levou ao mundo crime. Eu queria matar o cara que tinha matado meu pai (ATHAYDE; BILL, 2006a, Doc. 02, 08'15")

> MV: Você tem pai?
> Jovem: Não, o meu pai já morreu. Os polícia que matou ele, lá em Niterói... Meu tio ta preso, meu tio pegou cento e poucos anos de cadeia. (ATHAYDE; BILL, 2006a, Doc. 02, 07'58")

> E qual é a pior coisa sobre seu trabalho?

> T- É matar alguém.
> E- Você já matou alguém?
> T—Já.
> E- [...] e como você se sente quando faz isso?
> T- Pô, como eu sinto? Sinto nervoso, porque não era pra eu ta fazendo isso com ninguém... (Soldado, 16 anos) (DOWDNEY, 2003, p.161)

> Nós não vive na sociedade, que nós mora no morro, ta entendendo? Tipo, nós não é nada. (ATHAYDE; BILL, 2006a, Doc. 01, 14' 38")

A violência é apagada, naturalizada e substituída por outras coisas, por defesa no caso daqueles que naturalizam, por carinho no caso das pedofilias, etc, como se não houvesse outras formas de dizer, representar, simbolizar e fazer. Assim, não há estranhamento e naturaliza-se a violência como se ela não existisse; como se eles também não existissem ("Tipo, nós não é nada", o que nos leva a indagar: "Se nós, não é nada, o que nós é?"), para tampar este furo, põe-se a necessidade, onde o tudo pode ser criança e traficante, ser criança e sair de casa, ser criança e fazer sexo, usar e vender drogas, ficar acordado de noite e dormir de dia, traficante virar celebridade na mídia, são facetas do horror que escamoteia e viola a infância. Corporifica-se a palavra, não só quem está sendo violentado, mas a mídia também o faz, os cidadãos do "asfalto", a classe média levando seus filhos pequenos às salas de cinema para assistir filmes com violência antes nunca imaginada (antes de todos os avanços com os efeitos especiais), o significante está calado, silenciado, e o mercado também sustenta isso, pois lucra muito com a violência.

> To aqui pra tudo. O que der e vier. Pode vim alemão (inimigo), pode vim o que for, Aeronáutica, Exército, Marinha. Nós vai cair pra dentro. Nós tem que proteger os morador, nosso morro" (ATHAYDE; BILL, 2006a, Doc. 01, 14'50")

O morro é falado como algo nosso, o que para nós é uma marca lingüística relevante posto que implica um coletivo, um nós dado pelo mora-dor que tem que "proteger" o que é seu e que luta contra o que vem de fora, seja na forma de "alemão (inimigo), pode vim o que for, Aeronáutica, Exército, Marinha.". Temos, então, um lugar do nosso que está em oposição.

5.7 Tráfico e os não-sentidos de crianças

> *"(...) que é preciso uma grande intervenção política no país para que não estejamos fadados à escravidão de seres humanos; e que esta intervenção não seja policial, mas em todas as áreas"* (Athayde; Bill; Soares, 2005)

A seguir, um depoimento-chave, que sintetiza todos os tópicos abordados na temática da criança dentro destas con/dições de produção dentro desta pesquisa, de um sujeito que se nomeia ladrão, caidinho, enuncia que se droga, que convive na noite e dorme de dia, que não tem pai nem mãe por perto, um sujeito que não chora, não fica triste com nada, não pensa em nada, só ri enquanto tem dinheiro, sonha com motinha, casa, trazer a mãe para perto dele, e ainda é muito novinho, e que nos convida a escutar a voz de uma criança:

> Eu não fico triste com nada. Eu to sempre se drogando... Eu sou ladrão. Eu roubo, porque ninguém me dá nada. Se eu não roubar, ninguém vai me dar. Aí eu tenho que roubar mesmo. Se eu não roubar eu vou ficar duro, eu roubo pra mim viver.
> Entrevistador: Faz o que com a grana?
> Menino: Ah, gasto. Fumo veneno (maconha com cocaína), dá uns teco (cheira cocaína)
> Entrevistador: Me conta do seu dia?
> Menino: Oi?
> Entrevistador: Me conta como é o seu dia?
> Menino: Meu dia, não. A noite. Porque de dia eu durmo, e à noite eu fico acordado. Eu durmo de dia, e acordo de noite. Fico a noite toda acordado. De dia é muita polícia na favela...
> Entrevistador: E de noite?
> Menino: De noite é arregado (subornado). Não entra nada, se entrar vai bala. Eles tem medo de tomar tiro. Aí não entra, não.
> Entrevistador: Você faria o que com muito dinheiro?
> Menino: Ah, comprava uma moto, comprava uma casa. Trazia minha mãe pra morar aqui. Lá onde ela mora é muito ruim.
> Entrevistador: E você faria o que com a moto?
> Menino: Ah, ficava tirando onda. As mulé aqui só namora quem tem motinha, dinheiro... É muito difícil pegar um caidinho aí que nem eu. Só se for caidainha também. Mas se for bonita, quer tirar onda, aí tem que estourar a boa (roubar)
> Entrevistador: E as outras crianças que não precisam roubar?
> Menino: As que não precisam de roubar, é porque o pai tem condições de criar. Tem... tem...dá de tudo, 'motinha'... aí ele nem pensa em virar o que eu sou..(...)
> Entrevistador: Mas às vezes você chora?
> Menino: Não
> Entrevistador: Nunca/quando fica triste?

> Menino: Nunca fico triste com nada, sempre to se drogando. Não penso em nada. Só rir, só alegria. Enquanto tem dinheiro. Quando o dinheiro acaba, tem que roubar, tem que meter as cara na pista.(...) O ritmo é chapa quente
> Entrevistador: Você ta preparado?
> Menino: Eu to preparado não. O que vim eu to fazendo. Ainda sou novinho, tenho muito pra curtir ainda (...)
> Entrevistador: E se morrer?
> Menino: Se morrer, nasce outro que nem eu, ou pior, ou melhor. Se eu morrer, eu vou descansar (...). É muito esculacho nessa vida. (ATHAYDE; BILL, 2006a, Doc. 02, 14'43" aos 18'56")

Gostaríamos de fechar este capítulo de análises com outros efeitos que não o de negação tão recorrente nas marcas apontadas acima. Mantivemos tal efeito com o desejo de que ele instale o funcionamento discursivo de denúncia ainda que não tenhamos a garantia de que ele possa produzir exatamente isso. Ao longo de todo o nosso estudo e não sem angústia, observamos desdobramentos de várias negativas e interdições que nos foram dados a conhecer aos poucos, em movimentos de leitura e interpretação, em vozes de crianças (re)vistas e (re)inscritas em giros e torções que nos forçaram a observar o outro sob o mesmo, o retorno do interdiscurso de/sobre violência sobre crianças de ontem e hoje.

Os recortes encontrados nas várias mídias que tateamos nos permitem chegar a alguns pontos, dentre tantos outros possíveis, em que a negação está posta, historicizando o modo como a criança do tráfico é falada, fala e se constitui. São eles: I) a negação, nas condições em que se dão o narcotráfico, da infância como efeito da etapa da vida a ser protegida pelos adultos, preservada e cuidada em sua singular forma de aprendizado, ainda que este significante seja nomeado na ordem da lei e dos estatutos como tal; II) a negação e a interdição dos sentidos de vida como possibilidade de criação e deslocamento dos sujeitos inseridos na firma que a-firma a violência naturalizada no cotidiano em que matar e morrer são atos tidos como banais; III) a negação do tempo de ser criança, do tempo-criança de ser cuidado e a inserção precoce naquilo que consideramos a exposição a sintomas sociais e psíquicos em que sujeitos, investidos de um suposto poder a-mais, são tatuados por irreversíveis faltas; IV) negação de tempo futuro como sentido vir-a-ser, visto que a barreira da morte é a borda colada à barreira da vida em um cotidiano de humilhações, coerções, constrangimentos e submissões no qual o poder do dinheiro e do tráfico instalam preços altos e prazos muito curtos. Foi com este sujeito que nós tivemos que nos haver ao longo desta pesquisa, sujeito com voz dilacerada e obturada, inscrita pela falta e por um imaginário preenchimento dado pelo poder excessivo e ameaçador das armas e dos morros.

6 CON(O)CLUSÃO...ALGUMAS PALAVRAS DE NASCIMENTO...

"Quero falar de uma coisa...
Adivinha onde ela anda...
Pode estar dentro peito
Ou caminha pelo ar..".
"(...) e há que se cuidar do broto
Pra que vida nos dê flor e frutos"
(Milton do Nascimento)

Aquarela de Lasar Segall "Perfil de Zulmira" (1928)

"Debulhar o trigo
Recolher cada bago do trigo
Forjar do trigo
O milagre do pão
E se fartar de pão...
(...) Afagar a terra,
Conhecer os desejos da terra
Cio da terra propícia estação
De fecundar o chão"
(Milton Nascimento, Cio da terra)

Ao articular os laços que ligam a teoria da análise do discurso peuchetiana ao corpus trabalhado, buscamos abrir vias de interpretação que suspendessem os sentidos de criança, desfazendo alguns pontos nodais que naturaliza(va)m estes sentidos que nos vieram através da história. Buscamos ainda a retomada de palavras de sujeitos que circularam em outras épocas, em tantos outros lugares e que, apesar de já terem sido constituídos pela memória do dizer, são ainda re-construídos na tensa disputa de legitimação/apagamento de sentidos, pois sabemos que este processo é da ordem da heterogeneidade e que as palavras são sempre *porosas* (AUTHIER-REVUZ, 1998).

Assim, demos início à pesquisa delineando a base teórica e fragmentos da história da Análise do Discurso elaborada por Michel Pêcheux, uma teoria que suporta os riscos e desafios do trabalho proposto devido a sua singularidade de olhar para o sujeito sob um prisma diferente das demais teorias que se debruçam sobre o indivíduo e, com um frescor inovador ainda hoje, ainda que pareça encontrar em relances, com certa aproximação, do sujeito da psicanálise de leitura lacaniana que também acolhe, escuta, lê o sujeito em seu lugar descentrado. Sendo assim, nós também estamos em uma posição-sujeito e, como analistas, em um lugar-efeito da linguagem, fazendo furo com a língua, interpeladas pela ideologia e pelo inconsciente. Passamos pela urgência dos primórdios da teoria peuchetiana durante a eclosão do estruturalismo na França dos anos sessenta, com a "geração althussero-lacaniana" (FERREIRA, 2008, p.18) irradiando produção intelectual em várias direções, e suspendendo explicitamente o sujeito epistêmico, centrado, dono de suas vontades, o sujeito da consciência. Neste começo de teorização, o autor ainda buscava a construção de uma máquina do discurso, um notável fragmento do pensamento vigente da época, do começo da sistematização capitalista ramificado pelos veios do conhecimento humano na busca da eficácia, do controle, da eficiência, que foi na AD, a Análise Automática do Discurso (a AAD69), mas que também lançava questões para seus pilares de sustentação teórica, que até hoje surtem efeitos: o tripé linguística, materialismo histórico e psicanálise.

Foi longa e árdua a aproximação do constructo teórico articulando a história (a historicidade, as condições de produção, o momento situacional em que o sujeito enuncia, a exterioridade como constitutiva), a Linguística (o discurso como materialidade linguística, incluindo os furos que a Linguística estruturalista excluía, ou considerava ruído) e a psicanálise (sendo a teoria que fornecia material sobre o inconsciente, para se pensar a ideologia e os dois esquecimentos fazendo fal(h)ar o sujeito), fundamentando uma teoria materialista dos processos de significação da linguagem que compreende os processos de produção de sentidos sendo constituídos na tensa relação do sujeito com a exterioridade, entremeando-se e se afetando mutuamente. Críticas e reconhecimento dos seus pilares teóricos foram os movimentos que oscilavam em Pêcheux durante o percurso de tessitura da teoria do discurso.

Fomos neste percurso até chegarmos aos dias atuais, em que bebemos da fonte para realizar (ou ao menos tentar) a "aventura do discurso" que germinou nos recortes de discursos de alguns dos filhos e netos do narcotráfico do Brasil contemporâneo: "A Análise do Discurso que floresce, amadurece e se consolida no Brasil tem sabido forjar seu campo teórico e analítico de um modo bastante peculiar, com "fidelidade referencial" mas "sem submissão" (FERREIRA, 2008, p.19). Buscamos também, servir das teorias para marcar a importância dos furos, contradições, equívocos, hiâncias, para que a roda dos sentidos possa estar em movimento por todo aquele que com ela se dispuser a trabalhar, pois "o sentido só subsiste decepado dessa parte de não senso" (LACAN, 1998 [1964], p.200), o que redimensiona a palavra, tanto pelo modo como ela é posta a circular, (que não é de qualquer modo), quanto pela mudança de grandeza que ela passa a ser lida/escutada, pois ela abre vias.

Dessa forma, há/vias que podem ser conclusivas, ou não, e constituir sentidos ou con(o)clusivas e revelar oclusões, faltas e *non sense;* há/vias que podem abrir espaço para novas elaborações à medida que se faz no um a um. E daí partimos para o segundo eixo da discussão teórica, trabalhando sobre a noção-chave que é o sujeito discursivo. A íntima relação do sujeito com o furo que o constitui (representado pelos esquecimentos número 1 e 2) e o põe a funcionar na linguagem, na ideologia e no inconsciente foi o fio que interligou a teoria e a prática da análise do discurso, assim como o contornou dando uma forma particular, diferenciando dos demais sujeitos articulados para a questão do conceito. O sujeito faz toda a diferença, e isto é muito importante frisar, pois ele é agente, é agido, é dinâmico, proporciona as mudanças, os giros nos discursos, a polissemia, e é afetado por eles.

Na terceira etapa da discussão teórica, aproximamos mais da noção de ideologia e das ideologias, principalmente para desnaturalizar o que viria a seguir no capítulo dois, sobre a

criança, pois com este conceito temos em mãos a oportunidade de lembrar que a construção cultural é naturalizada no cotidiano dos seres falantes pela interpelação ideológica, inclusive o próprio cotidiano, como se as verdades estivessem prontas, os papéis delimitados e estancados na gangrena social, e impassíveis de mudanças, manejos, oscilações. Retomamos o conceito de condições de produção e de memória também como forma de desestabilizar as evidências, pois são conceitos que dão corpo às formações discursivas, engajadas às formações imaginárias e inscritas nas formações sociais. Esse processo deixa familiar o que podemos estranhar, que são os jogos de força, regiões de poder, a relação entre um discurso e outros, e que se constituem em tensa disputa de permanências e transformações, em que toda tomada da palavra se faz um ato político, e toda interpretação constitui um gesto de interpretação dentre outros possíveis. Assim, os sentidos deslizam, sempre podem ser outros, e a responsabilidade de quem escuta/lê é tão importante quanto de quem fala/escreve, pois a linguagem é ativo movimento de afetar e se afetado. Por isso, ser sujeito dela/nela é de uma responsabilidade geral e imprescindível para manejar estas possibilidades de movências e errâncias que ela nos proporciona.

Demos continuidade à escrita com o segundo capítulo sobre a memória sobre a infância, ou melhor, sobre um interdiscurso sobre a criança. Este percurso foi dividido em seis tópicos, ou seções. Da introdução ao tema, entramos na segunda seção nos prenúncios de história sobre a criança, partindo da antiguidade clássica, helênica, dos gregos e romanos, passando pela Idade das Trevas, Idade Média, Idade Moderna, os efeitos da ciência moderna, a pós-modernidade, etc. E foi no afã de realizar a "aventura discursiva" (MALDIDIER, 2003) que escrevemos ao longo do terceiro capítulo as análises dos dados, recapitulando na primeira seção sobre um pouco das condições de produção do narcotráfico no Brasil e alguns recortes de discursos que se articulavam com este período histórico; na segunda seção sobre as grandes metrópoles e o abarcamento de seus sinais e sintomas histórico-sociais e alguns efeitos do êxodo rural e o processo de auto-urbanização das periferias entremeando discursos de filhos e netos do tráfico, moradores, etc.

Na terceira parte do trabalho, entramos com a (a)firmação que o tráfico proporciona no processo de recrutamento voluntário e como ele se organiza, suas leis, e alguns discursos sobre o tema; em seguida trouxemos para a discussão na seção número quatro a base social que faz ciranda com o narcotráfico, entre consumidores que sustentam o mercado, a ausência ou falência estatal enquanto responsáveis por grande parte da miséria local (falta de empregos, escolas, moradia, saneamento básico, etc.) e de sua própria miséria, como uma matriz doadora de sentidos que se conflitam, constituindo a ambiguidade e o paradoxo do

Estado movido por sua falta e produzindo lugares vagos, e que acabam sendo ocupados pelos "donos", que, por sua vez, se legitimam através da parceria com as comunidades e do elo com representantes do poder público que pactuam com o narcotráfico para que ele seja uma "firma" possível e que lhes dê um retorno financeiro.

No quinto capítulo, referimo-nos à estrutura do narcotráfico com os moldes capitalistas em que ocorre um fenômeno de nadificação do sujeito, de coisificação dos seres, uma banalização da vida, um gozo desenfreado pelos objetos de consumo, o calamento do sujeito que tudo vê e nada diz e que consome, se consome, e é consumido. Este movimento de mortificar o sujeito aparece atrelado ao dar vida, ou vitalizar objetos inanimados e/ou não humanos, o que indicia alguns riscos que corremos de restar-nos enquanto coisa para o outro. Já nas etapas que seguiram (seis e sete), analisamos marcas linguísticas que fazem deslizar o morro, lugar habitado pelo sujeito, ou seja, indicador de lugar, para outro morro também habitado pelo sujeito, mas enquanto verbo. As pistas linguísticas inscreveram o sujeito fixado nesta residência de matar e morrer, o que quebra com sentidos de criança, e chegamos enfim aos não-sentidos de criança, pois ela retorna repetidas vezes às vozes da idade média enquanto criança invisível, faladas por outros e falando de si mesmas. Uma violência tão explícita e repetitiva que causa apatia social, pois são realidades da sociedade de consumo que alimentam a fagocitose de seus órgãos para com seus próprios membros, suas células sociais. Denunciam a degradação que estamos vivendo no automatismo cotidiano quando nos ausentamos das possibilidades de exercitarmo-nos na condição de sujeitos responsáveis por um cadinho desta realidade, sujeitos que podem se mexer na história, re-mexer-se fazendo furos.

Levar a teoria para trabalhar a serviço de vozes que estão caladas, para não dizer invisíveis, colocou-nos em um labirinto de difícil saída, mas que questiona a situação, os estatutos, os sujeitos, o âmbito das leis invocando o ir-além ao trabalho, pois temos acesso pelas bordas e em fragmentos à luta com este minotauro moderno, à parceria entre estado e ao narcotráfico. Esse labirinto é pavimentado na trama diária em meio a forças conjuntas das diversas esferas políticas, acadêmicas e sociais e instala vozes heterogêneas que podem reclamar – como nosso desejo – que o que já foi construído até aqui não caia na palavra vazia. Reclamar no sentido de invocar, de re-inventar o cotidiano a partir do que Pêcheux dizia sobre dar "à escuta das circulações ordinárias do sentido, à escuta teórico-política da fala dos dominados" (PÊCHEUX apud GREGOLIN, 2006, p.130), como por exemplo, fazer a difusão do ECA, da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que tantas propostas idealistas já contém, e invocar a sociedade a fazer sua parte como cidadãos e exigir dos responsáveis pela

educação, pela saúde e segurança social que façam a parte deles; aplicar o que já está em vias legais, mas que não se realiza na prática da vida das comunidades e das crianças, mais especificamente, muitas vezes, pelo simples fato de não haver espaço para que estas teorias, que deveriam ser práxis, ou seja, praticadas conjuntamente à teoria, circulem, sejam informativas, sejam apropriadas pelas pessoas, que não fiquem só nas mãos dos governantes e organizações que as representem ou nas mãos de pesquisadores (como no caso desta pesquisa, uma pequena apropriação ou aproximação deste bicho-de-sete-cabeças e que poderá servir de instrumento em projetos e elaborações de trabalhos), como era feito com os antigos textos sagrados da Idade Média, mas que sejam profanados no sentido do povo poder se haver com eles, tomar pra si e se implicar com sua parte nesta grande aldeia global tirando a criança do lugar de objeto de gozo da sociedade moderna, mesmo que parcialmente. Foi marcando estes giros possíveis na linguagem que apostamos num deslocamento discursivo, que opere de fato no social.

Fazer uma historicização sobre a criança, e enviezado, sobre alguns aspectos do adulto que antecede a criança que ele irá educar, lidar, relacionar, é outra tentativa de resgatar o ideológico operando na naturalização dos sentidos e formular as questões que nos levam ao impasse ético do que estamos fazendo hoje com nossas crianças. É interrogar o adulto que estamos sendo hoje, com vistas ao que nos antecedeu pelos modelos históricos com os quais nos identificamos sem sabermos muitas vezes, pelos traços familiares que herdamos e pelas filiações pedagógicas com as quais interagimos em nosso processo escolar. Resgatar a ética é dar a luz ao grande trabalho que precisamos nos empenhar se quisermos construir uma sociedade que valorize o singular, que compõe a heterogeneidade, dentro dos ideais de igualdade previstos em Lei e nos Estatutos e Declarações. Com esta pesquisa pretendemos assim, dar a oportunidade da criança ser reconhecida como sujeito, dividido, desejoso, com sua sexualidade própria, com seu tempo próprio, com suas particularidades, e com sua potência de vir-a-ser.

Cabe, ainda, a tomada de posição destas crianças, que, tendo entrado no narcotráfico, busquem saídas ou outras vias para que se realizem como sujeitos, do direito, da linguagem e do desejo. Para isso, este outro que fala antes, em outro lugar, ou seja, o adulto ou nós adultos – mesmo que advertidos pela psicanálise de nosso infantil que sempre quer satisfação (pelo prazer ou pelo desprazer) -, precisamos retomar o questionamento com relação ao nosso lugar para que o lugar da criança seja preservado em suas particularidades, para que o infantil (*infantile*) do adulto não avassale a criança, já que sabemos que o infantil não cresce, tal qual o sujeito. Consideramos que ele não tem idade, não se desenvolve e busca a realização

permanentemente pelo prazer e pela repetição já que é insatisfeito, sofrido, "um traço de perversão" (SAURET, 1998, p.22). Pulsa na vida do adulto, ele querendo ou não; um adulto que se surpreenda com seu infantil é um adulto que pode exercer movimentos subjetivos que suportem um posicionamento diferente daquele que emerge nos imperativos infantis, um adulto que faça a diferença para com a criança e, por isso, não se mistura a ela, a respeita e se respeita.

O aspecto importante que descobrimos com a pesquisa e que almejamos que alcance efeitos que contribuam na desconstrução de sentidos estanques para a sociedade, é quanto o surgimento e estabilização do narcotráfico, que não existiu sempre, que tem uma história que o constituiu, e que se assegura com o tripé produção-tráfico-mercado e, ainda, que sua dissolução demanda ações em cada setor deste tripé, ou seja, com vistas à droga, à logística que funciona de forma internacional, e, principalmente, com vistas aos consumidores, que fazem da droga uma resposta sintomal ao mal-estar da civilização moderna. Enquanto os governantes, a esfera acadêmica, a mídia, e a população num geral não atarem as mãos em parcerias, o sintomal continuará prevalecer com a forma da droga/dicção, mancando de forma a levar a civilização para a morte, expressos nos números ligados ao narcotráfico mundial. E o que é pior, que envolve a cada dia mais crianças nesta realidade, num ciclo repetitivo e mortífero.

Para alguns pesquisadores, estamos matando o futuro da nação; para outros, a infância está desaparecendo, e para nós, como para a psicanálise, o infantil está generalizado e ambos os posicionamentos fazem sentido conforme trabalhamos ao longo dos capítulos desta dissertação, pois são prismas diferentes diante deste sintoma que se irradia, e somos todos parte destas con(o)clusões. Seria o infantil o aspecto ocluso, ou escamoteado, o véu alienante que faz liga entre a busca do prazer-para-além-do-prazer via capitalismo e a decadência institucional que estamos vivendo no ocidente? O que teríamos a ganhar com a abertura para o fazer-saber deste infantil que nos habita? O que a sociedade perde com a ignorância desta porção infantil que nos constitui? Apontar as saídas para tratamentos paliativos (prisões, medicamentos psiquiátricos, tratamentos terapêuticos comportamentais) continuam sendo um bom negócio aos bolsos públicos? Não seria menos oneroso para a sociedade e os cofres públicos se visássemos na prevenção dos males sociais, a promoção da qualidade de vida? Estas apostas implicariam em mudanças do investimento econômico dos governos (da União, Estatais, Municipais, e também particulares) na direção da valorização da educação (principalmente no que se refere aos transmissores de educação, os professores), da promoção de atividades culturais e artísticas, na mudança do sistema carcerário, no fomento gradual

ascendente entre Universidade(s) e comunidade(s), na parceria com profissionais de todas as áreas e campos que se disponham a se doar em trabalhos voluntários que possibilitem quaisquer melhorias sociais (arquitetura, paisagismo, palestras culturais, dinâmicas, bazares, etc), principalmente nos locais mais carentes, e que contribuam para o Brasil fazer jus ao seu nome em uma série de associações: braseiro, fogo, centelha, luz. Um braseiro que aqueça e promova a vida, e não o Brasil que incinera seus filhos.

Na direção de abrir caminhos (e também fechar outros), encontramos dizeres de sonhos de alguns sujeitos, sonhos estes que nos remetem ao início desta escrita, tanto aqueles que nos motivaram a fazer esta pesquisa, quanto os que apontam para um possível futuro destes meninos. Sonhos que também nos fazem lembrar de que *"A esperança da colheita reside na semente"*. Fechamos esse caminho com idas e voltas sobre a voz desses sujeitos-crianças, voz esta que demarca que há vias, per-cursos e nascimentos:

> MV: 'Quando você pensa no futuro, o que vem na tua cabeça?'
> Jovem: "quando eu sair da boca? Futuro? Eu quando eu sair da boca, eu queria ser palhaço. Se eu sair da boca agora, hoje? Amanhã eu vou procurar um curso. O curso que eu ia fazer é um curso de circo. Desde pequenininho, desde pequenininho eu tenho vontade de ser palhaço. Esse é o meu sonho. (ATHAYDE; BILL, 2006a, Doc. 02, 13'13")

REFERÊNCIAS

Mãe Preta (1930), Aquarela de Lasar Segall

A ODISSÉIA Falcão. **Revista do Fantástico: o show da vida em revista**, ano 1, n.1, p.130-135, dez. 2006.

ALTHUSSER, L. **Ideologia e Aparelhos ideológicos de estado (Notas para uma investigação)**. Tradução de Joaquim José de Moura Ramos. 3. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1980 [1970].

_____. Ideologia e Aparelhos ideológicos de estado (Notas para uma investigação). In: ZIZEK, S. (Org.). **Um Mapa da Ideologia**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ANGELI. Morro minado. [2007?]. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/angeli/papeisdeparede/i/angeli800x600_306.jpg>. Acesso em: 11 set. 2007.

ANGELI. Corpo de delito. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p.A-2, 13 maio. 2005a.

ANGELI. Da FEBEM para o presídio. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p.A-2, 16 mar. 2005b.

ARIÉS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar. 1981.

ATHAYDE, C.; BILL, MV. **Documentário Falcão - Meninos do tráfico**. 2006a. Áudio e vídeo gravados do Programa Fantástico da Rede Globo de televisão, exibido em 19 mar. 2006.

_____. **Falcão - Meninos do tráfico**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006b.

ATHAYDE, C.; BILL, MV; SOARES, L. E. **Cabeça de Porco**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

AUTHIER-REVUZ, J. **Palavras incertas:** as não coincidências do dizer. Campinas: UNICAMP, 1998.

BAIRRÃO, J. F. M. H. **O impossível sujeito**: implicações da irredutibilidade do inconsciente. v. 1. São Paulo: Edições Rosari, 2003.

BENTO XVI, Papa. Discurso do Papa Bento XVI por ocasião da visita à Biblioteca Apostólica Vaticana e ao Arquivo Secreto Vaticano. **Biblioteca Apostólica do Vaticano e Arquivo Secreto do Vaticano**. 2007. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/speeches/2007/june/ documents/hf_ben-xvi_spe_20070625_bav-asv_po.html>. Acesso em: dia 18 mar. 2009.

BLEICHMAR, H. **Introdução ao estudo das perversões**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.

BRASIL: Os primeiros cem anos. c2002. Disponível em: <http://educaterra.terra.com.br/voltaire/500br/br_100anos2.htm >. Acesso em: 8 jun. 2008.

BRUM, E. O vôo do falcão. **Época**, n.411, 31 mar. 2006. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDG73704-6014,00-O+VOO+DO+FALCAO.html>. Acesso em: 5 jul. 2007.

CAMPBELL, J. **O Poder do Mito.** São Paulo: Palas Athena, 1990.

CARDIA, N. Introdução: reduzindo a mortalidade infantil e aumentando os homicídios de jovens. In: PINHEIRO, P. S. et al. **São Paulo sem medo:** um diagnóstico da violência urbana. Rio de Janeiro: Garamond, 1998.

CAZARIN, E. A. A heterogeneidade discursiva de uma posição-sujeito. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO, 2., 2005, Porto Alegre. **Anais eletrônicos...**Porto Alegre: UFRGS, 2005. Disponível em: <http://www.discurso.ufrgs.br/sead2/doc/sujeito/ercilia.pdf>. Acesso em 2 mar. 2009.

CIRENZA, F. Brincadeira de gente grande. **Marie Claire.** 2008. Disponível em: <http://revistamarieclaire.globo.com/Marieclaire/0,6993,EML1692486-1740,00.html>. Acesso em: 13/04/09.

CUNHA, L. A. **A Universidade Temporã**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A., 1986.

DAMAZIO, R. L. **O que é criança.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

DOWDNEY, L. **Crianças do tráfico:** um estudo de caso de crianças em violência armada organizada no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003.

FEFFERMANN, M. **Vidas arriscadas:** o cotidiano dos jovens trabalhadores do tráfico. Petrópolis: Vozes, 2006.

FERNANDES, C. **Análise do Discurso:** reflexões introdutórias. Goiânia: Trilhas Urbanas. 2005.

FERREIRA, A. B. H. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.

FERREIRA, M. C. L. (Org.). **Glossário de termos do discurso: projeto de pesquisa: A aventura do texto na perspectiva da análise do discurso: a posição do leitor-autor.** Porto Alegre: UFRGS, Instituto de Letras, 2001.

_____. A trama enfática do sujeito. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO, 2., 2005, Porto Alegre. **Anais eletrônicos...**Porto Alegre: UFRGS, 2005. Disponível em: <http://www.discurso.ufrgs.br/sead2/doc/sujeito/Maria_cristina.pdf>. Acesso em:19 fev. 2009.

_____. A ciranda dos sentidos. In: ROMÃO, L. M. S.; GASPAR, N. R. **Discursos midiáticos:** sentidos de memória e arquivo. São Carlos: Pedro & João Editores. 2008.

FREUD, S. **A Interpretação das Afasias:** um estudo crítico. Tradução de António Pinto Ribeiro. Lisboa: Marcílio Editorial, 1977 [1891].

_____. (1901). **Três ensaios sobre sexualidade e outros trabalhos.** In: STRACHEY, J. (Org.). Edição Standart Brasileira das obras Psicológicas completas. Rio de Janeiro: Imago, 1989, v. 12.

FURTADO, T. H. **As lacunas de sentido no discurso jornalístico:** do repórter ao editor da Revista VEJA. 2000. Dissertação (mestrado)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

GNERRE, M. **Linguagem, escrita e poder**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

GONÇALVES, A. **Direção do tratamento: significante e gozo**. 2008. Mimeografado.

GREGOLIN, M. R. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso:** diálogos & duelos. 2. ed. São Carlos: Editora Claraluz, 2006.

KHEL, M. R. A Psicanálise e o domínio das paixões. In: NOVAES, Adauto. **Os sentidos da Paixão**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. As asas quebradas. **Observatório da imprensa.** [2006]. Disponível em: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=374ASP002>. Acesso em 5 maio 2009.

LACAN, J. A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. In: LACAN, Jaques. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1998 [1957].

LACAN, J. **O seminário, livro 11:** os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed,1998 [1964].

_____. **O seminário, livro 7:** a ética da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995 [1959-1960].

_____. **O seminário, livro 19:** "Ou pior...". Bahia: Publicação interna da Associação Freudiana Internacional, Espaço Moebius de Psicanálise, 2003 [1971-1972].

LAROUSSE. **Larousse Cultural – grande enciclopédia.** Nova Cultural Ltda, 1998.

LEVIN, E. **A infância em cena:** constituição do sujeito e desenvolvimento psicomotor. Tradução de Lúcia Endlich Orth e Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1997.

LÉVI-STRAUSS, C. A Família. In: HARRY, L. S. **Homem, cultura e sociedade.** Ed Fundo de Cultura, 1956.

LISPECTOR, C. **Um sopro de vida.** Rio de Janeiro: Rocco. 1999.

MALDIDIER, D. **A Inquietação do Discurso:** (Re)ler Michel Pêcheux hoje. Campinas: Pontes, 2003.

MARIANI, B. (2005). **Silêncio e metáfora, algo para se pensar.** In: II Seminário de Estudos em Análise do Discurso (II SEAD), Porto Alegre/RS. Instituto de Letras-UFRGS. 2005. Disponível em: <http://www.discurso.ufrgs.br/sead2/doc/sentido/bethania.pdf>. Acesso em 2 mar. 2009.

MEIRELES, C. B. C. O vento. In: _____. **Mar absoluto e outros poemas:** Retrato natural. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1983.

MILLER, J. A. **A lógica na direção da cura- elaborações sobre o Seminário IV de Jacques Lacan, A relação de objeto.** Belo Horizonte: Seção Minas Gerais da Escola Brasileira de Psicanálise do Campo Freudiano. 1995.

MORICONI, I. (Org.) **Os cem melhores poemas brasileiros do século.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

NESTROVSKI, A. **Notas Musicais:** do barroco ao jazz. São Paulo: Publifolha, 2005.

ORLANDI, E. P. **A linguagem e seu funcionamento:** as formas do discurso. 2. ed. Campinas: Pontes, 1987.

ORLANDI, E. P. **Discurso e Leitura**. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1993.

_____. **Cidade dos sentidos**. São Paulo: Pontes, 2002.

_____. **Interpretação:** autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 4. ed. Campinas: Pontes, 2004.

_____. Michel Pêcheux e a Análise de Discurso. **Estudos da Língua(gem),** Vitória da Conquista, n.1, p.9-13, jun. 2005a.

_____. **Análise de Discurso:** princípios e procedimentos. 6. ed. Campinas: Pontes, 2005b.

_____. **Discurso e Texto:** formulação e circulação dos sentidos. 2. ed. Campinas: Pontes, 2005c.

_____. Violência e processos de individualização dos sujeitos na contemporaneidade. In: SARGENTINI, V; GRAGOLIN, M. R. (Orgs.). **Análise do Discurso:** heranças, métodos e objetos.São Carlos: Editora Claraluz, 2008.

PACÍFICO, S. M. R. **Argumentação e Autoria:** o silenciamento do dizer. Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da USP, como parte das exigências para a obtenção do título de Doutor em Ciências, Área: Psicologia. Ribeirão Preto, SP. 2002.

PAPA BENTO XVI. Discurso por ocasião da visita à Biblioteca Apostólica Vaticana e ao Arquivo Secreto Vaticano, segunda-feira, 25 de junho de 2007. Disponível no endereço eletrônico: http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/speeches/2007/june/documents/hf_ben-xvi_spe_20070625_bav-asv_po.html. Acesso em: 18/03/2009.

PATTI, A. R.; ROMÃO, L. M. S. A força da mídia na atualização das narrativas e heróis infantis. In: ROMÃO, L. M. S; PACÍFICO, S. M. R. (Orgs.). **Leitura e escrito:** no caminho das linguagens. São Paulo: Ed Alphabeto, 2007.

PATTI, A. R.; ROMÃO, L. M. S. (2008). **Sentidos de criança: filhos e netos do tráfico no movimento do discurso**. In: MILANEZ, N.; GASPAR, N. (orgs.). **Ordem e desordem no discurso**. Bahia: UFBA. (aceito a sair)

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni P. Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 1988 [1975].

PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso. In: GADET, F.; HAK, T. (Org). **Por uma análise automática do discurso**. Campinas, Ed Unicamp, 1990.

_____. O Mecanismo do (des)conhecimento ideológico. In: ZIZEK, S. (Org.). **Um Mapa da Ideologia**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

POSTMAN, N. **O desaparecimento da infância.** Rio de Janeiro: Graphia, 1999.

REBORN BABIES. [2009?]. Disponível em:<http://www.rebornbabies.com.br/>. Acesso em: 13 abr. 2009.

ROMÃO, L. M. S.; PACÍFICO, S. M. R. **Era uma vez uma outra história: leitura e interpretação na sala de aula**. São Paulo: DCL, 2006.

ROSENFIELD, D. L. Falcões ou pombos-correio? **Observatório da imprensa.** [2006]. Disponível em: < http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=374ASP002>. Acesso em: 5 maio. 2009.

ROUDINESCO, E.; PLON, M. **Dicionário de Psicanálise.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

SARAMAGO, J. Este mundo da injustiça globalizada. **Domínio Público.** 2002. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ph000302.pdf>. Acesso em 19 maio. 2009.

SAURET, M. **O infantil e a estrutura**. São Paulo: Escola Brasileira de Psicanálise/SP, 1998.

SAUSSURE, F. **Curso de Lingüística Geral**. São Paulo, Editora Cultrix, 1970.

TESLER, E. Tudo é figura ou faz figura. In: BARTUCCI, G. **Psicanálise, Arte e estéticas de subjetivação**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 2002.

TFOUNI, L. V. E não tem linhas tua palma: esquecer para poder lembrar. **Organon**, Porto Alegre, v.17, n.35, p.143-160, 2003.

ZALUAR, A. Falcão, o documentário. **Observatório da imprensa.** [2006]. Disponível em: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=374ASP002>. Acesso em: 5 maio 2009.